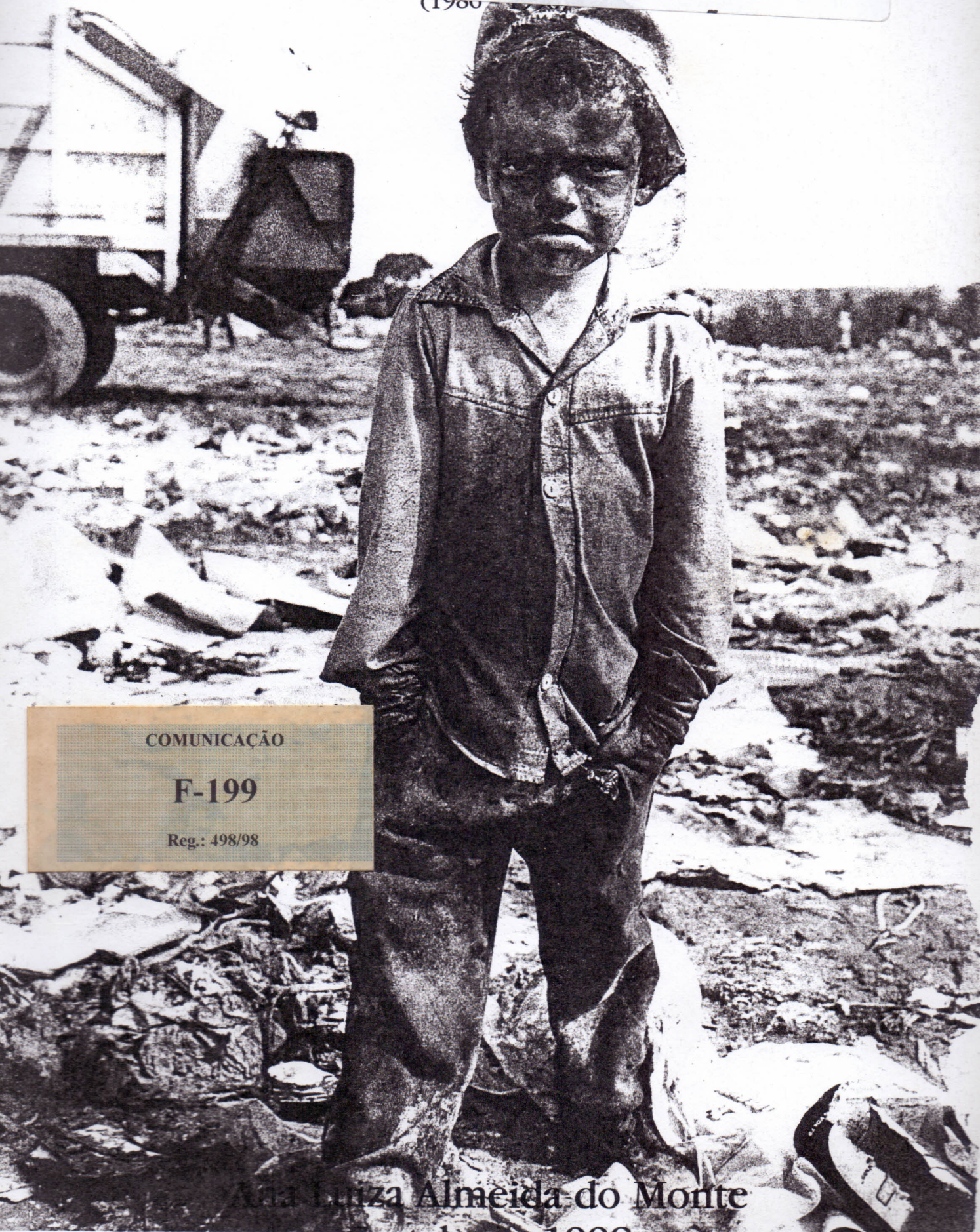


A Infância na **COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Imprensa **M** Cearense 1998

(1986)



COMUNICAÇÃO

F-199

Reg.: 498/98

Ana Luiza Almeida do Monte
Fortaleza - 1998

BHURC

ANA LUIZA ALMEIDA DO MONTE

A infância na mídia impressa cearense
(1986 – 1996)

Universidade Federal do Ceará
Fortaleza - 1998

ANA LUIZA ALMEIDA DO MONTE

**A infância na mídia impressa cearense
(1986 – 1996)**

*Monografia apresentada para
obtenção da graduação em
Comunicação Social, orientada pelo
professor José Ronaldo Aguiar
Salgado*

Universidade Federal do Ceará
Fortaleza – 1998

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS

**DEDICO ESTE TRABALHO A MEUS
PAIS, AMIGOS DE TODAS AS HORAS**

AGRADECIMENTOS

AOS MEUS PAIS, VERA E ANTÔNIO, PELA PACIÊNCIA, AMOR E AMIZADE QUE A MIM DEDICAM
INCONDICIONALMENTE

AOS MEUS IRMÃOS, VANDA E ISAC, QUE SEMPRE AMAREI E PROTEGEREI

À FADINHA E EMMANUELA, PELA PACIÊNCIA, AMOR E AMIZADE

À IVAN, WELLINGTON, DIANA, JUNINHO, QUE NÃO MEDIRAM ESFORÇOS PARA ME AJUDAR NA
REALIZAÇÃO DESTES TRABALHOS

À DAMASCO, POR TUDO QUE É E REPRESENTA NA MINHA VIDA

AOS JORNALISTAS QUE EU VOU SER QUANDO CRESCER: JOSÉ PAULO DE ARAÚJO E MARCELO
RAULINO

À VASCONCELOS, POR NÃO ME DEIXAR DESISTIR E ME ENSINAR FILOSÓFICA E ALEGREMENTE A
ARTE DE AMAR PARA SEMPRE

À TODOS QUE EU AMO, QUE ME AMAM E TORCEM POR MIM

E AO MEU QUERIDO E IDOLATRADO PROFESSOR RONALDO SALGADO

“NÃO SOU NADA
NUNCA SEREI NADA
NÃO POSSO QUERER SER NADA
A PARTE ISSO TENHO EM MIM TODOS
OS SONHOS DO MUNDO”

Fernando Pessoa

ANA LUIZA ALMEIDA DO MONTE

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

1.1

1.2

1.3

1.4

**A infância na mídia impressa cearense
(1986 – 1996)**

CAPÍTULO II

2.1

2.2

2.3

2.4

2.5

2.6

2.7

CAPÍTULO III

3.1

3.2

3.3

3.4

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

Universidade Federal do Ceará
Fortaleza – 1998

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: A PRODUÇÃO DA NOTÍCIA	14
1. O primeiro jornal	15
1.1 A imprensa na História	17
1.1.1 <i>Surge o primeiro jornal-empresa</i>	18
1.1.2 <i>A voz da imprensa</i>	20
1.2 A matéria do jornal	22
1.3 Da forma ao sentido	22
1.3.1 <i>A questão dos gêneros</i>	26
1.4 Das causas e conseqüências	28
1.4.1 <i>O universo da notícia</i>	29
CAPÍTULO II: A HERMENÊUTICA DA PROFUNDIDADE	31
2. A análise sócio-histórica	32
2.1 A análise formal ou discursiva	35
2.2 A interpretação/re-interpretação	36
2.3 O desenvolvimento metodológico do enfoque tríplice	38
CAPÍTULO III: O ESTADO, O PODER E O JORNAL	42
3. Que Estado é este ?	42
3.1 Ceará: dos coronéis aos liberais	43
3.1.1 <i>O projeto das mudanças</i>	45
3.2 Que jornal é este ?	48
3.2.1 <i>A ligação do jornal com o poder</i>	50
3.2.2 <i>O jornal-empresa</i>	53
3.3 O Estado e O Povo	56
CAPÍTULO IV: E AS NOSSAS CRIANÇAS ?	58
4. As notícias do jornal O Povo	58
4.1 1986: "Menor mata estudante com um tiro no peito"	59
4.2 1990: "A favor das crianças"	62
4.3 1996: "Ceará recebe prêmio do UNICEF"	66
CONCLUSÃO	
BIBLIOGRAFIA	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Dentro do universo amplo de matérias veiculadas diariamente nos jornais impressos brasileiros, notou-se, nos últimos anos, um aumento considerável de notícias envolvendo crianças e adolescentes.

A responsável por esta observação foi a Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI, que é uma organização não governamental dedicada à pesquisa e divulgação de fatos, denúncias e personagens relevantes para a defesa de crianças e jovens no Brasil.

Além do aspecto quantitativo, a ANDI observou que os temas sobre crianças e adolescentes estavam, no decorrer do tempo, sendo tratados com mais seriedade, ou seja, assuntos que antes se resumiam a uma pequena nota no jornal, como um caso de violência doméstica por exemplo, são transformados em grandes notícias ou reportagens.

Estes fatos despertaram nossa curiosidade e moveram nosso esforço investigativo para a realização deste trabalho. Buscando verificar as

observações realizadas pela ANDI, escolhemos um veículo impresso cearense, o jornal mais antigo ainda em circulação, com o propósito de analisar as notícias e reportagens sobre crianças e adolescentes publicadas em três momentos específicos.

Portanto esta monografia faz um estudo das notícias e reportagens sobre crianças e adolescentes veiculadas nos períodos de 1986, 1990 e 1996 no jornal *O Povo*. Assim, para atingirmos o nosso objetivo de verificar as observações da ANDI, percorremos o seguinte roteiro:

O primeiro capítulo mostra, em resumo, a evolução do jornalismo impresso no Brasil e faz uma pequena exposição de alguns princípios norteadores da própria atividade jornalística, compondo um quadro necessário à contextualização histórica do desenvolvimento da imprensa, e à contextualização teórica da produção da notícia.

O segundo capítulo expõe a metodologia que utilizamos na realização da nossa pesquisa. É uma explanação sobre a hermenêutica da profundidade e o desenvolvimento do enfoque tríplice, metodologia proposta e defendida por Jonh B. Tompson.

Já no penúltimo capítulo, temos uma explanação sócio-histórica do Estado do Ceará e do próprio jornal *O Povo*, que tem o propósito de situar o leitor dentro dos campos estruturados em que ocorreram a produção das notícias que são objeto de estudo do nosso trabalho.

No capítulo final, realizamos a análise interpretativa das notícias e reportagens recortadas no jornal *O Povo*. Esta análise, fundamentada na metodologia escolhida, se utiliza da base teórica do primeiro capítulo e do conteúdo histórico do terceiro capítulo.

A conclusão, faz uma reflexão sobre o papel que os meios e os profissionais de comunicação devem desempenhar diante dos novos paradigmas vigentes atualmente no Brasil sobre as crianças e adolescentes.

CAPÍTULO I: A PRODUÇÃO DA NOTÍCIA

Partindo do princípio de que produzir é o “ato ou efeito de criar, gerar, elaborar ou realizar” algo, associando-se este algo ao capital e à técnica (FERREIRA, 1983:503) estudar a produção da notícia no jornalismo significa tentar entender como acontece, na prática, o recorte da realidade. Para tanto faz-se necessário estudarmos alguns princípios norteadores da própria atividade jornalística.

Antes porém, devemos lembrar que o jornalismo anda de mãos dadas com a história, chegando muitas vezes a confundir-se com esta. Assim sendo não poderíamos iniciar este trabalho, que tem como objeto de estudo notícias produzidas e difundidas por um meio de comunicação impresso, sem antes situarmos o leitor no contexto da própria evolução da imprensa e da produção da notícia no Brasil.

1. O primeiro jornal

A Imprensa brasileira nasceu em 1808, três séculos e meio depois da invenção da tipografia, quando imperava no Brasil a política de Dom João VI, que a 22 de janeiro, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, desembarcou na Bahia com toda a corte portuguesa, estimulando o desenvolvimento da Colônia. Neste cenário político, nasceram os dois jornais considerados o marco da história da Imprensa brasileira: O *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

O *Correio* foi fundado por Hipólito José da Costa, primeiro jornalista brasileiro, segundo o historiador Nelson Werneck Sodré (in “História da Imprensa no Brasil”). Circulando em Londres, Portugal e no Brasil, o jornal, com capa azul-escuro, mais parecia um livro e suas edições variavam entre 96 e 150 páginas, dividido em quatro a seis “editorias”: Política, Comércio e Artes, Literatura e Ciências, Miscelânea, Reflexões e Correspondência. Sua linha editorial era mais doutrinária do que informativa e direcionada a defender o que julgava ser direito dos brasileiros: a liberdade.

O *Correio Braziliense* foi publicado regularmente até dezembro de 1822, num total de 175 números. Segundo Geraldo Nobre (1984), o jornal

morreu porque foi ultrapassado pelos acontecimentos, já que não teria “esposado” a Independência, mas simplesmente aceitado-a.

A Imprensa Régia, hoje Imprensa Nacional, foi fundada em 13 de maio de 1808, um mês antes do lançamento do primeiro número do *Correio Braziliense*. Para instalar a Imprensa Régia, foram utilizados dois prelos e duas caixas de tipo, material gráfico que o português Antônio de Araújo, futuro Conde da Barca, às pressas lembrou de colocar no porão da Nau Medusa na fuga para a Colônia. Foi dos prelos da Imprensa Régia que saiu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal brasileiro porta-voz do poder dominante.

Quem dirigia o jornal era o frei Tibúrcio José da Costa, membro de um outro poder – a Igreja, que apoiava a Coroa. A *Gazeta* tinha apenas quatro páginas, e inicialmente saía duas vezes a cada semana. Depois passou a ser trissemanal, graças aos investimentos que a Coroa portuguesa fez na Imprensa Régia, como a fabricação de um prelo de madeira construído em 1809, o primeiro da América do Sul. Sua linha editorial era mais informativa do que doutrinária, priorizando os atos oficiais da Coroa e os acontecimentos na Europa, chegando a inovar com a veiculação de publicidade.

Junto com o *Correio Braziliense*, no entanto, apesar das diferenças, a *Gazeta do Rio de Janeiro* inaugurou no Brasil o que grande parte do mundo já possuía: a IMPRENSA.

1.1 A Imprensa na História

Desde que surgiu, a Imprensa brasileira vem servindo de instrumento às causas políticas. Assim como o *Correio Braziliense* combatia a Coroa e a *Gazeta do Rio de Janeiro* servia à monarquia, outras publicações surgiram para dar sustentação ao governo e aos movimentos políticos libertários da época, mesmo sofrendo censura prévia.

Só em 19 de janeiro de 1822, ano em que a Colônia se tornaria independente de Portugal, José Bonifácio de Andrada e Silva, o ministro do Reino e de Estrangeiros baixou portaria garantindo a liberdade de imprensa no Brasil. Estava aberto o sinal verde para que a Imprensa brasileira passasse a desempenhar sua função nas grandes causas contemporâneas – a Independência e as liberdades políticas.

No ano da Independência apareceram muitos pequenos jornais, na Corte e nas províncias, afermentando a tensão política vigente e acentuando as divergências entre esquerda e direita. Era a época dos pasquins, caracterizados pelo estilo de deboche, irreverência e combatividade verbal. Durante todo o Primeiro Império, conta-se muita perseguição à imprensa por causa dessas irreverências, divergências políticas e pelas suas lutas em favor de mais liberdade política.

De 1870 a 1872, surgiram no País mais de vinte jornais. A *República*, órgão oficial do Partido Republicano Brasileiro e do Clube Republicano, data desta época. Começou a circular em 3 de dezembro de 1870. Também nesta época surge o jornal *Província de São Paulo*, inaugurando a primeira empresa brasileira destinada a editar um jornal. Com ele, começava a ser escrita também a história do jornalismo moderno – a imprensa empresarial.

1.1.1 *Surge o primeiro jornal-empresa*

O primeiro número da *Província de São Paulo* saiu às 11 horas do dia 4 de janeiro de 1875, com três dias de atraso. Nos primeiros anos, a *Província* viveu de anúncios e divulgava prêmios de recompensa por negros fugitivos. Em 1892, ela passa às mãos de Júlio de Mesquita, acrescentando novas marcas ao jornalismo do novo tempo: a direção familiar e a comercialização de jornais avulsos nas ruas.

A *Província de São Paulo*, que mais tarde viria se chamar *O Estado de São Paulo*, tinha sua composição manual feita por hábeis tipógrafos da época e a impressão, numa Lauzit de origem francesa, era movida por negros libertos.

É no jornal *O Estado de São Paulo* que teve início também o modelo de grandes reportagens. Euclides da Cunha, repórter do jornal, é enviado como correspondente de guerra em Canudos e suas reportagens mais tarde seriam publicadas em livro, com o nome de *Os Sertões* — uma das mais importantes obras da literatura brasileira.

Além do jornal *O Estado de São Paulo*, que mais tarde viria a ser apelidado de *Estadão*, nessa mesma época nascem também os embriões dos grandes impérios de comunicação. Em 1911, Irineu Marinho funda o jornal *A Noite*, considerado um dos jornais mais bem feitos da época, já batia recorde de vendas em 1930, tirando até oito edições diárias. Antes disso, em 1925, era também criado o jornal *O Globo*, que seguia o modelo do jornalismo da época, sustentado basicamente em artigos críticos e até violentos contra o governo do presidente Hermes da Fonseca.

Em 1924, Assis Chateaubriand, um jovem jornalista que começara a trabalhar com 14 anos de idade no jornal *O Pernambuco*, de Recife, comprava o primeiro jornal do seu império de comunicação. Em 1968, quando morreu, ele era dono da rede Diários Associados com 32 jornais, 24 emissoras de rádio, três revistas e 19 emissoras de televisão.

Na década de 30, a Imprensa, identificada então com o presidente Washington Luiz foi praticamente dizimada. O País vivia um momento político agitado e os artigos de imprensa não somente refletiam esse clima como também o provocavam.

A partir do início dos anos 40, enquanto na Europa e outros países, os jornais geralmente ligavam-se a um partido ou tendência política, no Brasil, os jornais representavam os interesses apenas da sua família proprietária. Daí em diante, a história da Imprensa brasileira poderia até ser contada como a história política do Brasil, tal a interferência de uma na outra.

1.1.2 *A voz da imprensa*

“Os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras, e vêem de certa maneira as coisas que vêem”. (Pierre Bourdieu, filósofo francês)

A partir da década de 80, tem início um segundo momento na história da política e do jornalismo brasileiros. Livre da censura exercida durante anos pelos governos militares, com o País vivendo a estabilidade

econômica e a democracia, a Imprensa brasileira – pelo menos a grande imprensa – mergulha num mar de comodismo, adotando uma postura conservadora e de surpreendente “unanimidade” a favor do Governo.

O fato é deplorado por muitos como falta do imprescindível elemento crítico que deve existir na atividade jornalística. “De repente, todos os órgãos da imprensa são favoráveis”, lamenta o jornalista Carlos Brickmann em artigo publicado na revista *Imprensa*, em dezembro de 1996. “A imprensa, em geral, é sempre complacente com o governo, qualquer que seja, por razões (sic) econômicas e também culturais”.

O maior problema deste jogo de unanimidades é que a imprensa perdeu o seu papel de referência, uniformizando-se. Perdendo inclusive qualquer identidade com o leitor.

O apoio dos grandes jornais ao governo não é, entretanto, fenômeno exclusivo da atual gestão e não se restringe apenas ao nível nacional. Esta monografia mostra como isto acontece, por exemplo, no Ceará, com o jornal *O Povo* e o Governo Estadual. A posição do jornal, favorável ao Governo – ou pelo menos tolerante com a sua atuação – pode ser interpretada como parte de um grande movimento em defesa do Estado e contra tudo que ameaça sua estabilidade – econômica e política – alcançada depois de tanto tempo.

No entanto, a liberdade para divulgar tudo o que quiser, mesmo se esse tudo for aquilo que o dono do jornal quer, acaba tendo algum tipo de repercussão e influencia inclusive outros veículos que utilizam o jornal para pautar sua cobertura. Por isso, alguns estudiosos chegam a afirmar que o melhor da notícia publicada no jornal está fora dele. A verdade é que ainda existe muitas inverdades no jornal, mas algo de fundamental começou a mudar: o público está deixando a passividade de lado, começando a se manifestar.

O leitor de hoje tem mais consciência de que a notícia omitida ofende seu direito à informação. Uma prova disso, teremos a partir dos próximos tópicos, quando fizermos uma análise interpretativa das matérias recortadas do jornal *O Povo* sobre crianças e adolescentes. Antes porém, convém enfocarmos, mesmo que rapidamente, alguns conceitos norteadores da atividade jornalística.

1.2 **A matéria do jornal**

Em jornalismo, muitas vezes prevalece uma velha máxima: se as idéias não correspondem aos fatos, então pior para os fatos. Não é difícil entender por que isso acontece.

No dia 29 de agosto de 1986, o jornal *O Povo* publicava a seguinte manchete para abordar o assassinato de um adolescente: “Menor mata estudante com um tiro no peito”. Dois anos depois, em 02 de julho de 1988, lia-se no mesmo jornal a seguinte frase: “Menores trabalhadores preocupam em ser confundidos com marginais” (Ver anexo III).

Já no dia 28 de dezembro de 1996, *O Povo* publicou uma reportagem enfocando a questão da educação entre jovens de 6 a 17 anos. O texto abordava diversos aspectos relacionados ao analfabetismo no Estado do Ceará, tratando o assunto como um dos desafios a ser enfrentado pelos governantes durante o ano de 1997. “Reduzir taxa de analfabetismo é principal meta da educação”, dizia a manchete da reportagem. (Ver anexo III)

Estes são apenas alguns exemplos de notícias e reportagens bastante comuns nos meios de comunicação. Diariamente nos deparamos com inúmeras informações sobre os mais diferentes assuntos envolvendo diversos temas e atores sociais, seja no rádio, televisão, revistas ou jornais.

Atualmente, porém, nota-se que os meios de comunicação de massa têm demonstrado especial interesse nas situações que envolvem crianças e adolescentes. No Ceará, por exemplo, locus mais específico desta monografia, nos dois jornais de maior circulação, *O Povo* e o *Diário do Nordeste*, somente nos meses de julho, agosto e setembro de 1996

foram publicadas mais de cento e cinquenta notícias sobre crianças e adolescentes. Em 1986, no mesmo período, a quantidade de matérias nos dois jornais não ultrapassava cem notícias. (Ver anexo I)

Esses números inferem um aspecto quantitativo relevante, que salta aos olhos de leitores mais assíduos e do próprio conjunto da sociedade. Além disso, há também o fato de que as matérias, no decorrer do tempo, passaram a ganhar em seus conteúdos um tratamento diferenciado. As manchetes, citadas no início do nosso capítulo, ilustram bem essa mudança. Mas como e por que isso acontece?

1.3 Da forma ao sentido

Sabe-se que no jornalismo, a notícia é um fragmento de tema captado por mecanismos de rotina e que ela se apresenta para o leitor como forma “quebrada” da realidade, “pedaço do real” de onde se abstrai somente o fato específico que a originou. Afinal “nem tudo que acontece hoje no mundo, é passível de ir para as bancas amanhã, mas apenas aquela parte mínima que atrai e preocupa o leitor” (Ribeiro, 1994:11).

Segundo o jornalista Clóvis Rossi, “entre a ocorrência de um fato e sua veiculação, seja por jornais ou revistas, seja pela televisão e o

rádio, percorre-se um caminho relativamente rápido, se medido em horas, mas bastante tortuoso e complexo. A começar pelo fato de que a imprensa não vive apenas dos episódios ocorridos num determinado dia, mas também da discussão, do debate e da análise de acontecimentos ou situações intemporais – ou seja, que estão acontecendo, e não simplesmente que aconteceram” (Rossi, 1983:16).

Luiz Gonzaga Motta, no texto *Teoria da Notícia: As relações entre o real e o simbólico*, fala que “a atenção principal dos conceitos usuais de notícia se concentra nos atributos do fato em si. Em vários atributos, não só na excepcionalidade do fato. Diz-se que para ser notícia, um fato deve ter atualidade, proximidade, proeminência (da pessoa envolvida), impacto e significância. Portanto, qualidades do próprio fato ou acontecimento” (Mouillaud, 1997:48).

O professor Nilson Lage defende que a notícia “é o relato de uma transformação ou transporte ou mudança” (Lage, 1979:39). Para ele, é o dinamismo dos acontecimentos que os torna noticiáveis ou não. “As notícias são fragmentos de aparências que se manifestam por transformações, movimentos ou enunciações” (Lage, 1979:48).

Já Ribeiro é mais pragmático ao afirmar que: “Ao divulgar uma notícia, a imprensa seleciona uma ocorrência (...) e a transforma num fato capaz de mobilizar e emocionar toda a sociedade (...). Ao dar dimensão

pública ao que era privado, a imprensa cria aquele acontecimento para a sociedade” (Ribeiro, 1994: 11).

“O cotidiano é a dimensão mais situada e datada da realidade humana, nele está tudo aí. No entanto, é preciso superar o cotidiano pois, sem uma leitura interpretativo dos acontecimentos, sem um grau mínimo de abstração, nada está lá” (Ribeiro, 1994: 09).

Na verdade, o que se depreende de tudo isso é que “mesmo quando se proclama imparcial, o jornalismo é uma forma de construção da realidade e não mera reprodução dos acontecimentos (Ribeiro, 1994: 10). Isto significa dizer que a prática jornalística é um sistema de produção de sentidos, um fenômeno cultural estruturado como linguagem, onde vários gêneros se combinam para possibilitar ao leitor uma compreensão cotidiana dos fatos.

Infelizmente não nos cabe aqui analisar um por um os gêneros que constituem a prática da escrita no jornalismo. Mas, como interessa a esta monografia, iremos analisar a seguir os dois principais conceitos que constantemente se confundem no jornal: notícia e reportagem, levando-se em consideração a visão de alguns autores.

1.3.1 *A questão dos gêneros*

Segundo José Marques de Melo, “desde o início das atividades permanentes de informação sobre a atualidade (processo livre, contínuo, regular), colocou-se a distinção entre as modalidades de relato dos acontecimentos. E os que fazem a narrativa cotidiana das novidades (jornalistas) estabelecem padrões para discernir a natureza da sua prática profissional (Melo, 1943: 21).

Para Melo, notícia “é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social” (Melo, 1943: 49) enquanto reportagem “é o relato ampliado de um acontecimento que já eclodiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística” (Melo, 1943:49).

Já Ribeiro defende a corrente que trata a reportagem como sendo apenas a notícia ampliada:

“Na imprensa (...) sempre é possível desenvolver reportagens investigativas, produzir textos que façam a síntese da verdade dos fatos com a sensibilidade de quem escreve, análises que propiciem o crescimento do jornalista e do leitor”
(Ribeiro, 1994:192).

Para Nilson Lage, notícia “é o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante” (Lage, 1979:36). E reportagem “compreende desde a simples complementação de uma notícia – uma expansão que situa o fato em suas relações mais óbvias com outros fatos

antecedentes, conseqüentes ou correlatos – até o ensaio capaz de revelar a partir da prática histórica, conteúdos de interesse permanente” (Lage, 1979:83).

“O jornal diário é cada vez mais instado a compilar fatos já emitidos, investigar causas e antecedentes mais ou menos remotos, interpretar e produzir versões da realidade – a fazer reportagem em suma (Lage, 1979:35).

1.4 **Das causas e conseqüências**

Partindo destes esclarecimentos chegamos a conclusão de que a produção jornalística, independente dos artifícios que utiliza e por ser um fenômeno cultural estruturado como linguagem, incorpora comumente as características do ambiente em que está inserida. Embora o jornal não invente o acontecimento, não crie o fato, ele o reproduz da sua maneira, operando a reconstrução da realidade.

Quando a imprensa extrai e seleciona da realidade alguns fatos para transformá-los em notícia, ela constrói um mundo à parte, o universo da notícia, um mundo midiático que às vezes perdeu totalmente o vínculo com o mundo real.

1.4.1 *O universo da notícia*

Os jornais são uma espécie de “tradutores” dos fatos sociais. O jornal que chega todas as manhãs em nossa porta ou que compramos na banca nos mantém supostamente informados sobre o mundo; mas um mundo mutilado em sua complexidade, uma segunda natureza das coisas, aquilo que é visto através dos “óculos” imaginários dos jornalistas e dos interesses políticos e econômicos das empresas de comunicação. Um mundo seccionado, moldado, redimensionado. Um mundo devidamente editado. E em última análise, editar significa justamente reconstruir diariamente o mundo, no formato que interessa aos jornais e aos jornalistas. A escolha da manchete do dia, a definição do tamanho e da posição de cada matéria na página, as palavras utilizadas nos títulos, o enfoque da reportagem. Tudo no processo de edição das informações pressupõe escolhas, interpretações, construções simbólicas, leituras do mundo.

Na realidade, queremos dizer que a mudança de abordagem observada no jornal *O Povo*, em relação às notícias e reportagens sobre crianças e adolescentes, refletem o contexto social e histórico específico

em que tais textos foram produzidos, transmitidos e recebidos. Ou seja, quando as notícias sobre crianças e adolescentes passam a ganhar um tratamento diferenciado no jornal, isso significa não só uma mudança de atitude da mídia. Significa que as próprias crianças e adolescentes ganharam um novo status dentro da sociedade. Isto representa a relação entre o real e o simbólico no jornalismo, onde os textos carregam os traços, de diferentes maneiras, das condições sociais de sua produção.

Afinal, os textos jornalísticos são fenômenos significativos, ou melhor, são expressões de um sujeito para outro sujeito (ou sujeitos); envolvem a aplicação de regras, códigos ou convenções de vários tipos e tipicamente representam algo, referem-se a algo, dizem algo sobre alguma coisa. Portanto, não subsistem num vácuo. Eles são produzidos, transmitidos e recebidos em condições sociais e históricas específicas.

“Os textos são complexos de signos com sentido. Os textos e signos em si preenchem uma função comunicativa, uma função de participar, de informar – no sentido amplo da palavra. Mas eles preenchem também outras funções, como por exemplo a função estética, ou emotiva e expressiva, ou ainda outras funções sociais” (Bystrina, 1994:15).

CAPÍTULO II: A HERMENÊUTICA DA PROFUNDIDADE

Neste capítulo estudaremos um referencial metodológico desenvolvido e proposto por John B. Tompson para análise dos meios de comunicação de massa: a Hermenêutica da Profundidade (HP). Este referencial serviu como uma concepção sustentadora para o nosso trabalho que tem por objetivo compreender, em toda a sua inteireza, a atuação de um meio impresso cearense, no contexto atual, em relação à cobertura dispensada à realidade das crianças e dos adolescentes.

A hermenêutica nasceu na Grécia Clássica e teve como representantes nos séculos XIX e XX, Gadamer, Heidegger, Dilthey e Ricoeur, que estabeleceram como ênfase fundamental para o estudo das formas simbólicas - ou construções significativas, tais como ações, falas, textos - os processos de compreensão e interpretação utilizados por Tompson como fundamentos para a elaboração da HP.

A compreensão e a interpretação das formas simbólicas, segundo Tompson, são pontos primordiais para o enfoque da HP, que engloba várias análises sistematicamente inter-relacionadas e distribuídas em três fases.

“Como eu entendo, a HP é um referencial metodológico amplo que compreende três fases ou procedimentos principais. Essas fases devem ser vistas não tanto como estágios separados de um método sequencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo.” (Tompson, 1994: 565)

As três fases do enfoque da HP são: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/re-interpretação. Dentro de cada fase, há uma variedade de métodos de pesquisa que, segundo Tompson, podem ser utilizados de acordo com o objeto específico de análise e das circunstâncias específicas da investigação.

2. A análise sócio-histórica

A primeira fase do enfoque da HP é a análise sócio-histórica, cujo objetivo é a reconstrução “das condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (Tompson, 1994:366). Para tanto, Tompson propõe quatro níveis de análise:

1. a identificação e descrição das situações espaço-temporais específicas:

“As formas simbólicas são produzidas (faladas, narradas, inscritas) e recebidas (vistas, ouvidas, lidas) por pessoas situadas em locais específicos, agindo e reagindo a tempos particulares e a locais especiais, e a reconstrução desses ambientes é uma parte importante da análise sócio-histórica”.
(Tompson, 1994: 366)

2. a observação dos campos de interação:

“Podemos analisar um campo como um espaço de posições e um conjunto de trajetórias que conjuntamente determinam algumas das relações entre pessoas e algumas das oportunidades acessíveis a elas”. (Tompson, 1994:366)

3. a análise das instituições sociais:

“Analisar instituições sociais é reconstruir os conjuntos de regras, recursos e relações que as constituem, é traçar seu desenvolvimento através do tempo e examinar as práticas e atitudes das pessoas que agem a seu favor e dentro delas.”
(Tompson, 1994:367)

4. a análise da estrutura social:

“A análise da formação e reprodução das classes sociais, ou a análise da divisão entre homens e mulheres e outras formas congêneres de assimetria e desigualdade são exemplos do que está ligado à análise da estrutura social”. (Tompson, 1994:367)

5. e a análise dos meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão:

“Os meios técnicos conferem às formas simbólicas determinadas características, certo grau de fixidez, certo grau de reprodutibilidade, e certa possibilidade de participação para os sujeitos que empregam o meio e estão inseridos em contextos sócio-históricos particulares”. (Tompson, 1994:368)

A análise sócio-histórica se preocupa, portanto, em reconstruir os contextos sócio-históricos em que foram produzidas, difundidas e recebidas as formas simbólicas, além de observar as regras e convenções, as relações sociais e instituições, e a distribuição de poder, recursos e oportunidades em virtude das quais esses contextos constroem campos diferenciados e socialmente estruturados.

A próxima fase da HP é a análise formal ou discursiva.

2.1 A análise formal ou discursiva

Por apresentarem uma estrutura articulada, os objetos e expressões que circulam nos campos sociais, exigem uma análise formal ou discursiva, segundo Tompson. Para ele, a segunda fase da HP responsabiliza-se pela análise da “organização interna das formas simbólicas, com suas características estruturais, seus padrões e relações”. (Tompson, 1994: 469)

Como a análise sócio-histórica, também a análise formal ou discursiva dispõe de vários níveis de investigação. São eles:

1. Análise semiótica - consiste no estudo das “relações entre os elementos que compõem a forma simbólica, ou o signo, e das relações entre esses elementos e os do sistema mais amplo, do qual a forma simbólica, ou o signo, podem ser parte”. (Tompson, 1994:370)
2. Análise da conversação - consiste na análise formal das características estruturais das expressões linguísticas nas situações em que ocorrem.
3. Análise sintática - “Este tipo de análise se preocupa com a sintaxe prática ou com a gramática ou sintaxe que atua no discurso do dia-a-dia”. (Tompson, 1994 : 372)

4. Análise narrativa - consiste no estudo da estrutura narrativa de instâncias do discurso, ou “instâncias de comunicação correntemente presentes”.
5. Análise argumentativa - seu objetivo é reconstruir e tornar explícitos os padrões de inferência que caracterizam o discurso.

Finalmente a segunda fase da HP estabelece as bases para uma análise interessada primariamente na organização interna das formas simbólicas, nas suas características estruturais, seus padrões e relações. Esta fase, Tompson batizou de análise formal ou discursiva para distingüir da terceira e última fase da HP que é a interpretação/re- interpretação.

2.2 A interpretação/re-interpretação

Nesta fase, Tompson aponta para a necessidade de “uma construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito” (Tompson, 1994:375), facilitada pelos métodos da análise formal, mas não trabalhada rigorosamente pela mesma.

Desta forma, a interpretação/re-interpretação busca, na verdade, entender o caráter transparente das formas simbólicas, tratados aqui como construções que apresentam uma estrutura articulada, representam algo, dizem algo sobre alguma coisa.

Estas três fases, com seus respectivos métodos sistematicamente inter-relacionados, constituem portanto o que Tompson chamou de Hermenêutica da Profundidade ou HP. Um referencial metodológico que busca compreender e interpretar todas as características e relações intrínsecas e extrínsecas às formas simbólicas enquanto sujeito de análise.

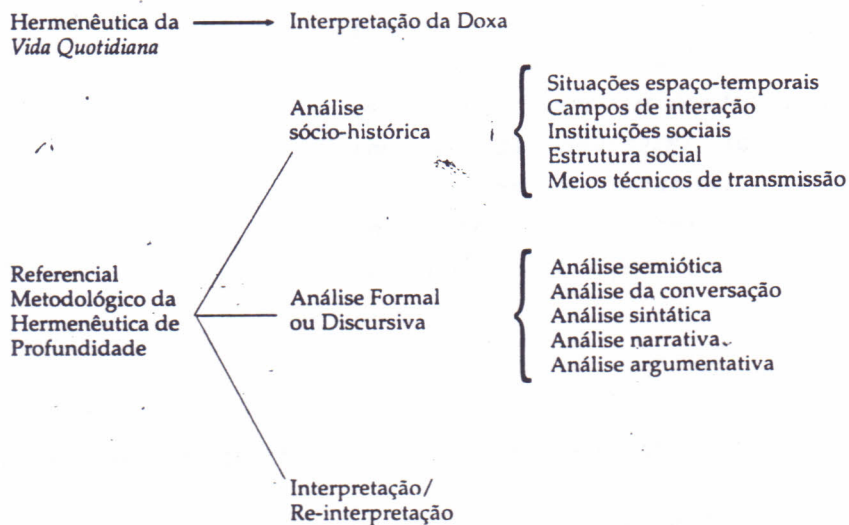
A HP como vimos, trabalha portanto com a análise das formas simbólicas de uma forma geral, sem referência a questões específicas relacionadas a sua produção e transmissão dentro do contexto da comunicação de massa. Mas Tompson resolveu esta questão propondo o “desenvolvimento metodológico do enfoque tríplice”, partindo das principais características da própria comunicação de massa e utilizando a HP como pano de fundo.

2.3 O desenvolvimento metodológico do enfoque tríplice

O enfoque tríplice no estudo da comunicação de massa analisa cada aspecto da mesma através de uma fase específica da HP, combinada em determinados casos com a interpretação da vida quotidiana ou “doxa”. Vejamos o gráfico proposto por Tompson para o enfoque tríplice:

Figura 6.1

Formas de Investigação Hermenêutica



A análise do enfoque tríplice tem por base três aspectos fundamentais da comunicação de massa: produção/transmissão, construção e recepção/apropriação das mensagens ou formas simbólicas. Segundo Tompson, a escolha destes campos de análise se justifica:

“A análise da produção e transmissão é essencial à interpretação do caráter ideológico das mensagens (formas simbólicas); pois ele lança uma luz sobre as instituições e as relações sociais dentro das quais essas mensagens são produzidas e difundidas, bem como sobre as afirmações e pressupostos dos produtores. O estudo da construção das mensagens é essencial porque ele examina as características estruturais em virtude das quais elas se constituem em fenômenos simbólicos complexos, capazes de modificar o significado. Finalmente, o estudo da recepção e apropriação das mensagens é essencial porque ele toma em consideração tanto as condições sócio-históricas em que as mensagens são recebidas pelas pessoas, como as maneiras como essas pessoas entendem as mensagens e as incorporam em suas vidas.” (Tompson, 1994:395-96)

Analisando-se, portanto, estes três aspectos através do processo de interpretação, diz Tompson, podemos explicar as “conexões” entre as mensagens produzidas, difundidas e recebidas em determinados contextos e seus caracteres ideológicos - isto é, “as maneiras como o significado mobilizado por mensagens específicas, pode servir, em determinadas circunstâncias, para estabelecer e sustentar relações de dominação”. (Tompson, 1994:396)

No caso específico desta monografia, veremos que as mensagens produzidas por uma instituição de comunicação, o jornal *O Povo*, sobre aspectos da “vida cotidiana” (doxa, realidade) das crianças e adolescentes, têm objetivos que variam de acordo com a realidade do contexto estruturado social e historicamente em que as mesmas mensagens - construções simbólicas, neste caso, textos - foram produzidas e difundidas.

Como bem avaliou Tompson, as atitudes dos meios de comunicação de massa são, desde a sua concepção, intencionais, e servem quase sempre para manter relações de dominação. Como poderemos observar, o papel social da comunicação de massa, que deveria servir como parceiro na mobilização da sociedade por condições melhores, não raras vezes serve apenas a fins políticos específicos, em nome da sobrevivência comercial e capitalista de seus próprios meios. Temos no jornal *O Povo*, objeto de análise específico desta monografia, um bom exemplo.

Antes porém de darmos prosseguimento ao nosso trabalho queremos deixar claro que ele está fundamentado no referencial da HP e do enfoque tríplice, mas, como o próprio Tompson sugeriu, nós utilizamos apenas alguns métodos de análise disponíveis de acordo com o

nosso campo, objeto e condições de estudo. Portanto, não nos coube aqui uma análise discursiva aprofundada, por exemplo, mas apenas uma análise de um aspecto ou outro do texto impresso jornalístico, visto que utilizamos manchetes de notícias e reportagens como fio condutor para as nossas interpretações/re-interpretações.

CAPÍTULO III: O ESTADO, O PODER E O JORNAL

3. Que Estado é este ?

A história do Brasil só tomou conhecimento do Ceará em 1535, quando o Rei D. João III distribuiu as capitanias hereditárias, cabendo a “Capitania do Siará” a Antônio Cardoso de Barros, fidalgo português que não se animou a tomar posse do feudo e foi, em 1556, devorado pelos índios caetés junto com o bispo D. Pero Fernandes Sardinha. Sua fase colonial foi atravessada de forma obscura, já que o Estado dedicava-se principalmente à pecuária, com uma agricultura de manutenção, sem açúcar, sem ouro ou nenhuma das riquezas daquele tempo.

Dependendo sucessivamente do Maranhão, do Pará e de Pernambuco, o Ceará só logrou autonomia em 1799, quando lhe nomearam o primeiro governador, Bernardo Manuel Vasconcelos. Nesta época, sediava-se a capital na Vila do Aquirás, passando Fortaleza à “cabeça do governo” somente a partir de 1810.

Depois de enfrentar a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador, vendo surgir e desaparecer seus principais heróis, o Ceará chegou ao final do século XIX como o primeiro Estado brasileiro a

libertar seus escravos e a aderir a luta republicana. Proclamada a República e passados os primeiros tempos agitados da consolidação da “ordem nova”, instalou-se aqui, como em vários outros Estados do Brasil, a chamada era das oligarquias e do coronelismo.

3.1 Ceará: dos coronéis aos liberais

Oligarquia era o termo utilizado para designar o governo de uma minoria, neste caso, dos coronéis, que mantinham naquele tempo comando total de seus municípios. As raízes do coronelismo vieram do início da conquista do território nacional, onde grandes donos de terras e de escravos, exerciam um poder privado, quase ilimitado, em seus domínios. O clã típico do coronelismo no Ceará, desde o Império, foi constituído pelos Acióli, que governaram até 1912, quando assumiu o poder o coronel Franco Rabelo. “O Ceará foi um dos Estados onde o governo oligárquico se configurou com maior agressividade” (Nobre, 1985:151).

Com a Revolução de 1930, os coronéis levaram um duro golpe e ensaiaram uma resistência, frustrada pela rápida vitória de Getúlio Vargas. A partir de então, em alguns Estados, o coronelismo começou a

decair, vítima da urbanização, industrialização, crescente hegemonia burguesa e maior autonomia dos trabalhadores. Mas no Ceará, como seu crescimento e prosperidade padeciam, periodicamente, de graves crises provocadas ora por secas, ora por invernos escassos, que debilitavam-lhe a economia e determinava a imigração de grande contingente dos seus filhos para outros Estados, os coronéis permaneceram fortes inclusive durante os árduos anos da ditadura militar. Sucumbindo apenas em 1986 com a conquista do governo do Ceará pelos “jovens empresários”.

“A expressão ‘jovens empresários’ refere-se à faixa etária do grupo (35 a 45 anos) e à sua postura não alinhada ao tradicionalismo/conservadorismo da velha classe” (Martin, 1994:37).

Eram os novos tempos que chegavam. Capitalizando em seu benefício as fragilidades do velho sistema coronelista, “caracterizado pela ausência do Estado quanto às demandas sociais, até porque, através da miséria, os coronéis asseguravam seu cetro paternalista e prolongavam, assim, sua sobrevivência” (Martin, 1994:117), os jovens empresários chegaram ao poder com o seu “Projeto das Mudanças”.

Vale ressaltar, que toda essa trajetória do Ceará é resultado do contexto nacional. As próprias eleições de 1986, que marcaram o início do Governo das Mudanças, tendo à frente o jovem empresário Tasso Jereissati, foram resultado do processo de redemocratização que envolveu todo o país. Mas o que realmente importa neste cenário, é que o fim das oligarquias e do coronelismo inaugura um segundo ato na história política do Estado. “Pela primeira vez na sua história, o Ceará passou a dispor de um genuíno projeto de desenvolvimento de modernização da sociedade” (Sampaio, 1997:543).

3.1.1 *O projeto das mudanças*

Quando Tasso Jereissati assumiu o governo do Ceará, em 1987, o Brasil, seguindo a orientação mundial, caminhava rumo a uma nova era, marcada principalmente pela defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Em 1988, é promulgada a nova Constituição Federal, determinando em seu artigo 227 que, além de procurar assegurar a todas as crianças e adolescentes os direitos à sobrevivência, ao desenvolvimento e à integridade, é dever de todos (da família, da

sociedade e do Estado) “colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Com efeito, a nova lei gerou um ambiente propício a discussões e introdução de profundas mudanças. No Ceará, o governo estabeleceu como metas prioritárias: “1) a erradicação do analfabetismo de crianças e adolescentes na faixa dos 7 aos 17 anos; 2) a redução da mortalidade infantil e materna; 3) a valorização da família, da criança e do adolescente; 4) a resolução da angustiante problemática da criança e do adolescente nas ruas” (Sampaio, 1997:544). Para tanto, contou com a ajuda do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência – UNICEF, que a pedido do governador, instalou um escritório no nosso território.

O UNICEF – Ceará teve como missão primeira desenvolver um plano de combate à mortalidade infantil, no que logrou ótimo desempenho. É verdade que existiam algumas instituições no Ceará voltadas para os problemas da criança e do adolescente, mas por falta de políticas sociais ativas e incentivos de ordem econômica, elas haviam sido relegadas ao esquecimento e tinham uma medíocre atuação.

A vinda do UNICEF para cá significou um aumento nos recursos disponíveis para a área e a “aquisição” de uma equipe atuante e experiente na resolução dos problemas que envolviam a infância e

adolescência. Além dessa preciosa ajuda, a partir de 1990, o Estado pode contar ainda com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), primeira legislação federal a nortear as ações para a defesa “de todos os direitos de todas as crianças e adolescentes”.

O ECA, como ficou mais conhecido, foi resultado de uma intensa mobilização nacional que convocou toda a sociedade a pensar nos problemas das crianças e adolescentes. As discussões e debates em torno do ECA duraram meses e provocaram algumas polêmicas que, até hoje, permanecem sem soluções práticas. No entanto, os 267 artigos do ECA representaram um detalhamento minucioso das conquistas em favor da população infanto-juvenil introduzidas no artigo 227 da Constituição de 1988.

Com a aprovação do ECA, surgiram novos atores importantes para a defesa dos direitos da criança e do adolescente. Só para citar alguns, os CEDECAS – Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (obrigatório em cada município, conforme determinação do estatuto), os Juizados da Criança e do Adolescente e a ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), organização não-governamental responsável, dentre outras coisas, por acompanhar as ações da mídia.

Todas essas mudanças foram acompanhadas de perto pelo veículo impresso mais tradicional do Estado, o jornal *O Povo*, “maior representante da imprensa do Ceará na atualidade” (Vianney, 1984 :103).

3.2 Que jornal é este ?

O jornal *O Povo* surgiu no cenário cearense em 7 de janeiro de 1928. Além dele, circulavam também o *Unitário*, o *Nordeste*, *Correio e Gazeta de Notícias*, sem incluir os semanários do interior. Quando nasceu, *O Povo* serviu de porta-voz aos liberais cearenses, grupo simpatizante dos valores clássicos da sociedade burguesa ao qual pertencia o seu fundador Demócrito Rocha. Na verdade, o jornal resultou do clima político da época, marcado por lutas ideológicas e violentas agressões pessoais.

Naquele tempo, Demócrito fazia campanha contra a máquina oligárquica que governava o Estado e, em 1927, na Praça do Ferreira, foi ferido por policiais, a mando dos coronéis, por causa de um artigo corrosivo escrito no jornal *O Ceará*, de Matos Ibiapina. Depois do atentado, Demócrito resolveu fundar seu próprio jornal. Assim nasceu *O Povo*.

“Quando surgimos, no raiar de 1928, houve uma espécie de restrição nas possibilidades econômicas de todos os jornais informativos: a taxa dos telegramas de imprensa foram sobrecarregadas com uma elevação de trezentos por cento, e um grande aumento começou a pesar sobre a tarifa do papel importado. O Povo inaugurou sua vida sob esse estado de cousas (sic).

Faltava-nos o apoio dos capitães e sofriamos, como ainda sofremos, o desfavor dos argentários. Combatendo os partidos, pela ausência ou pela estreiteza de seus ideais teríamos naturalmente, contra nós, o trabalho calculado dos políticos prejudicados pela nossa orientação. Todavia nunca recorreremos à bolsa de ninguém. Vamos vivendo". (O Povo, 7/1/1929).

Depois da morte de Demócrito, em 29 de novembro de 1943, *O Povo* passou às mãos de Paulo Sarasate, responsável pela consolidação do jornal como veículo e instrumento político. Sarasate pertencia a um partido político, a UDN, e não se esquivou de usar o jornal sempre que necessário. Antes de tudo, *O Povo* representava os interesses dele, o que significa dizer que funcionava também como uma caixa de ressonância para os interesses de uma parte da elite local, representada por Sarasate. Assim *O Povo* mergulhou por vários anos numa situação de comodidade e conservadorismo editorial. O que sobressaía no jornal era a figura onipotente do dono e suas ligações políticas.

Essa situação só começa a mudar na década de 50. O jornalismo praticado ainda estava longe de sua fase industrializada, mas a partir de então, se percebe mudanças em direção a isso. No entanto, o traço mais forte desse período, a politização do noticiário, ainda vai, ter que esperar até os anos 80 para desaparecer. Além disso, durante o regime de exceção instaurado em 1964, por exemplo, *O Povo* se caracterizaria por uma cega

obediência aos militares,

“sem esboçar nenhuma menção de desagrado, deixando de ser o porta-voz dos anseios de justiça social, omitindo informações até liberadas e, ainda por cima, verberando aqueles que se insurgiam contra certas ações antidemocráticas e até iníquas do governo, por meio dos seus editoriais louvaminheiros, onde escondia o medo para externar um adesismo cômodo...” (Nobre, 1985:104).

3.2.1 *A ligação do jornal com o poder*

Na década de 60, surge no cenário cearense a figura central de Virgílio Távora, o primeiro grande político local a perceber a importância dos meios de comunicação de massa na legitimação de um projeto político, tal qual fizera Getúlio Vargas (1937-45).

Virgílio investiu pesado na expansão dos meios de comunicação. No seu governo a TV Ceará, Canal 2, foi interiorizada. Também por suas mãos, teve início um clima de profissionalização, com a instituição de salários fixos para a profissão de jornalista, até antes praticada como um bico. Esse clima foi crucial, inclusive, para a criação do curso universitário de Comunicação Social, em 1965.

Virgílio sabia como tirar proveito do clientelismo das empresas jornalísticas, alimentando a dependência decorrente do próprio sistema econômico do Estado, “que era pobre, praticamente sem iniciativa privada” (Vidal, 1994:107). Como não havia anunciantes, as empresas de comunicação dependiam exclusivamente do Governo. Por outro lado, este garantia para si a adesão dos meios de comunicação.

O primeiro governo de Virgílio Távora (1963-1966), conhecido como I Veterado, foi pródigo no aliciamento dos jornais e dos jornalistas através de dinheiro público. “O jornal *O Povo*, assim como toda a imprensa cearense, tinha no governo seu principal sustentáculo” (Márcia Vidal, 1994:64).

Nessa época surgiu a prática do release na imprensa cearense. A assessoria do governo distribuía material sobre assuntos de seu interesse, que eram largamente utilizados pelos jornais. Durante seu segundo mandato (1979-82), Virgílio criou a Secom (Secretaria de Comunicação), que intermediava com os jornais os assuntos que deveriam ser pautados. Os jornais então pautavam-se ou simplesmente copiavam o release. Segundo Márcia Vidal, alguns jornais cobravam o espaço “concedido” a esse tipo de noticiário.

“Embora não haja evidências, é possível que o jornal O Povo funcionasse da mesma maneira, porque isso era praxe durante o II Viterado. As agências de publicidade não interferiam nesse processo. A transação acontecia diretamente entre o governo e os jornais” (Vidal, 1994:116).

Foi neste período que surgiram para os profissionais da imprensa os “Birôs”, que consistia no pagamento mensal dos jornalistas pelo governo do Estado ou do Município para que houvesse um tratamento especial com os fatos ligados à administração estadual e local. Aos jornais, os recursos chegavam através de verbas publicitárias. Houve momentos em que 60% do faturamento de *O Povo* vinha deste expediente (Vidal, 1994:90).

Assim *O Povo* dava seus primeiros passos na direção do capitalismo monopolista, que aos poucos sobrepõe os interesses comerciais aos interesses políticos, sem esquecer de tirar deste a melhor fatia para os seus cofres.

Meios como esses garantiram que no final do primeiro mandato de Virgílio, a imprensa cearense vivesse em clima de euforia, gozando confortavelmente da prática clientelista. *O Povo* havia instalado telex e aumentado sua circulação em 20%. O jornal também adotou inovações técnicas que o fizeram o mais lido e influente do Estado.

3.2.2 O jornal-empresa

Até o início dos anos 80, os interesses econômicos do jornal estiveram presos ao poder político local. Mas aos poucos a situação se inverteu: os interesses econômicos passaram a ditar os políticos.

Na gênese desta mudança está a industrialização do jornal. Agora, *O Povo* não era mais um porta-voz de uma classe específica, mas uma empresa em busca de lucro. E como tal, associar-se-ia a quem pudesse pagar mais pelos seus serviços de jornal mais influente do Ceará.

Através de pesados investimentos do Estado nos meios de comunicação de massa, Virgílio Távora permitiu que *O Povo* criasse uma sólida base empresarial.

“No II Veterado (1979/1982) a estrutura do jornal O Povo havia modernizado-se enormemente em relação ao I Veterado ocorrido no intervalo de 1963 até 1966. Tornou-se freqüente reportagens sobre temas sociais. O jornalismo investigativo estava presente ao lado do 'colunismo social, convivendo o arcaico com o moderno no mesmo jornal. Enfim, a prática do I Veterado, do jornal político, desaparecera completamente. E o jornal-empresa estava nitidamente estabelecido. Não havia mais

espaço para o jornal político, mas o jornal-empresa era friamente político e utilizava a política para auferir sempre em primeiro lugar os lucros em benefício próprio (Vidal, 1994:67).

Em 1981, o industrial Edson Queiroz funda o *Diário do Nordeste*, criado para atuar no mesmo segmento de *O Povo*, até então despreocupado em perder sua posição de melhor jornal do Estado. Com a concorrência, *O Povo* teve de partir para a sobrevivência em um novo ambiente, vendo-se na incômoda posição de ter de barganhar o seu espaço com os governantes locais.

O jornal no entanto saiu-se muito bem, segundo Márcia Vidal, graças a “uma bem dosada administração dos interesses do Estado e de seus próprios interesses enquanto empreendimento capitalista consolidado, onde a informação era antes de mais nada, um lucrativo negócio” (Vidal, 1994:135).

O *Diário do Nordeste* acabou se consolidando através de seu posicionamento editorial coerente, fazendo um jornalismo mais contemporâneo, enquanto *O Povo*, por sua vez, solidificou sua preferência popular, com sua tradição, reforçando sua credibilidade e ocupando os espaços deixados pelo *Diário do Nordeste*, tornando-se o jornal mais

influyente do Estado, mesmo não sendo o de maior circulação, título que ficou pertencendo ao *Diário do Nordeste*.

Outra característica marcante de *O Povo*, é o fato do jornal ser uma empresa familiar.

“O estilo de gestão numa empresa familiar se fundamenta na confiança do dono em alguns subordinados, na ação baseada na intuição do proprietário e em sua autoridade pessoal. No entanto, o desempenho moderno da empresa exige normas racionais, exigências de desempenho, uma cadeia de hierarquias, metas e um sistema de avaliações. Enquanto a empresa transita entre dois estilos de gestão, impera um duplo discurso, ora com ênfase na confiança e no favor, ora na competência e na exigência” (Ribeiro, 1994:98).

Sendo que o fato de ser uma instituição familiar, segundo o próprio jornal, não interfere na sua condição empresarial.

*“Somos instituição e empresa. Integradas, cada uma deve dar suporte à outra. Nossos interesses e nossos deveres nos obrigam a bem identificar os limites de cada uma, que não devem conflitar, mas serem harmonizados, sem sobreposição. A união desses dois conceitos surge do fato de lidarmos com a informação, bem essencial nas sociedades contemporâneas e patrimônio da comunidade, o que confere a *O Povo* papel decisivo na difusão das idéias, na aceleração da economia, na elevação do padrão de cidadania, enfim, em todas as instâncias do interesse coletivo”* (Carta de Princípios – *O Povo*).

3.3 O Estado e o Povo

Esse recorte histórico específico apresenta uma abordagem importante de um período recente da história do Ceará e da própria história do jornal *O Povo*, deixando claro o atrelamento deste com uma forma específica de poder, o Estado, o que na verdade não é um fenômeno exclusivamente do jornal, nem mesmo da imprensa cearense.

No Ceará, assim como no resto do país, o Estado “teve o papel de substituir as classes sociais em sua função de protagonista do processo de transformação e o de assumir a tarefa de ‘dirigir’ politicamente as próprias classes economicamente dominantes” (Márcia Vidal, 1994:136). A inexistência de um mercado de consumo interno aliado aos altos índices de analfabetismo, fizeram com que desde o seu começo, a imprensa se aliasse ao Estado em busca de sustentação financeira. Esta é uma regra sem exceção, e com o jornal *O Povo* foi assim.

Servindo a fins políticos específicos, durante toda a sua vida, *O Povo* até hoje mantém uma relação muito próxima com o Governo Estadual o que acaba limitando o espaço do jornal para criticar as ações governamentais. Isto influencia inclusive outros meios de comunicação,

uma vez que *O Povo* não forma opinião só entre os leitores, ele exerce também sobre a imprensa local, influência considerável no que diz respeito à linha editorial, escolha de temas, destaques e, especialmente, no tratamento dispensado ao governo estadual.

CAPÍTULO IV: E AS NOSSAS CRIANÇAS ?

4. As notícias do jornal *O Povo*

Finalmente chegamos ao capítulo que complementa o nosso trabalho: nele analisaremos as notícias sobre crianças e adolescentes publicadas pelo jornal *O Povo* nos períodos que compreendem os meses de julho, agosto e setembro de 1986, 1990 e 1996.

As notícias serão analisadas dentro da Hermenêutica da Profundidade, através do enfoque da análise interpretativa do enfoque tríplice, como foi visto no segundo capítulo. No geral são notícias cujas manchetes trazem palavras que tratam dos assuntos relacionados à criança e ao adolescente. Como também já foi esclarecido, a produção da notícia pelo jornal *O Povo* envolveu processos estruturados dentro de contextos sócio-históricos definidos, que aqui serão enumerados conforme necessidade, visto que já foram analisados detalhadamente no capítulo anterior.

4.1. 1986: “Menor mata estudante com um tiro no peito”

Em 1986, o jornal *O Povo* publicou muitas notícias sobre crianças e adolescentes (Ver anexo III). No entanto, a cobertura se dava principalmente quando os personagens estavam envolvidos em cenas de violência.

Palavras como “mirim”, “trombadinha”, “pivete” eram bastante utilizadas para designar crianças ou adolescentes que cometiam atos de infração. Estas palavras eram usadas com o intuito de chocar e atrair o público leitor, segundo o jornalista José Paulo Araújo (in “*Marketing para uma sociedade não anônima*”, 1997). Investir num estilo mais leve e provocante de jornalismo, bem como em notícias envolvendo crime ou violência sexual, era um grande negócio para a imprensa daquela época, já consolidada como empresa comercial.

Ao tratar as crianças e adolescentes por sinônimos pejorativos, a imprensa de uma maneira geral criava uma outra “categoria” ou “classe” de indivíduos que vivia à margem da sociedade. Portanto não dizia respeito àquela.

Ao colocar as crianças no mesmo patamar dos marginais, criminosos perigosos e irrecuperáveis, o jornal tirava dos leitores a responsabilidade por aquela situação. Pouco, ou melhor quase nenhum material, existe neste período

discutindo as causas daquela realidade ou questionando os valores sociais vigentes àquela época.

Somente as crianças e adolescentes que tinham família, casa, comida e roupa lavada é que eram portadores de direitos, na visão daqueles que produziam o jornal. O “estudante” era sempre vítima do “mirim”, do “menor de rua”, daquele que não tinha lei, casa ou alma.

A imprensa, ao invés de exercer o seu papel crítico, legitimava o terror e a injustiça de que eram vítimas as crianças e adolescentes menos favorecidos. Denunciar para que ou para quem? Era mais fácil e mais cômodo silenciar certas verdades que a própria sociedade teimava em não enxergar. Aquelas crianças que não tinham teto, não tinham um lar, que muitas vezes precisavam roubar para comer, definitivamente não diziam respeito a ninguém. Não tinham vez, nem voz.

Segundo o chefe da redação naquela época, jornalista Paulo Henrique Raulino (Ver anexo IV), a cobertura do jornal *O Povo* acontecia de maneira “descuidada” com relação aos assuntos envolvendo crianças e adolescentes “até mesmo por simples falta de atenção”. A verdade é que não existia nenhuma entidade ou interesse por parte da própria instituição em fiscalizar as notícias. Além de que os próprios jornalistas demonstravam incapacidade, ou seja, despreparo para lidar com assuntos desta natureza. Era a velha máxima que imperava: “se as idéias não condizem com os fatos, então pior para os fatos”.

Contudo a partir de 1988, este quadro começa a mudar, graças à nova Constituição Federal que traz no seu bojo a semente de uma nova perspectiva para aqueles personagens: o artigo 227 que trata das garantias dos direitos básicos de “todas as crianças e adolescentes”.

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (Constituição Federal, 1997: 189)

Ao falar em dever (“É dever da família...”) o artigo sinaliza claramente que os direitos da criança e do adolescente têm de ser considerados deveres das gerações adultas. A família, a sociedade e o Estado são explicitamente reconhecidos como as três instâncias reais e formais de garantia dos direitos enunciados na Constituição e nas leis. A referência inicial à família explicita sua condição de esfera primeira, natural e básica de atenção.

No entanto, esta semente só iria germinar alguns anos depois. Mesmo assim, o Estado começava a dar sinais de que algo realmente iria acontecer. A convite do governador Tasso Jereissati, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF instala um escritório no Ceará. O UNICEF é um órgão ligado as Organizações das Nações Unidas (ONU) que tem por objetivo das cobertura a todas as ações que envolvem crianças e adolescentes. A vinda do UNICEF para cá representava mais disponibilidade de recursos para a área e a aquisição de uma equipe experiente para fiscalizar as ações desenvolvidas no Estado, tanto em nível governamental quanto em outras instâncias. Por outro lado, significava também que o Governo estava disposto a assumir o compromisso de mudar a realidade das crianças e adolescentes cearenses.

4.2. 1990: “A favor da criança”

Em 1990 observa-se uma postura mais crítica do jornal perante os fatos envolvendo crianças e adolescentes, com destaque para matérias que buscavam apresentar “soluções” para os problemas das crianças e adolescentes. Esta postura refletia-se no conjunto de notícias e reportagens publicadas a partir daquele ano. São exemplos os recortes do anexo da página . Segundo o jornalista Paulo Henrique Raulino, a presença das leis (Constituição Federal) na redação

facilitava a consulta em caso de dúvida e forçava o profissional a examinar mais cuidadosamente os assuntos que trabalhava.

A mudança observada no jornal *O Povo*, refletia a própria mudança da visão de mundo da sociedade. Os “mirins”, “pivetes” e “trombadinhas” ganham de volta suas verdadeiras identidades de crianças e adolescentes “em situação de risco”. Artigos, editoriais, reportagens abordando a questão da criança e do adolescente de forma mais crítica e persistente, são encontrados, agora, com mais frequência. Páginas de debates e análises pautadas na realidade da criança e do adolescente, tornam-se expediente comum nas edições de *O Povo*.

No plano estadual, o Governo, seguindo a tendência mundial, adota medidas prioritárias para atender às necessidades das crianças e adolescentes, enquanto o UNICEF-Ce promove cursos de capacitação para profissionais da imprensa e dos meios eletrônicos, pautando-se nas ações dos próprios meios de comunicação que, a esta altura, assumem uma atitude mais cautelosa ao lidar com a realidade das crianças e adolescentes.

Nos anos seguintes, a atuação do Governo, que investiu maciçamente na consecução de projetos em prol das crianças e adolescentes, na tentativa de mudar a realidade e a difícil situação destes personagens, começa a dar resultados. O Estado do Ceará, que tinha os piores índices de mortalidade e analfabetismo infantil do Brasil, por exemplo, torna-se referência para os demais Estados da Federação por conseguir desenvolver ações eficazes de combate àquele problema.

O governo recebe os prêmios Maurice Pate (Ver anexo III) e Criança e Paz do UNICEF, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol das crianças e adolescentes.

Se antes os terríveis números de analfabetismo e mortalidade infantil eram tidos pela imprensa como prato cheio para várias conjecturas desfavoráveis a todos, menos ao próprio veículo, é claro, agora é necessário ter seriedade, e, em nome da sobrevivência, apostar na credibilidade para acertar os passos com a “nova era”. Com tantos meios e recursos disponíveis para obter informação, o leitor torna-se cada vez mais informado e menos tolerante às “inverdades”.

Mil novecentos e noventa é também o ano em que entra em vigor, oficialmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conjunto de leis concebidas com o propósito de assegurar proteção integral ao conjunto da população infanto-juvenil brasileira.

O ECA desperta na sociedade a curiosidade. Os debates e discussões que giram em torno das leis propiciam o surgimento de uma visão mais crítica dos próprios fatos, da realidade e dos meios de comunicação. Entidades para defesa dos direitos da criança e do adolescente ganham vida. Novos atores sociais surgem no cenário nacional como os juizes e promotores da infância e da adolescência.

No âmbito mundial, os países são convocados a participar do ciclo de conferências sociais da ONU. Em Nova Iorque, acontece a primeira reunião da *Cúpula Mundial da Infância*. Três anos depois, em Viena, realiza-se a II *Conferência*

Internacional de Direitos Humanos. Em 94, no Cairo, há a *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*. Todos estes encontros, somados aos demais acontecimentos nos planos sociais, econômicos, políticos e estruturais, funcionam como elementos propulsores de mudanças comportamentais, sociais e, em última instância, políticas relacionadas direta ou indiretamente com a questão da criança e do adolescente.

A elevação da infância e adolescência à condição de fundamento ético-político de toda a construção dos direitos humanos torna-se um dos imperativos morais da nossa época. Os que antes eram considerados portadores de necessidades, devem agora ser considerados sujeitos de direitos exigíveis com base na lei.

4.3. 1996: “Ceará recebe prêmio do UNICEF”

Em 1996, o jornal *O Povo* destaca-se pela sua cobertura aos assuntos relacionados à criança e ao adolescente. Quem observa isto é a Agência Nacional dos Direitos da Infância - ANDI, organização não-governamental com sede em Brasília e apoiada pelo UNICEF e Instituto Airton Senna, que se dedica à pesquisa e divulgação de fatos, denúncias e personagens relevantes para a defesa de crianças e jovens no Brasil. Abaixo estão alguns exemplos de notícias produzidas neste período: (Ver anexo III)

“Ceará recebe prêmio do UNICEF na área da Educação”

**“Oitenta por cento dos portadores de doenças neuropsicomotoras do Ceará
estão no interior”**

“Criança quase era levada por italianos ilegalmente”

“Reduzir taxa de analfabetismo é principal meta da educação”

A ANDI tem como função estratégica servir de fonte permanente de pautas para jornais, rádios e televisões, com o objetivo de não permitir que a cobertura da realidade da infância e adolescência no País se esgote nos termos mais aparentes. A ANDI dedica-se a manter a mídia mobilizada para a cobertura dos grandes problemas que afetam a dignidade da infância e adolescência, tendo

como prioridade a divulgação de experiências bem sucedidas na busca de soluções sociais.

A ANDI surgiu em 1994, ou seja, quatro anos depois do Estatuto da Criança e do Adolescente ter entrado em vigor. É importante frisarmos que num primeiro momento o Estatuto gerou polêmica, pois, na visão de várias instâncias da sociedade ele serviria para defender os menores infratores. Segundo José Paulo de Araújo, oficial de comunicação do UNICEF-Ce, quando o Estatuto tornou-se de conhecimento público, haviam vendido uma idéia errada do que ele deveria representar. “O ECA, por exemplo, fala do direito à vida, à amamentação, ao alojamento conjunto. Ninguém vendeu esta idéia. Vendeu o ECA como um estatuto não feito para a criança e o adolescente mas sim feito para a criança e o adolescente infrator. Se você vir esses programas de televisão de linha policial, por exemplo, fora outros, muitas pessoas vão lá falar do ECA sem nunca ter lido, sem conhecimento de causa. E criticam mesmo sem conhecer. A imprensa escrita, até mesmo pelo seu papel mais observador, tem mais cuidado com isso.” (Entrevista, dia 28/8/98 – Ver anexo IV)

Portanto a ANDI antes de mais nada serviu para alertar a mídia de que uma nova era para as crianças e adolescentes havia começado e que, mais do que nunca, tornava-se imprescindível cada um olhar para o seu próprio umbigo.

No começo de 1997, a ANDI publicou uma pesquisa intitulada *Infância na Mídia - 1 ano de pesquisas* (Ver anexo II), em que relata e procura analisar a

cobertura dos jornais brasileiros mais atuantes sobre a infância e adolescência no período que vai de abril de 1996 a março de 1997. Ao todo foram pesquisados mais de 50 jornais de norte a sul do Brasil. Dentre os 15 jornais mais atuantes, o jornal cearense O Povo conquistou o 8º lugar, abaixo apenas de dois jornais do Distrito Federal (onde fica a sede da ANDI), dois de São Paulo e dois do Rio de Janeiro (que têm o maior parque jornalístico do país) e um da Bahia (com pouquíssima diferença em relação à quantidade de matérias do jornal cearense.

No plano nacional, a própria estabilidade econômica e política, conquistada depois de tanto tempo, favorece a criança e o adolescente, no plano social, de uma maneira geral, pois agora os Governos podiam investir e dar prioridade a outras áreas que não somente as de necessidade básica. Os meios de comunicação também comemoram mais espaço disponível para a investigação de outros assuntos que não, prioritariamente, os políticos. Assim é comum encontrarmos nos jornais, por exemplo, reportagens de página inteira sobre vários assuntos ligados à criança e ao adolescente, bem como de outras áreas que até bem pouco tempo pareciam não existir no Brasil, como o turismo e a ecologia.

No Ceará, projetos estaduais como o “Criança fora da rua, dentro da escola” ganham mais notoriedade e visibilidade. Claro que a propaganda institucional maciça desses projetos também colaboram para dar uma visão mais otimista da realidade. Mesmo assim, o jornal, que agora dispunha de mais espaço, pauta estes temas com mais responsabilidade e de forma mais crítica.

CONCLUSÃO

O grande desafio, para tirar os direitos da criança e do adolescente do papel, é inseri-los cada vez mais profundamente no papel da imprensa. Num país populoso e de dimensões continentais como o Brasil, é muito difícil desencadear um processo de mobilização social, sem contar com um potente, persistente e competente esforço de comunicação. Foi esta a constatação que tivemos ao realizar nosso trabalho.

Estudando a atuação do jornal *O Povo* com relação às notícias e reportagens sobre crianças e adolescentes, chegamos à conclusão de que mesmo sensível às questões relativas a tais personagens, acompanhando as grandes mudanças da imprensa nacional, o jornal precisa estar sempre atento para não deixar que a sua cobertura se esgote nos termos mais aparentes. Os profissionais precisam ainda de melhor preparo para trabalhar com temas que exigem melhor discernimento e tato social.

Os novos paradigmas que se construíram exigem cada vez mais que os profissionais, bem como os meios, sejam interlocutores ativos e críticos, além de parceiros na consecução do objetivo maior de mobilizar o Brasil em favor do atendimento pleno dos direitos da infância e da juventude.

Como profissionais da imprensa, é preciso que sejamos capazes de despertar sentimentos, de comprometer consciências, de tornar coesovontades e de organizar redes que, da periferia para os centros de poder e de baixo para cima, sejam capazes de ir despertando o Brasil para a tarefa que nos irá permitir entrar de cabeça erguida no século XXI. Podemos, como comunicadores, contribuir consideravelmente para mudar a situação de muitas crianças e adolescentes do nosso Estado. A imprensa sozinha não vai fazer tudo o que é preciso, mas, sem ela, nada se fará.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, José Paulo de. *Marketing para uma sociedade não anônima*. Fortaleza: Iplance, 1997. 71p.
- CARVALHO, Gilmar & MESQUITA, Vianney Campos de. *Estudos de Comunicação no Ceará*. São Paulo: Edições Agora, 1985.
- FARIA, Maria Alice de Oliveira. *O jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1991. 128p.
- IPLANCE. *Ceará em números*. Fortaleza: Departamento de Estatística e Informação, 1996. 80 p. (Ceará em Números; v.4)
- LAGE, Nilson. *Ideologia e Técnica da Notícia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MARTIN, Isabela. *Os empresários no poder: o projeto político do CIC (1978 - 86)*. Fortaleza: Secult, 1993. 124 p. (Série Monografia, 1)
- MEDINA, Cremilda de Araújo. *Profissão Jornalista : responsabilidade social*. São Paulo: Forense - Universitária, 1982. 302p.
- _____, *Notícia: um produto à venda*. São Paulo: Summus Editorial, 1978. 191p.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática. 1989. 188p.
- _____, *Jornalismo fin-de-siècle*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993. 154p.
- _____, *Quem manipula quem?: Poder e massa na indústria da cultura e da comunicação no Brasil*. 5ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.
- _____, *Política e Imaginário nos Meios de Comunicação para massas no Brasil*. Ciro Marcondes Filho (org.). São Paulo: Summus, 1985. 165 p.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Vozes, 1985. 168p.
- _____, *Comunicação: teoria e política*. São Paulo: Summus, 1985. (Novas buscas em comunicação)

- _____, *Jornalismo no Brasil Contemporâneo: estudos e depoimentos*. José Marques de Melo (org.). São Paulo: Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicação e Artes/ USP, 1984. 222p.
- MOUILLAUD, Murice, PORTO, Sérgio Dayrell (org.) & RODRIGUES, Adriano Duarte et alli. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- NOBRE, Geraldo da Silva. *Introdução à História do Jornalismo Cearense*. Fortaleza: Editorial Cearense, 1974.
- NOVO MANUAL DA REDAÇÃO. 4 ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 1992.
- REVISTA MARKETING, ano 31, n. 299, p. 22-27 (Dezembro/1997)
- RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SÁ, Adísia. *Imparcialidade jornalística: do mito à realidade*. *Revista de Comunicação Social*. Fortaleza: Departamento de Comunicação Social, V.X, n 1, 1980.
- _____. *Biografia de um Sindicato*. Fortaleza: Edições UFC, 1981. 146 p.
- SAMPAIO, Dorian. *Anuário do Ceará 86/87*. Fortaleza: Stylus Comunicações LTDA, 1987.
- _____. *Anuário do Ceará*. Fortaleza: Empresa Jornalística O Povo e Anuário do Ceará Publicações LTDA, 1996/1997. 646 p.
- TOMPSOM, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*. 1ed. Petrópolis: São Paulo: Vozes, 1995.
- UNICEF. *Situação Mundial da Infância 1997*. Brasília: UNICEF, 1997. 108 p.
- VIDAL, Márcia. *Imprensa e Poder: o I e II Veterados (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo*. Fortaleza: Secult, 1994. 154p. (Coleção Teses Cearenses, 5).

PERIÓDICOS

REVISTA IMPRENSA – Jornalismo e Comunicação, São Paulo, ano II, Feeling Editorial
LTDA, Dezembro de 1996.

JORNAL O POVO, Fortaleza, Empresa Jornalística O Povo. Edições do período de agosto,
setembro, outubro de 1986 – 1996.

CARTA DE PRINCÍPIOS DE O POVO. Fundação Demócrito Rocha, 1992.

ANEXOS

ANEXOS I

BRASILIA
Fevereiro 2001

Revisão

Revisão

Educação

Saúde e Nutrição

Violência

Assistência Social

Internacional

Comportamento

Arte

Trabalho

Mortalidade Infantil

ONGs - Serviços

Meninos de Rua

Direitos e Justiça

Exploração Sexual

Campaña Desportiva

Esportes

Tudo

INFÂNCIA NA MÍDIA IMPRESSA CEARENSE

Período: Julho, Agosto e Setembro de 1986

O POVO

ASSUNTOS MAIS ABORDADOS

Retranca	Número de inserções
Educação	6
Saúde e Nutrição	4
Violência	15
Assistência Social	0
Internacionais	1
Comportamento	1
Arte	0
Trabalho	1
Mortalidade Infantil	3
ONGs	0
Meninos de Rua	2
Direitos e Justiça	0
Exploração Sexual	1
Crianças Desaparecidas	0
Esportes	0
Total	33

INFÂNCIA NA MÍDIA IMPRESSA CEARENSE
Período: Julho, Agosto e Setembro de 1986

DIÁRIO DO NORDESTE

ASSUNTOS MAIS ABORDADOS

Retranca	Número de inserções
Educação	2
Saúde e Nutrição	10
Violência	15
Assistência Social	2
Internacionais	1
Comportamento	0
Arte	0
Trabalho	2
Mortalidade Infantil	4
ONGs	0
Meninos de Rua	2
Direitos e Justiça	1
Exploração Sexual	5
Crianças Desaparecidas	2
Esportes	0
Total	46

INFÂNCIA NA MÍDIA IMPRESSA CEARENSE

Período: Julho, Agosto e Setembro de 1996

O POVO

ASSUNTOS MAIS ABORDADOS

Retranca	Número de inserções
Educação	26
Saúde e Nutrição	25
Violência	9
Assistência Social	2
Internacionais	5
Comportamento	5
Arte	2
Trabalho	4
Mortalidade Infantil	3
ONGs	2
Meninos de Rua	2
Direitos e Justiça	1
Exploração Sexual	0
Crianças Desaparecidas	1
Esportes	0
Total	87

INFÂNCIA NA MÍDIA IMPRESSA CEARENSE
Período: Julho, Agosto e Setembro de 1996

DIÁRIO DO NORDESTE
ASSUNTOS MAIS ABORDADOS

Retranca **Número de inserções**

Educação	20
Sáude e Nutrição	16
Violência	9
Assistência Social	7
Internacionais	5
Comportamento	2
Arte	1
Trabalho	2
Mortalidade Infantil	3
ONGs	1
Meninos de Rua	3
Direitos e Justiça	6
Exploração Sexual	2
Crianças Desaparecidas	3
Esportes	1
Total	81

ANEXOS II

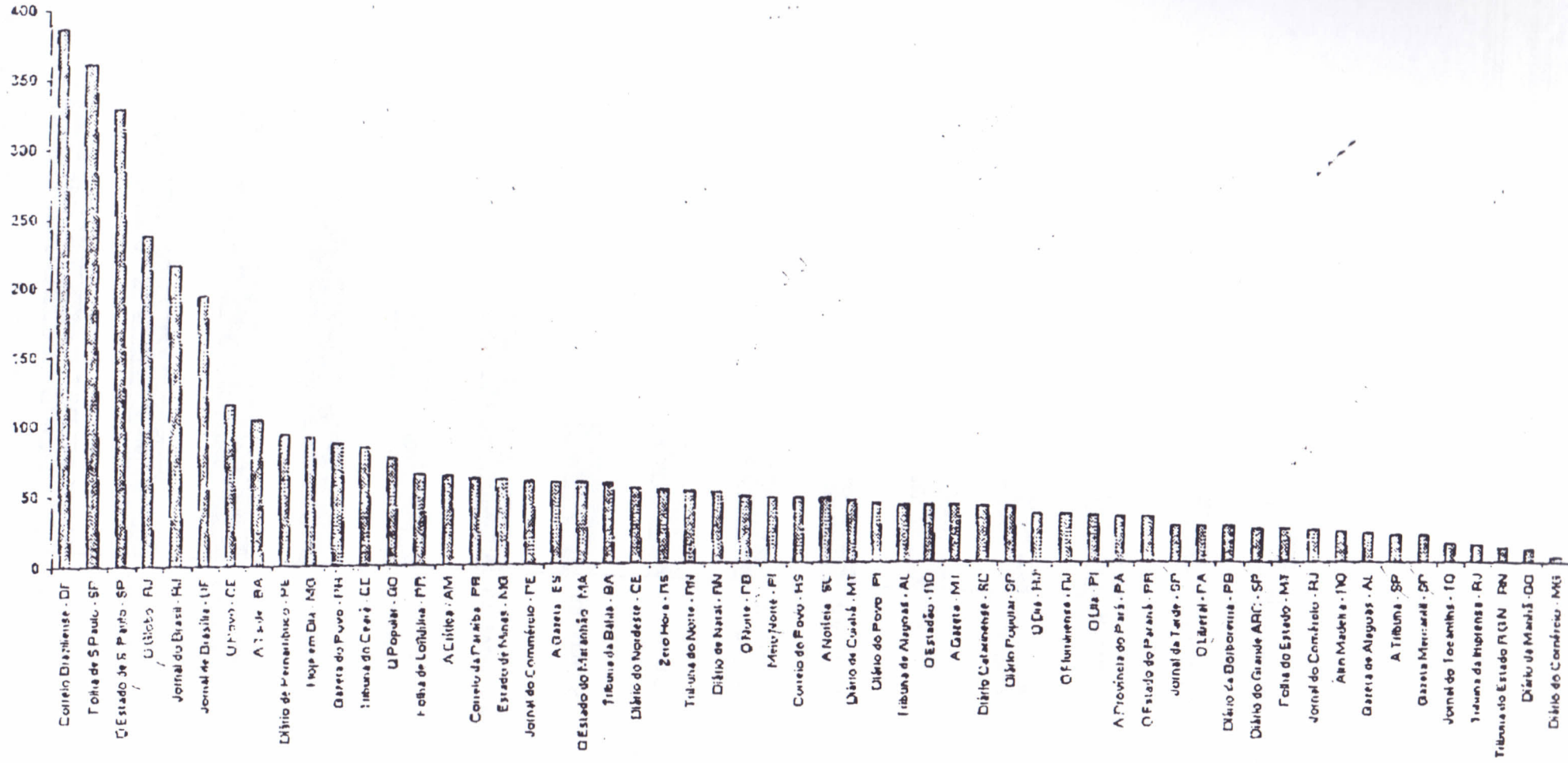
Proyecto
Gub. Arzobispado y Arzobispado de Tlaxcala

Arzobispado de Tlaxcala
Arzobispo
Arzobispo
Arzobispo

Arzobispo de Tlaxcala

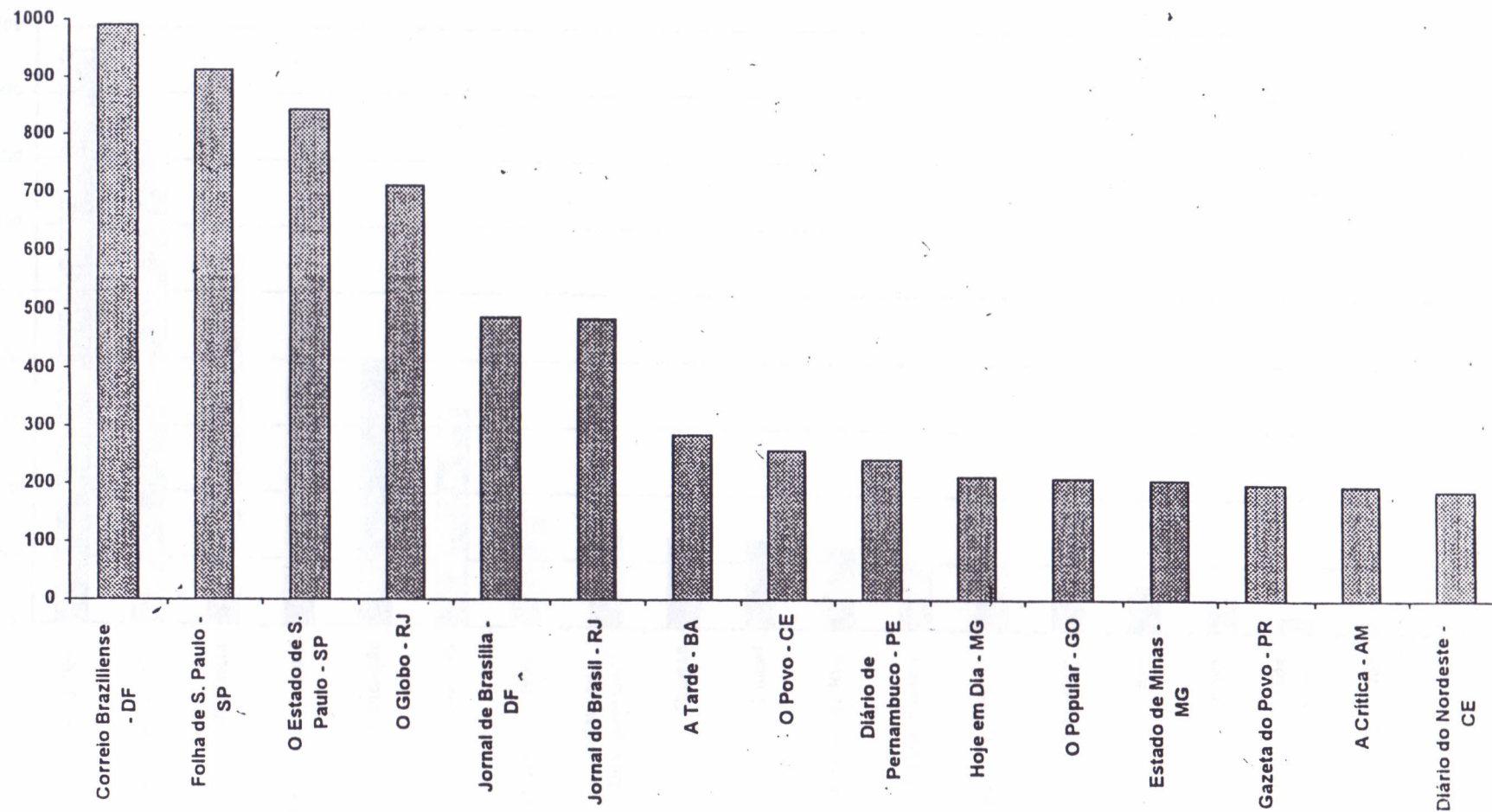


Atuação global dos jornais na área da infância

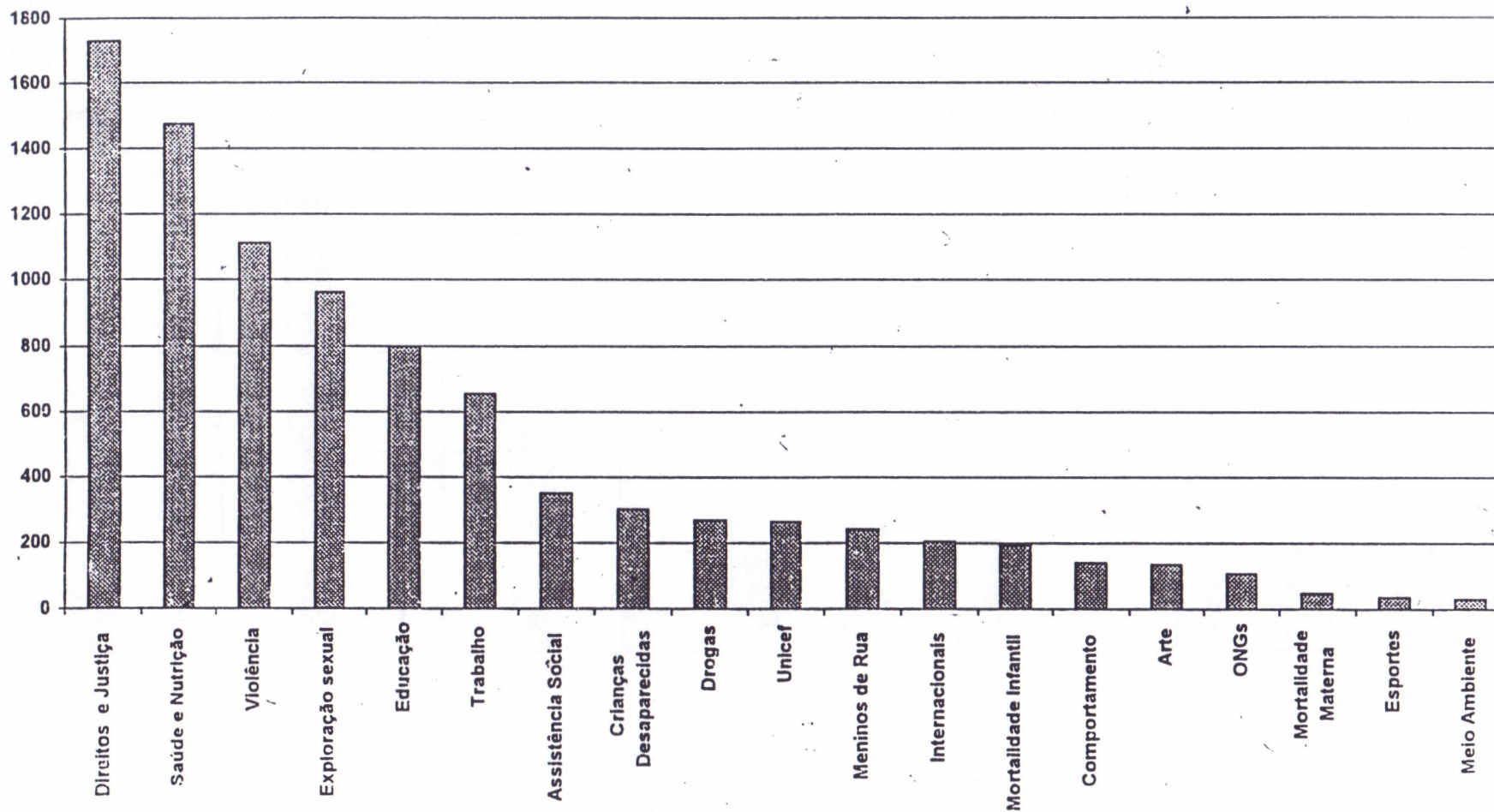




1 ano de pesquisa - jornais mais atuantes



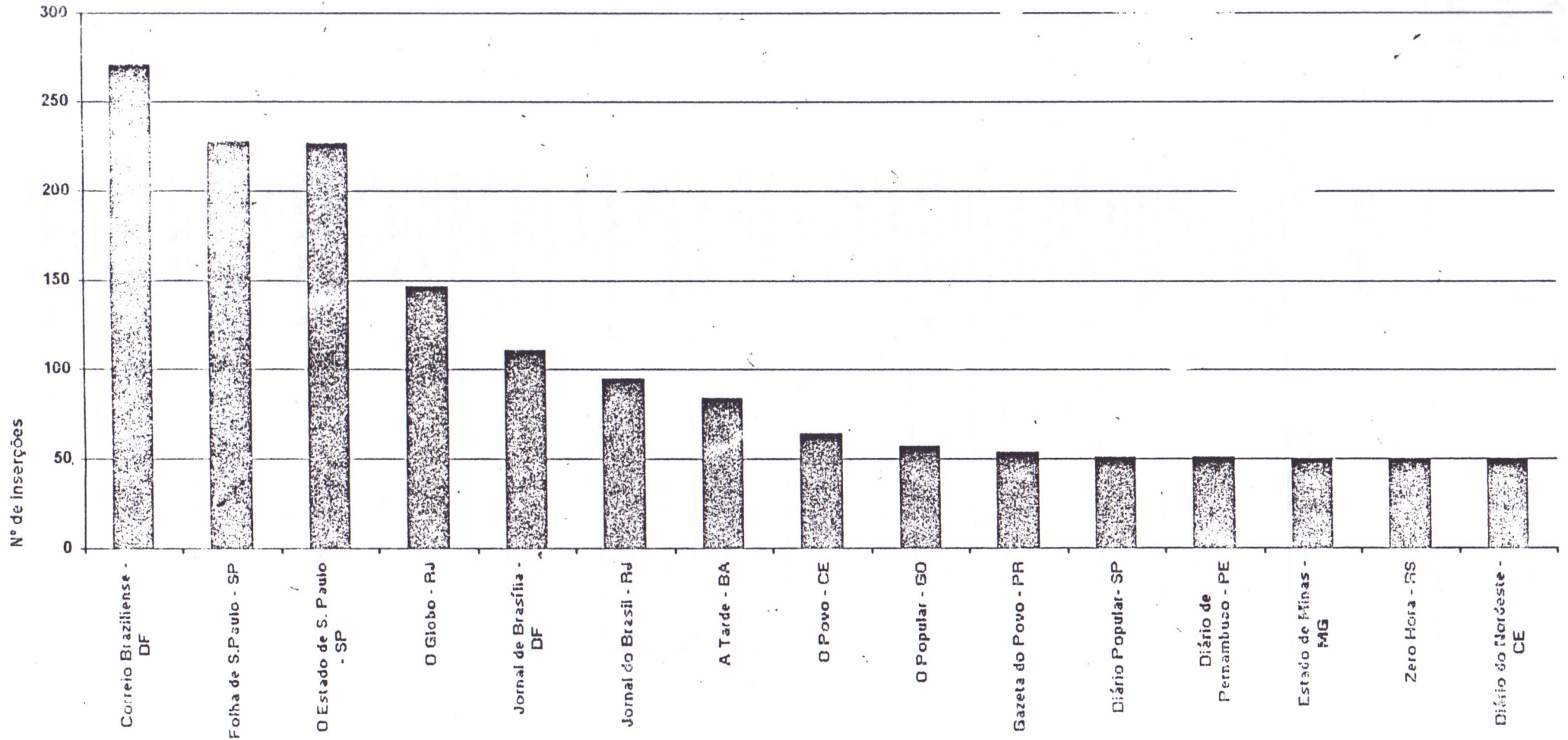
1 ano de pesquisa - temas mais abordados



Atuação global dos jornais na área da infância:

(Soma de inserções em todas as retrancas)

Gráfico com os 15 jornais de maior atuação





Artigos

Retranca	Jornal	Nº de publicações
<u>Comportamento</u>	Estado de Minas - MG	2
	Diário do Povo	2
	Jornal do Dia - AP	1
<u>Direitos e Justiça</u>	Correio Braziliense - DF	4
	O Estado de S. Paulo - SP	3
	O Norte - PB	3
	Folha de S. Paulo - SP	2
	Diário Popular - SP	2
	Gazeta do Povo - PR	2
	Hoje em Dia - MG	1
	Jornal da Praça	1
	Jornal de Brasília - DF	1
	O Liberal - PA	1
	Jornal do Tocantins - TO	1
	O Popular - GO	1
	Tribuna do Estado R.G.N. - RN	1
	Zero Hora - RS	1
	Meio Norte - PI	1
	Gazeta de Alagoas - AL	1
	Folha de Londrina - PR	1
	A Crítica - AM	1
	<u>Diário do Nordeste - CE</u>	1
	O Dia - RJ	1
	Diário do Comércio	1
	Diário de Natal - RN	1
	Diário de Cuiabá - MT	1
	Diário Catarinense - SC	1
	A Gazeta - MT	1
	A Gazeta - ES	1
	Gazeta de Sergipe	1
<u>Drogas</u>	Folha de S. Paulo - SP	1
	Gazeta do Povo - PR	1
	O Globo - RJ	1
<u>Educação</u>	Jornal de Brasília - DF	2
	O Globo - RJ	1
	A Gazeta - MT	1
	Diário de Cuiabá - MT	1
	Estado de Minas - MG	1
	Hoje em Dia - MG	1
	Jornal do Brasil - RJ	1

Retranca	Jornal	Nº de publicações
<u>Educação</u>	O Estado de S. Paulo - SP	1
	O Povo - CE	1
<u>Exploração Sexual</u>	Tribuna da Bahia - BA	2
	A Gazeta - ES	1
	Correio Braziliense - DF	1
	Diário de Cuiabá - MT	1
	Jornal do Brasil - RJ	1
	A Notícia - SC	1
	Jornal de Brasília - DF	2
<u>Meio Ambiente</u>		
<u>Meninos de Rua</u>	Diário de Pernambuco - PE	1
	O Dia - RJ	1
	O Povo - CE	1
<u>Mortalidade Infantil</u>	O Estado de S. Paulo - SP	1
<u>Mortalidade Materna</u>	O Globo - RJ	1
<u>ONGs</u>	O Globo - RJ	5
<u>Políticas Públicas</u>	O Estado de S. Paulo - SP	2
	Correio Braziliense - DF	2
	Correio da Paraíba - PB	2
	Folha de S. Paulo - SP	2
	O Norte - PB	2
	O Globo - RJ	1
	O Fluminense - RJ	1
	Gazeta Mercantil - SP	1
	Gazeta de Alagoas - AL	1
	Diário do Povo	1
	O Popular - GO	1
	Jornal da Tarde - SP	1
	Estado de Minas - MG	3
	A Gazeta - ES	1
	Correio Braziliense - DF	1
	Diário da Amazônia	1
	Folha de S. Paulo - SP	1
Meio Norte - PI	1	
Tribuna da Bahia - BA	1	
<u>Trabalho</u>	Hoje em Dia - MG	1
	O Estado de S. Paulo - SP	1
	O Norte - PB	1
	Diário da Borborema - PB	1
<u>Unicef</u>	Estado de Minas - MG	1
	Jornal de Brasília - DF	2
<u>Violência</u>	Tribuna do Estado R.G.N. - RN	1
	Diário de Pernambuco - PE	1
	Folha de S. Paulo - SP	1
	O Globo - RJ	1
	O Norte - PB	1



Editoriais

<u>Retranca</u>	<u>Jornal</u>	<u>Nº de publicações</u>
<u>Direitos e Justiça</u>	Diário de Cuiabá - MT	2
	A Tarde - BA	2
	Gazeta do Povo - PR	1
	Jornal do Comércio - RJ	1
	Jornal do Tocantins - TO	1
	O Estado de S. Paulo - SP	1
	O Norte - PB	1
<u>Drogas</u>	Diário de Cuiabá - MT	1
<u>Educação</u>	O Estadão - RO	1
<u>Exploração Sexual</u>	A Tribuna - SP	1
	O Norte - PB	1
<u>Meninos de Rua</u>	Tribuna do Ceará - CE	2
	Hoje em Dia - MG	2
<u>Políticas Públicas</u>	O Estado de S. Paulo - SP	4
	Jornal do Tocantins - TO	1
	Meio Norte - PI	1
	Folha de S. Paulo - SP	1

<u>Retranca</u>	<u>Jornal</u>	<u>Nº de publicações</u>
<u>Saúde e Nutrição</u>	Zero Hora - RS	2
	Jornal do Comércio - PE	1
	Jornal do Tocantins - TO	1
	O Norte - PB	1
	O Povo - CE	1
<u>Trabalho</u>	Jornal do Comércio - PE	2
	Folha de Londrina - PR	1
	O Globo - RJ	1
<u>Violência</u>	Jornal do Comércio - PE	1
	Correio Braziliense - DF	1
	Diário de Cuiabá - MT	1
	Total	37

ANEXOS III

Menor mata estudante com um tiro no peito

1986

29/08/86
p. 16

Uma brincadeira com arma de fogo entre dois menores terminou em crime de morte, ontem, pouco depois do meio-dia, no Conjunto Industrial. Maria Luciana Moura, nove anos de idade, tombou morta no quarto de sua casa ao ser atingida por tiro de revólver no peito esquerdo, detonado pelo garoto F.C.L.S., de 16 anos. A mãe da menina, Inês Maria da Conceição Moura, testemunhou o homicídio.

Segundo a delegada daquele bairro, Francy Wagner, F.C.L.S. era muito amigo da menina, moravam perto um do outro, estudavam no mesmo colégio e costumavam brincar muito. Ontem, o garoto foi a residência de Luciana (Rua 13-b, casa 45) e lá, em meio à travessura, conseguiu encontrar o revólver Rossi de calibre 32 pertencente a Vicente Gabriel Félix, tio de Luciana.

TESTEMUNHOU

Francy Wagner explicou ao O POVO que Inês Maria estava ocupada em afazeres domésticos mas quando percebeu que o menino em punhava a arma desesperou-se. "Menino solta este revólver que ele está carregado", ralhou a mãe aflita. "Tá não, ele não tá carregado, quer ver?", disse F.C.L.S., disparando em direção a estudante.

O tiro foi fatal, crivando o peito direito da garota, que caiu praticamente nos braços da mãe. Compareceu ao local a viatura CP-498, do Comando de Operações Policiais Militares, sob o comando do cabo Amorim. No local os PM's foram informados de que F.C.L.S. abandonou a arma dentro do quarto e saiu pela rua, desorientado, sendo apanhado por um dos seus parentes, que lhe deu fuga.

OUTRA VERSÃO

No início da noite surgiu uma versão no bairro de que o menor praticou o crime quando discutiu com a menina, a quem queria namorar. A delegada Francy Wagner, de plantão no 14º DP, informou que esteve no local e nada apurou a este respeito. "A mãe da menina estava muito nervosa, mas preliminarmente nada comentou sobre esse tipo de relacionamento entre os menores", comentou a policial. As afirmações da delegada foram confirmadas pelo detetive Colares, também da 14a. Distrital e que procedeu levantamentos.

ARATUBA

A Polícia do município de Aratuba (distante 182 quilômetros de Fortaleza) está a procura do trabalhador rural Antônio Alves de Oliveira, que anteontem, de madrugada, matou a golpes de faca o também agricultor José Pereira do Nascimento, vulgo "Zé Mariano".

O crime, segundo o delegado daquele município, subtenente PM Moabi Pinto de Almeida, em comunicado ao Departamento de Polícia do Interior (DPI), teve origem numa discussão banal entre vítima e agressor. Segundo Moabi, "Zé Mariano" convidou seu amigo Antônio Oliveira para uma bebedeira. Mas durante a farra houve um atrito, o bastante para que os dois homens travassem uma luta corporal.

FACADAS

"Zé Mariano" foi atingido por vários golpes na região torácica, tendo morte quase que imediata. O homicida, mesmo embriagado, desapareceu. O delegado explicou que uma volante policial já levantou pistas do paradeiro do criminoso. Sua prisão poderá ocorrer nas próximas horas, segundo o subtenente.



Dezinho, Luciano e Cesanildo trocam acusações sobre a autoria do crime

Criminosos no Olavo Oliveira

Cinco milhões de crianças no País vão receber maus tratos neste ano

Belo Horizonte - O Presidente da Associação Latino-Americana contra Maus Tratos Infantis, médico psiquiatra José Raimundo da Silva Lippi, estimou ontem, em entrevista, que até o final do ano, cinco milhões de crianças brasileiras serão submetidas a maus-tratos físicos ou psicológicos, o que significa um percentual de 12 por cento da população de zero a 14 anos. Ele

revelou ainda que cerca de 100 mil crianças morrem anualmente no Brasil em consequência de maus-tratos.

Especialista em psiquiatria infantil há 20 anos e professor dessa disciplina na Faculdade de Medicina na UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, Raimundo Lippi afirmou que os maus-tratos psicológicos, que estão presentes também nos casos de maus-tratos físicos, são os mais comuns. Mas res-

salvou que o abuso sexual está crescendo muito, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, incluído os países desenvolvidos. "Este aumento na incidência gerou a necessidade de medidas preventivas", disse. As crianças são vítimas em potencial, explicou, e não se pode ficar esperando que elas "venham até nós" para contar que sofreram esse tipo de violência.

Carregadores reclamam da interferência dos menores

1986

"A desorganização aqui é grande. Enquanto cobramos Cz\$2,00 por volume, os garotos exploram os passageiros pedindo por cada bagagem a quantia Cz\$10,00 ou até mais, e quando as malas desaparecem nós levamos a culpa", queixou-se Nelson Lemos, carregador há 13 anos do Terminal Rodoviário João Thomé. Ele se refere aos menores que disputam com os carregadores profissionais o embarque e desembarque.

Embora a administração da Rodoviária proíba que os garotos peguem bagagem - trabalho permitido aos carregadores sindicalizados -, eles insistem em permanecer no local e logo que uma pessoa chega com qualquer pacote se oferecem para carregar, informou Fátima Braga, chefe do Transporte da Área Urbana. Muitas vezes, a bagagem é roubada e as suspeitas recaem para o carregador, pois apesar de possuir identificação, as pessoas geralmente não atentam para esse detalhe.

REVOLTA

Menores e também adultos se espalham na frente do terminal à espera de uma bagagem. A disputa é grande entre eles mesmos. Enquanto isso, os carregadores, cadastrados e sindicalizados, aguardam os passageiros mais prevenidos para executar a sua função. A invasão está gerando conflitos e muita revolta entre os carregadores, que afirmam estar sendo prejudicados, pois eles cobram uma taxa fixa Cz\$2,00, enquanto que os menores, por não terem base pedem Cz\$10,00 ou até mais por volume.

Segundo Raimundo Francisco de Lima, carregador há 13 anos, a falta de organização na rodoviária está acabando com a imagem deles, pessoas responsáveis e que nunca roubaram nada

de ninguém". Para ele, o que vem ocorrendo é devido à permanência de pessoas estranhas (garotos e adultos) que hora de embarcar os passageiros aproveitam para roubá-los. Já Emídio Inácio do Nascimento é mais claro: "Se a administração não pode fazer nada por nós, que nos indenize e admita esses meninos irresponsáveis, assim é que não pode ficar".

Conforme explicou José Aldi Carneiro Gomes, também carregador, o trabalho que executa é de muita responsabilidade. Em cada bagagem é afixado um ticket numerado, com destino, passarela e hora do embarque. O passageiro, por sua vez, recebe um com a numeração idêntica o que lhe permite receber a bagagem na hora do embarque ou desembarque. Muitas vezes, continua, "o passageiro até esquece e nos é que cuidamos de tudo para que não embarque sem seus pacotes".

Para Francisco Feijó, da Brasileiro Transporte Turismo, "o próprio passageiro é culpado por confiar sua bagagem a essas crianças que não têm responsabilidade e, por isso, acabam perdendo tudo". Disse que já recebeu várias reclamações devido ao preço que eles cobram por uma encomenda. "Sei que é através dessas gorjetas que recebem aqui que muitos se alimentam, por isso, deveria ser criado algo, que os identificasse e os disciplinasse também", sugeriu.

GAROTOS CERCAM

Não é que desconfie do trabalho dos carregadores, mas Ivan Alves de Lima garantiu que "eu mesmo carrego minha bagagem, pois assim não tenho com que me preocupar". O mesmo ocorre com Carmelita Militão, que só recorre aos carregadores em último caso, muitas vezes por falta de dinheiro.

página 07

data: 13/8/86

obrigados a pagar uma parte a casa

Denúncia: Mercadinho Japonês explora menor

Pagam 15 cruzados semanais para trabalhar

A exploração do menor no trabalho é fato que vem sendo costumeiramente denunciado em Fortaleza, seja o trabalho remunerado ou não. Meninos de 12 a 14 anos fazem trabalho de adultos em restaurantes, supermercados e lanchonetes, muitas vezes sem nenhuma remuneração, recebendo apenas um prato de comida. A maioria mora em bairros periféricos, não frequentam escolas ou sequer são assistidos pelos pais. Ontem, a reportagem do O POVO comprovou mais um tipo de exploração de menores, talvez o pior deles: crianças que pagam para trabalhar.

Foi no Mercadinho Japonês, na avenida Antônio Sales, 2.435, de propriedade de Haruo Adachi, lugar muito concorrido pelos moradores da Aldeota. Oito menores, de 12 a 15 anos, que transportam mercadorias nos carrinhos para os carros dos fregueses, não são empregados do Mercadinho. Trabalham por conta e recebem apenas a gratificação dos fregueses. Só que o dinheiro tem outro destino: o bolso do japonês, que cobra de cada menino 15 cruzados por semana.

NÃO TRABALHA

José Maildo de Souza, um esperto menino de 14 anos, vem sendo explorado há quatro meses. Entra no "trabalho" ao meio-dia e sai à noite, chegando tarde em casa, já que mora em Maracanaú. Ele conta que "todo sábado, eu dou o dinheiro para o "seu" Haruo. Se não tiver o dinheiro, fico sem conseguir algum para levar. Somos 9 irmãos. Um deles trabalha aqui também. Gostaria de estudar, de sair daqui, mas o jeito é agüentar", declara.

José Maildo interrompe a conversa, porque chegou sua vez de levar o carrinho de mercadorias de um freguês. Recebe dois cruzados, agradece e volta ao ponto de espera. Chama o irmão, Francisco Mauro de Souza, de 15 anos, que confirma

o pagamento para o japonês Haruo Adachi. Mauro diz que tem mais sorte que o irmão, já que mora com uma tia no bairro Pio XII, "lugar mais perto e onde todos são bons para mim". Mauro também quer largar o "trabalho", "porque sei que deve ter lugar melhor aqui na cidade, onde a gente ganha e leva tudo".

ENCABULADO

Edmilson Medeiros, de 13 anos, também mora no Pio XII e trabalha no Mercadinho Japonês há vários meses. Encabulado, ele não quer conversar com a reportagem, só o fazendo depois de "empurrado" pelos companheiros que lhe diziam "você vai sair na televisão". Ele confirma o pagamento dos 15 cruzados semanais, mas diz que mesmo assim, quer ficar, pois não sabe "se consigo outra coisa melhor. Edmilson teve melhor sorte do que José Maildo. Levou as mercadorias de uma freguesa e recebeu 4 cruzados. Fez a festa com os outros.

Outro a confirmar a exploração foi Antônio Francisco, de 15 anos, residente na rua Carvalho Júnior, 215, no São João do Tauape. Gosta do trabalho, "porque fico conhecendo muita gente. Só não gosto de pagar o dinheiro para o dono do mercadinho. Se não pagasse, sobraria mais para mim e minha família", afirma.

NA CEASA

A reportagem procurou ouvir o dono do Mercadinho Japonês, Haruo Adachi. Ninguém sabia informar nada, a não ser que ele foi à Ceasa e só volta às 17 horas. "Esse assunto é só com ele, eu só recebo as mercadorias", disse um empregado. De volta, às 17 horas, a reportagem já encontrou um ambiente totalmente diferente. Somente 2 meninos estavam "trabalhando" e Haruo Adachi só chegaria depois das 20 horas. Estava armada a confusão, com

empregados entrando e saindo dos cômodos de fundo do mercadinho.

As moças que trabalham nas caixas paravam o serviço, as filas aumentavam e os fiscais de caixa davam ordem em voz alta. Um deles não quis dizer o nome e muito menos falar sobre a exploração dos menores. "Fale com a mulher dele, está lá nos fundos". Nos fundos, entre pilhas de caixas de mercadorias, só os empregados. A mulher de Haruo Adachi também havia desaparecido.

O FILHO

Resolvemos fazer plantão. Poucos minutos depois, ainda em meio a olhares desconfiados dos empregados, um deles veio dizer que o filho do proprietário estava. Fomos ao seu encontro. Mais espantado do que os empregados Hiroshi Adachi não queria saber de conversa.

Questionado sobre o pagamento de 15 cruzados semanais pelos menores, deixou escapar: "E como é que vamos consertar os carrinhos que eles usam. Eles quebram tudo". Um freguês ao seu lado não gostou: "O carrinho é de ferro. Se quebrar, vocês estarão ricos, pois vai durar anos e anos".

PRA QUE ISSO?

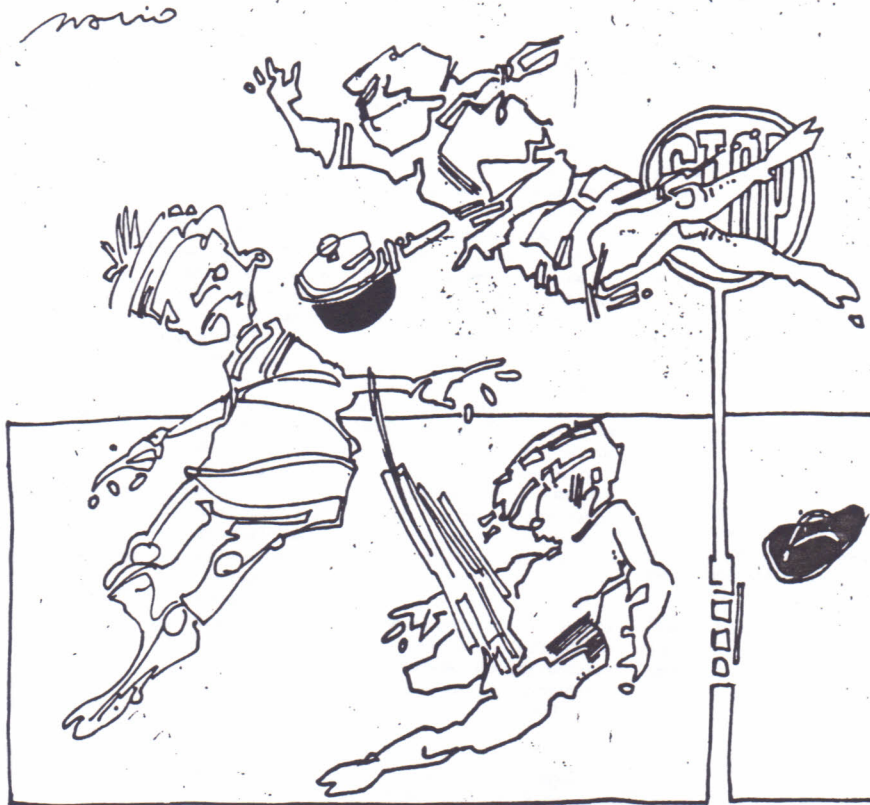
"Pra que isso? Pra que as fotos. Eu vou é sair que tenho aula", disse Hiroshi. E saiu quase correndo por entre as prateleiras e fregueses do mercadinho do pai. O Mercadinho voltou à normalidade, embora o problema continue existindo.

A Divisão de Proteção ao Trabalho, da DRT, tomou conhecimento da denúncia e hoje deverá tomar uma providência. Segundo técnicos daquele setor, o Mercadinho Japonês deverá ser multado. O Juizado de Menores de Fortaleza também teve conhecimento da denúncia, devendo, hoje, fiscalizar e autuar o proprietário, Haruo Adachi, por exploração de menores.

Menores trabalhadores preocupam-se em ser confundidos com marginais

Quem chega ao Centro da cidade, dificilmente deixará de ser abordado por um garoto que vende sacos plásticos, bombons, borrachas para tampas de panela-de-pressão, bolças ou qualquer outro objeto de utilidade. São os pequenos vendedores ambulantes que chegam a sofrer todo tipo de preconceito, agüentam maus tratos de policiais, pedestres e disputam o mercado de trabalho junto aos demais de sua idade. A criança que hoje invade esse campo de atividade não deixou de ser confundido com o chamado "mirim" e passa por "assaltante", se vende bombom entre os usuários que aguardam o transporte coletivo nas paradas e até é explorado sexualmente, principalmente se é do sexo feminino. Eles enfrentam os mais diversos perigos. No entanto, não podem abandonar seu comércio, pois correm o risco de passar fome e deixar seus familiares na pior, já que do escasso dinheirinho deles, depende a sobrevivência da família.

Rita Célia Faheina



O que significa o termo "menor"? Para a assistente social Rejane Batista Vasconcelos dos Santos, "diz respeito à criança que se adultiza". E essa passagem brusca para a fase adulta é ligada diretamente à necessidade de trabalhar para ajudar nas despesas da família. "Nós não chamamos nossos filhos de 'menores', mas sim de crianças. Já o que está no Centro da cidade, vendendo a utilidade doméstica ou trabalhando em outras atividades para sobreviver, é denominada pela classe favorecida de 'menor'".

Para Rejane, que trabalha diretamente com essas crianças, em uma das unidades da Fabemce, "a denominação menor, assim como o 'menino de rua' não é aceita pelas crianças trabalhadoras. Elas contestam porque, apesar do trabalho na rua, têm casas e pais, sendo portanto arrimos de família. O trabalho na pequena idade é bastante criticado não só por Rejane Vasconcelos, mas também pela sua colega de trabalho na Casa Gonzaga Mota (situada na rua 24 de maio), Cristina Neiva. Segundo disse, "em nosso setor, especificamente, em que trabalhamos com os meninos do empacotamento nos supermercados, eles são totalmente discriminados".

Vindos principalmente dos bairros periféricos (Jurema, Bom Jardim e Conjunto Timbó, entre outros), os meninos chegam àquela unidade da Fabemce com um documento na mão e após o preenchimento de um cadastro, são encaminhados ao supermercado, onde tem início todo o processo discriminatório. "A seleção é feita pela própria loja, levando em conta uma série de critérios, às vezes até a fisionomia do garoto é reprobatória" — disse a assistente social. Quando se inicia na nova tarefa, a criança passa a sofrer outras discriminações. "Afora a inexistência de um vínculo empregatício, ele não tem assistência médica, há interferência dos fiscais da loja e os próprios fregueses não os tratam com dignidade, indagando se 'eles moram na casa da Fabemce'".

Por turno". Para a atividade, o garoto deve ter 14 anos completos, e estar matriculado em uma escola. Ele perceberá 50 por cento do salário-referência, sendo que no mês em que completar 18 anos, a empresa o dispensará. Para Cristina e Rejane, "esse trabalho é apenas paliativo. Não resolvemos o problema da criança carente, apenas lhes damos uma opção de não morrer de fome e ajudar a seus familiares".

Ninguém deve ter medo de oferecer trabalho a um menino de rua. Essa recomendação consta em um "folder" explicativo sobre o Programa do Bom Menino, criado através de um decreto do Presidente da República, em maio do ano passado. Para a assistente social Clara Maria Sales uma das responsáveis pelo projeto, em nível local, existiu um certo receio das empresas em aceitar os garotos. "Foram necessários contínuos contatos com departamentos de pessoal de empresas, para que eles assimilassem a idéia de ter uma dessas crianças em seus setores". Apesar do pouco tempo da "Bolsa de Iniciação ao Trabalho do Menor", como Clara prefere denominar o Programa, hoje já inscreveu 2.100 meninos, sendo que 340 estão cadastrados.

O Bom Menino do Sarney recebeu críticas de vários setores e já chegou a ser suspenso na Capital paulista, em novembro de 1987, após veementes críticas da Secretária do Menor do Estado, Alda Marco Antônio. Ela chegou a dizer que, do modo que foi idealizado, o Projeto feria as normas da Comissão Internacional do Trabalho. Segundo Clara Maria, isso não chega a ocorrer. "Concordo que exista a contradição, porém dentro dessa contradição, temos que fazer o melhor possível. Tirar proveito do que aí está para ajudar o menor carente, uma vez que ele precisa do ganho mensal para sobreviver".

Cristina Neiva e Rejane Santos discordam da colega de profissão. Apesar da oportunidade do emprego, elas acham que ao contrário, só traz efeitos malefícios, além de ser um retrocesso. "Falta o vínculo empregati-

é diário, do que vincular-se a uma empresa para receber o dinheiro uma vez por mês. Além do que, o nível de escolaridade é baixíssimo. "Há meninos com 14 anos na primeira série do primeiro grau". Segundo explicou Clara Maria, as empresas que têm admitido garotos através desse Programa oferecem o treinamento necessário, não deixam de assisti-los quanto ao setor médico e "na escola, nós mantemos um contato freqüente para saber como está o nível de cada aluno". Disse ela que "os meninos se mostram satisfeitos, até mudam a aparência por parte das empresas e nossa meta é atender a 12 mil menores até julho de 1989".

O menino carente conquistou o seu espaço na rua, como vendedor ambulante ou nas empresas como "office-boy", mensageiro, recepcionista e telefonista. E a menina, onde está atuando? De acordo com as assistentes sociais da Casa Gonzaga Mota, elas estão lutando muito mais que os garotos contra o preconceito, também em cada esquina do Centro da cidade ou nas residências, trabalhando como domésticas segundo a Dra. Regina, ligada à Fabemce, que realizou uma pesquisa sobre o trabalho do menor, a criança do sexo feminino é explorada por lado sexual e levada muitas vezes à prostituição.

Quando trazida do Interior, a menina adolescente serve nas casas de famílias, para o "treinamento sexual" dos filhos dos donos. "Em nossa unidade, temos conhecimento de que duas meninas vendedoras de café na rua sofreram agressões por parte de homens que as abordaram para ato sexual" — informou Cristina Neiva. Esse fato é comum e cada vez mais aumenta o número de adolescentes obrigadas e praticar o aborto ou deixar os filhos nas maternidades, após nove meses de gestação. A Dra. Dirlene Mafalda, da Maternidade-Escola Assis Chateaubriand, que há 10 anos trabalha com os adolescentes, disse que "a situação é gritante". "Passamos a ver com naturalidade uma criança com 11 anos adentrar pela Maternidade

A Dra. Dirlene é de opinião que "para trabalhar com adolescente, é necessário eliminarmos o juiz que existe dentro de nós. Ela está pedindo ajuda e essa ajuda pode ser dada através de aconselhamento sobre a higiene, o ato sexual e as doenças a que estão sujeitas, e até a distribuição de anticoncepcionais. Parte Rejane Vasconcelos dos Santos, assim como a palavra menor passou a ser sinônimo de pobreza, o estúpido é um ato quase que normal quando ligado à menina. "O abuso sexual contra a criança feminina é divulgado do amplamente, todos ficam sabendo, o nome da vítima (ela citou aqui o caso de Ayla Maria, envolvida pelo jogador Luís Fernando, do Fortaleza) a Justiça é fraca para punir o culpado. Mas, quando se trata do estúpido masculino, há até o linchamento. É que se nota a discriminação entre os sexos".

Favorecida pela atual conjuntura brasileira, a exploração da criança no trabalho perdurará, principalmente, no Estado, onde a necessidade é maior do que a lei. "Dentro das grandes dificuldades que enfrentamos, procuramos pelo menos amenizar a situação dos meninos. Fazemos reuniões periódicas, temos líderes que vêem suas necessidades e verificamos o rendimento escolar", disse Clara Maria. Segundo ela, grande meta do Programa Bom Menino, em nível local, é implantar a Associação do Pequeno Trabalhador. O primeiro passo é o fórum que acontecerá em agosto, com todos os menores trabalhadores de Fortaleza. "Vamos ouvir os garotos sobre a sua realidade" — acrescentou.

As soluções apontadas por Rejane e Cristina Neiva para evitar a exploração do menor no trabalho seria "não permitir que a criança adquira essa responsabilidade tão cedo". Como isso seria possível? Dando condições aos pais de manterem seus filhos apenas nas escolas, não nos estabelecimentos públicos como hoje se apresentam, totalmente desestruturados, mas em unidades, que oferecessem uma educação adequada para profissionalizar os garotos. "Se o pai tivesse condições de arranjar

A favor da criança

BREVES

Atos simples e priorizando a educação,
rainha do Canto Verde, de Beberibe, ganha o Prêmio
97 e mostra que é possível inverter a realidade
das crianças brasileiras

DA DE PAULA
do Vida & Arte

o tempo em que falar de
nância no Ceará era o mesmo
contabilizar os altos índices
mortalidade infantil, analfabe-
turalidade. Não é que estes
tenham diminuído tanto
tanto de serem esquecidos.
a primeira coisa que vem a
ando o assunto é criança no
das meninas da Edisca (Es-
nça e Integração Social pa-
ças e Adolescentes). As pe-
larinas de Dora Andrade
aram o público com o Balé
a ganharam o mundo e es-
litas com outras produções
no nível como Koi Güera, a
a montagem do grupo.
projetos, ainda não tão fa-
ambém começam a chamar a
mostrar a que vieram. É o
Sociedade Amigos da Prai-
Canto Verde, que desenvolve
de assistência à comunida-
scadores do Canto Verde,
de Beberibe. Lá, eles con-
verter a precárias condi-
das crianças da comuni-
números: de 1991 para cá, a
de infantil, que chegava a
primeiros 12 meses de vida,
de 1995; o número de alu-
matriculados na escola passou

escola); e de um morador com 2º grau completo, a comunidade passou a ter 13 jovens beneficiados com bolsas de estudo para esse fim.
Não deu outra. Juntos, a Escola de Dança Edisca e o projeto da Praia do Canto Verde representaram o Estado trazendo para casa dois dos quatro troféus do Prêmio Criança 97, promovido anualmente pela Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças. Selecionados entre 109 projetos, o prêmio é uma escultura de madeira criada pelo artista plástico Otávio Roth. Trata-se do reconhecimento de pessoas e instituições que tenham se destacado na defesa dos interesses da criança.
Criado desde 89, a intenção da Abrinq era justamente mostrar ao País o que tem sido desenvolvido Brasil a fora em favor da infância. Usando como exemplo essas pessoas e instituições, o que se pretende é provar que idéias alternativas, e mesmo sem o apoio governamental, são viáveis. A seleção é feita por uma equipe de "jornalistas amigos das crianças", que percorrem o País analisando as iniciativas

Os oito jornalistas, que desembarcaram em Fortaleza para conhecer os projetos, se surpreenderam de cara com a performance das bailarinas no espetáculo *Jangurussu*, que foi interpretado especialmente para eles. Não restaram dúvidas: o grupo de Dora Andrade não só levou o troféu como recebeu o convite para se apresentar na cerimônia de premiação, no último dia 26 de novembro, no Memorial da América Latina, em São Paulo.
A visita à comunidade da Prainha do Canto Verde acabou sendo reveladora, não só para a comissão da Abrinq, mas para qualquer cearense. Depois que o suíço René Schärer, executivo da companhia aérea Swissair, resolveu abandonar o mundo dos negócios e viver em função de uma aldeia de pescadores, a comunidade de 1.080 habitantes passou a desenvolver projetos até então impensáveis: como possuir sua própria fábrica de gelo, para conservação do pescado; energia solar, que permite até ouvir um som de vez em quando ou assistir à novela das oito na TV da escola; e até pescadores que falam em organização da categoria e preço mínimo na produção.

Os seis anos de projeto para o desenvolvimento sustentável da comunidade renderam uma associação, na qual a maioria dos moradores são sócios; um posto de saúde, com atendimento de emergência e serviços de pré-natal; transporte hospitalar; fábrica de gelo com energia eólica; um centro comunitário onde se discutem todas as decisões tomadas pelos moradores; creche e escola de 1ª a 7ª série; um entreposto de pesca, entre outras inovações.
Inicialmente o financiamento veio de amigos de Rene e do próprio bolso do suíço - daí o nome Sociedade Amigos da Prainha. A medida que o projeto foi tomando corpo outras instituições e até Estados suíços assumiram a causa. Hoje apoiam a comunidade 70 amigos da Prainha, a Embaixada da Suíça no Brasil, Estado de Basileia e município de Meilen, na Suíça, Unicef, Abrinq, entre outros.
Do trabalho na Prainha surgiu o Instituto Terramar, uma instituição não governamental, que defende os interesses das comunidades do litoral cearense. "O que queremos na verdade é mostrar que com idéias simples e o básico na educação uma comunidade como a da Prainha do Canto Verde tem perfeitas condições de se desenvolver sem esperar que as soluções caiam do céu", vende o peixe, René.

O Ceará ficou com dois dos quatro troféus oferecidos pela Abrinq aos principais projetos a favor da infância no Brasil

Visita ilustre

Xuxa é considerada a visita mais ilustre da Prainha do Canto Verde. Em 96, quando esteve pela primeira vez na praia, a apresentadora puxou um papinho com os pescadores. Tiaga, o poeta da imediações, se sentiu motivado pela beleza da loura e arriscou uns versos. Mesmo sem saber que se tratava da rainha dos baixinhos. A moça gostou tanto que prometeu voltar.

Associação

A associação de pescadores, implantada pela Sociedade Amigos da Prainha do Canto Verde, possui uma diretoria formada por 12 membros (presidente, vice-presidente, tesoureiro, primeiro e segundo secretário e conselho fiscal). Cada mandato dura dois anos e todos os sócios votam em assembleia geral. A chapa é formada por nativos. Todo o dinheiro que chega à comunidade é administrada pela associação

Filha de peixe

A única filha de René, Michelle Schärer, aprendeu direitinho a lição com o pai. Formada em zoologia, aos 28 anos, ela desenvolve um trabalho de preservação das tartarugas de pente (casco utilizado

para fazer pente. Antes disso, cas viveu durante o Canto Verde. A um português em busca de um vira e mexe, ela andamento do p

De volta

Dos alunos que em Fortaleza, ce pelos Amigos da Pereira Diniz. Ele é orientador 7ª série, que acor as teleaulas da

Artista lo

José Maria, con artista da comun A os 20 anos, ele (ensina as 4 ma em terminar o 2 dedicar ao que Escolhido para do Projeto Terra de baleias, peixe ganhando proje outras praias.



Cidades

1990

REFORMA AGRÁRIA: Encontro de mulheres trabalhadoras será encerrado dia 19 3E

CONCURSO: Justiça Militar recebe inscrições para seleção de juiz-auditor 4E

...ral dá assistência a 3 milhões de crianças

Neumann defende a capacitação em áreas básicas para reduzir exclusão

MAURI MELO



pediatra, Zilda Arns Neumann, é Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança

Compre

por minuto.

RITA CÉLIA FAHEINA
DA EDITORIA DE CIDADES

“Se em todas as comunidades carentes e bolsões de miséria do País forem capacitadas lideranças comunitárias para áreas que mais influem na qualidades de vida — como saúde, educação, geração de renda e outras —, com certeza a Justiça e a paz, a redução da exclusão social de grandes massas no desenvolvimento do País, beneficiarão todas as classes sociais”. A declaração é da Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança, médica sanitária e pediatra Zilda Arns Neumann.

Ela veio ao Ceará para visitar a Diocese de Cra-

teús, onde está sendo criada a Pastoral da Criança (era a única das nove dioceses que não desenvolvia esse trabalho) e esteve em Iguatu, para encontros com religiosos e trabalhadores no trabalho da Pastoral da Criança. Ela, que é irmã do Cardeal Arcebispo de Fortaleza, Paulo Evaristo Arns, falou sobre o trabalho da Pastoral da Criança e a redução da mortalidade e da violência no País e que assiste cerca de 3 milhões de crianças em 22 mil comunidades do País; a Pastoral da Criança recebeu o Prêmio Nobel da Paz e a saída do Arqui-diocese paulista.

■ PRÊMIO NOBEL

A Pastoral da Criança será indicada no final de janeiro, para o Prêmio Nobel da Paz, por quem já o recebeu, o dr. Adolfo Esquivel. Para nós, é uma honra muito grande pois considero realmente que a Pastoral da Criança, com cerca de 100 mil pessoas trabalhando voluntariamente, conseguiu reduzir a desnutrição, promover a paz entre as famílias, além de uma redução muito grande da violência familiar e evitar que as crianças vá às ruas, apesar da pobreza e da miséria.

■ ABRANGÊNCIA

No Brasil, atualmente são cerca de três milhões de crianças assistidas em 22 mil comunidades, em 45% dos municípios de todos os Estados do País. É um trabalho fantástico, iniciado em setembro de 1983. Naquele tempo, em Curitiba, onde moro, era funcionária médica da Secretaria de Saúde do Paraná. Então a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pediu que fizéssemos uma experiência piloto numa paróquia. Escolhemos então Floristópolis, que era onde morriam mais crianças paranaenses. Cerca de 72% da população eram boias-frias, que enfrentavam muita miséria. Acharmos que se desse certo ali, em princípio, daria certo em qualquer lugar. Dois anos depois começamos a capacitar coordenadores para o Nordeste.

■ MORTALIDADE INFANTIL

No primeiro trimestre deste ano, foi de 17,8% a redução da mortalidade das crianças menores de um ano acompanhadas pela Pastoral da Criança no País, em 21.895 comunidades carentes e bolsões de miséria de 2.476 municípios brasileiros. Especificamente em 217 municípios de maior risco de mortalidade, segundo o IBGE/Unicef, localizados em 20 Estados, inclusive o Ceará, a pastoral reduziu em dois anos, a mortalidade de 100,5 por mil nascidos vivos para 35,0% nas comunidades carentes por elas acompanhadas. A redução foi de 65% em dois anos.

■ SUCESSO

Apesar da crise porque passam os bolsões de miséria e pobreza, a Pastoral da Criança tem sinais de que tem jeito de ir à frente. A Conferência Internacional de Nutrição, que se reuniu há quatro anos em Seul, escolheu a Pastoral como as seis melhores experiências mundiais em Saúde e Nutrição. Foram apontados os instrumentos que garantem o seu sucesso. O primeiro é que a Pastoral tem objetivos bem definidos, sabemos exatamente o que queremos: reduzir a mortalidade e subnutrição infantil, melhorar a qualidade de vida com trabalho com a família e comunidade pobres. As líderes são escolhidas entre elas. Outro instrumento que garante o sucesso da Pastoral é o sistema de capacitação. Gastamos 70% da verba em capacitação e acompanhamento das lideranças e seus trabalhos.

■ INFORMAÇÃO

Temos também o melhor sistema de informação em saúde e nutrição por idade do mundo, isso dito pelo Unicef. Eles não conhecem nenhuma entidade no mundo, não-governamental que tenha um sistema tão bom. Nós sabemos exatamente, a cada mês, quantas crianças nascem, se estão com o peso adequado, se mamam no peito aos 4 meses, se estão com as vacinas em dia, além de outros indicadores. Esse sistema de informação é a base de todo o gerenciamento programado.

■ CUSTOS

O financiamento é muito barato. Qualquer País com pouco dinheiro pode manter a Pastoral da criança. É barata, pois custa menos de R\$, 1,00 criança/mês. Ano passado nós gastamos 0,46 centavos (menos de meio real) por criança/mês, dentro de todas as despesas que nós temos. A Pastoral da Criança, além disso, tem uma mística cristã de co-responsabilidade de cidadania. Vamos dizer, de humanização do atendimento da criança na família. Fazemos

mos com que as pessoas se sintam responsáveis e com que haja sucesso.

■ VERBAS

Nos dois, ou três primeiros anos não verba nenhuma e a capacitação. Geralmente em colégios e instituições de ensino e hospitais reembolsavam todo o custo. No segundo ano começamos a cobrar o custo de manter os coordenadores e a implantar em seu próprio trabalho. Em 1987 procurei e encontrei o INAMPS, dr. Éziquiel de Almeida disse que tinham da metade da mortalidade infantil. Pedimos que o governo também com a Pastoral da Criança com a cura. Ele ficou muito feliz pelo trabalho. Nós recebemos cerca de 3 milhões de reais. Técnicos do INAMPS em favelas de São Paulo atuava. Dissertamos sobre a pastoral da Criança e as doenças. Foi feito um convênio que emprega material educativo. Saúde colabora com 58% de todas as despesas. A Criança espanta com 17%; o MEC com 8%; o Ministério da Saúde com 5 a 6% e o restante como a Associação da Pastoral, criada em 1983.

■ DOM PAULO

Dom Paulo este ano completou no último dia da Igreja que deve ser feita. Mas ele está com um problema maior de saúde. Mas ele gosta muito de trabalhar com livros, trabalhos, idosos, as pessoas. O povo gosta muito dele mesmo se afastando vai ter um papel importante dentro da Igreja. Muita força aos coordenadores e área dos diretores.

Ceará citado pelo Unicef como modelo a ser seguido

Representante propõe aplicação em países ibero-americanos da política local para crianças

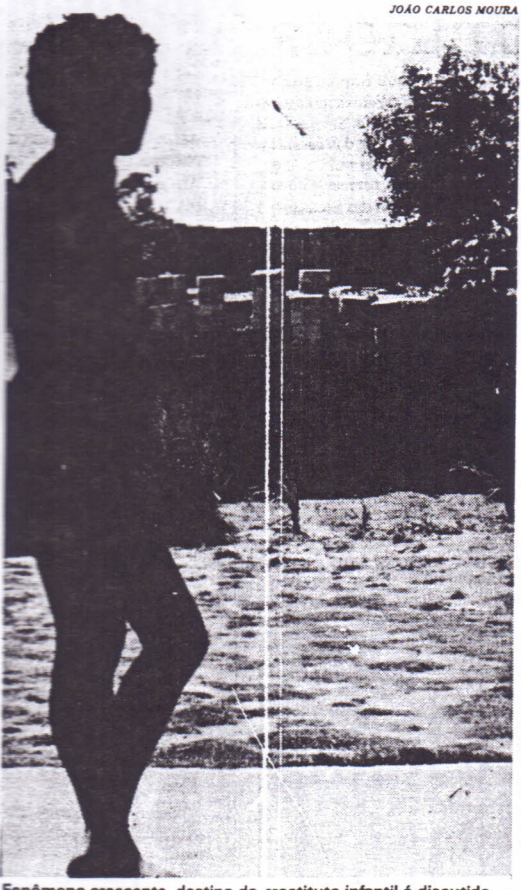
...o debate a
...ta infantil

...rio sobre meninas
...acontece desde on-
...o 30 menores. O
... "Menina" é organi-
...um as entidades que
...o Fórum em Com-
...nação Infantil. En-
...Associação das Pro-
...zari (Aproci), Uni-
...al do Ceará, Mo-
...dos Homens e
... Bem-Estar do Me-
... (Fibemex).

...mas colher infor-
...a a constituição de
...a das" — explica
...mpio da Silva, Pre-
...nce. Um local pa-
...as garotas é uma
...Fórum em Com-
...nação Infantil. Em
...meninas vão defi-
...que querem dessa
...li adquirida pela

...a, a casa deve ter
...nder as menores.
...e comita até pes-
...lizar projetos de
...nirado delas, que
...de crianças". Se-
...rina, as meninas
...escolher os itens
...O que for possível

...eminário, as me-
...ncio biodança e
...de teatro de bone-
...significa propria-
...ta. "É uma forma
...ntre a experiência
... — diz Angela Li-
...idade de Educa-
...idade Federal do



JOÃO CARLOS MOURA

Fenômeno crescente, destino da prostituta infantil é discutido

Ceará. "Muitas meninas não têm um nível de verbalização. Assim elas podem se expressar através de outras linguagens". O evento termina amanhã à tarde. Nesses três dias as garo-

tas não vão estar nas ruas fazendo programa. Em compensação, têm lugar para dormir e várias refeições, desde o café da manhã até um lanche antes de dormir. (Sofia Siqueira)

GERMANA CABRAL
EDITORIA DE CIDADES

[REDACTED]

Agop Kayayan lembrou ainda que o Ceará, por esse trabalho, ganhou recentemente o Prêmio Maurice Paté 1993, do Unicef. Ele fez esses comentários ontem, durante entrevista à imprensa, logo após a solenidade de abertura do seminário A Criança na Agenda do Desenvolvimento e da Democracia, que está reunindo representantes dos 21 países das Américas do Sul e Central, ilhas do Caribe, Espanha, Portugal e México. Numa promoção do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, com apoio do Unicef e Governo do Ceará, o evento prossegue até amanhã no Hotel Caesar Park, em Fortaleza.

O representante do Unicef no Brasil disse que desse encontro sairão propostas concretas para a execução de projetos para a criança. "Não é mais uma discussão para ficar no papel" — garantiu. Seus resultados vão ser apresentados na III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, marcada para o próximo mês de julho, em Salvador, Bahia. Segundo Kayayan, entre os principais objetivos do seminário estão analisar a situação da criança em nível regional e por País, trocar experiências e apresentar propostas para financia-

mento de projetos para a área.

Para Kayayan, é importante que, a partir do encontro, surja, de forma oficial uma cooperação entre os países ibero-americanos. A experiência de um País pode ser muito útil para outro. Os programas em torno da criança não podem ter fronteiras: "A cólera, por exemplo, não pede licença para passar de um País para outro. Não tem passaporte. É assim que deve acontecer com os bons programas". Participam do seminário, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

O governador Ciro Gomes, falou no final da tarde de ontem sobre a experiência, na área da criança e adolescente, no Estado, que tem programas como o ABC (Aprender, Brincar e Crescer), Criança Feliz (creches institucionais e comunitárias) e Respeitável Turma (Circo-Escola).

O Ceará não é o único Estado brasileiro que serve de modelo para a exportação de programas referentes à criança no Brasil. De acordo com o representante do Unicef no Brasil, Agop Kayayan, muitos outros locais já estão desenvolvendo projetos com resultados. O programa de controle de doenças diarreicas do Piauí, o mais pobre Estado nordestino, é muito bom, na avaliação de Kayayan.

Citou também a experiência positiva de 15 municípios brasileiros na área educacional. Entre eles está Icapuí, uma cidade cearense administrada pelo PT, onde nenhuma criança em idade escolar está fora da sala de aula.

Leia sobre adoção de criança e lprende na pag. 15-A

MORREM A CADA ANO

1

milhão de crianças menores de cinco anos na América Latina e no Caribe por causa, em grande parte, evitáveis

SITUAÇÃO DO BRASIL

64

crianças morrem no País em cada mil nascidas vivas

DESNUTRIÇÃO ATINGE

30

por cento das crianças brasileiras menores de cinco anos

VIVEM SEM SANEAMENTO

60

por cento das crianças brasileiras moram em casas sem esgoto

NÃO TÊM CARTEIRA ASSINADA

75

crianças das 100 empregadas no Brasil

SÃO ANALFABETAS

40

por cento das crianças cearenses entre sete e 17 anos.

1993

O EXEMPLO DO CEARÁ

O diretor executivo do Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância, disse em Nova Iorque, durante a entrega do Prêmio Maurice Pate ao Governador Ciro Gomes que "o exemplo do Ceará na assistência à infância e uma inspiração para o mundo". Abaixo, a íntegra do discurso.

Em qualquer lugar que ocorra, o progresso humano é motivo de alegria. Mas quando se alcança onde prevalece a opinião de que os obstáculos são muito numerosos e as dificuldades muito grandes, constituem motivo de verdadeira celebração. Desta forma, hoje celebramos com o povo e a liderança do Ceará, Estado com população de 6.4 milhões, mais do que a Dinamarca ou a Costa Rica, localizado no Nordeste do Brasil, região assolada pela pobreza. O Ceará - castigado durante séculos por uma conspiração de seca, autoritarismo, falta de atenção e de oportunidades - começou, nos últimos anos, a reverter esta situação. Tem-se registrado progresso espetacular no apoio às crianças do Ceará.

Em 1984, o Ceará iniciou um processo de descentralização da administração pública, dando início a uma nova forma de organização do Estado. O Ceará colocou-se na dianteira, dando o exemplo. Esta fíada foi estabelecida em escala mundial para o ano de 1995, na esperança de salvar 400.000 crianças vitimadas anualmente pelo tétano.

Muitas pessoas que não puderam estar presentes aqui hoje também merecem reconhecimento. Um exemplo perfeito é a Dr^a Ana Maria Cavalcante, uma lutadora nas trincheiras dos direitos da criança na década de 80 e hoje Secretária de Saúde do Estado do Ceará. Sabemos que está no Ceará comandando o combate ao surto de cólera, exemplificando o compromisso de milhares de pessoas que possibilitaram as realizações do Ceará. Ao finalizar, permita-me lançar um desafio. Podem o povo e o Governo do Ceará alcançar progresso igualmente dramático no campo da educação básica que obtiveram nas áreas de saúde e nutrição? Podem ampliar os sucessos obtidos nas iniciativas nos setores de desenvolvimento infantil e pré-escolar? Assegurar o acesso à educação, constitui desafio universal essencial ao progresso humano em todas as esferas. Novamente, tenho a confiança de que vocês podem, e assim o farão.

Os Governadores do Ceará descentralizaram a administração e a administração de modo a promover a melhoria da qualidade da prestação de serviços. Os prefeitos responderam ao desafio e têm demonstrado um notável compromisso com o bem-estar das crianças. Organizou-se um verdadeiro exército de agentes de saúde comunitários, representados hoje pela Sr^a Maria Elieriza Ferreira, Presidente dos Agentes de Saúde do Ceará, e pela Sr^a Otaviana Alice Leite, do Município de Barbalha - uma das cidades mais pobres da região - que foi escolhida por sorteio entre os mais de 7.000 agentes de saúde comunitários. Por intermédio do empenho destes ativistas e promotores de base na área da saúde, o Governo tem os meios para estender uma ampla rede de seguridade social. A prevenção e a educação são os lemas do sistema de saúde do Ceará, combinado com intervenções de baixo custo e alto impacto, tais como a imunização, e a terapia de reidratação oral, para combater as principais causas de mortalidade e de doenças infantis. Os meios de comunicação desempenham papel muito importante: não se limitam a informar sobre os temas relacionados à saúde, colaborando ativamente nas campanhas de saúde, na educação e na mobilização da população. Os líderes empresariais têm igualmente contribuído, desde o início, com seu apoio.

No Ceará, o Governo e o povo - trabalhando juntos - obtiveram resultados notáveis em tempo recorde. Tendo em vista se a percentagem de crianças que sobrevivem até o seu primeiro aniversário uma medida reveladora de progresso, a redução em um terço da mortalidade infantil obtida no Ceará em apenas três anos (1987-1989) constitui importante demonstração da rápida melhora na qualidade de vida que lá ocorre. Como parte desta realização, o Ceará logrou reduzir o número de mortes infantis por diarreia - que tem sido historicamente a principal causa de mortalidade infantil - em impressionantes 50%. A subnutrição infantil grave foi igualmente reduzida na proporção notável de um terço.

A redução da mortalidade infantil e de criança - em um terço até o ano 2000 constitui a principal meta estabelecida pela Cúpula Mundial da Criança de 1990. Se toda a América Latina seguisse o exemplo do Ceará e reduzisse a mortalidade infantil em um terço durante a década de 90 - alcançando em prazo de 10 anos o que o Ceará logrou em apenas 3 - as vidas de 1.250.000 crianças seriam salvas.

A América Latina e o Mundo poderiam também se beneficiar seguindo o

A América Latina e o Mundo poderiam também se beneficiar seguindo o exemplo recente do Ceará e do Brasil em outras áreas. Quando a Convenção dos Direitos da Criança estava ainda em forma de projeto, o Brasil adaptou e incorporou-a em sua Constituição. Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança, com participação de 50% do setor público e 50% do setor privado, estão sendo criados nos níveis nacional, estadual e municipal. Uma ampla aliança entre os setores público e privado - intitulado o Pacto pela Infância - está coordenando os esforços em favor das crianças. Há um ano, sob os auspícios desta aliança, Governadores Estaduais reuniram-se e acordaram preparar Programas de Ação estaduais e municipais para a implementação das metas estabelecidas pela Cúpula Mundial da Criança. Até hoje, 19 Estados, entre os quais o Ceará, já prepararam seus Programas, e numerosos municípios estão trilhando o mesmo caminho. Anima-nos testemunhar este processo descentralizado, com um amplo espectro dos setores sociais colaborando no âmbito local, onde devem encontrar-se as necessidades e as soluções. O exemplo do Ceará servirá claramente como inspiração aos demais Estados e Municípios do País.

Em 1984, o Ceará iniciou um processo de descentralização da administração pública, dando início a uma nova forma de organização do Estado. O Ceará colocou-se na dianteira, dando o exemplo. Esta fíada foi estabelecida em escala mundial para o ano de 1995, na esperança de salvar 400.000 crianças vitimadas anualmente pelo tétano.

Muitas pessoas que não puderam estar presentes aqui hoje também merecem reconhecimento. Um exemplo perfeito é a Dr^a Ana Maria Cavalcante, uma lutadora nas trincheiras dos direitos da criança na década de 80 e hoje Secretária de Saúde do Estado do Ceará. Sabemos que está no Ceará comandando o combate ao surto de cólera, exemplificando o compromisso de milhares de pessoas que possibilitaram as realizações do Ceará. Ao finalizar, permita-me lançar um desafio. Podem o povo e o Governo do Ceará alcançar progresso igualmente dramático no campo da educação básica que obtiveram nas áreas de saúde e nutrição? Podem ampliar os sucessos obtidos nas iniciativas nos setores de desenvolvimento infantil e pré-escolar? Assegurar o acesso à educação, constitui desafio universal essencial ao progresso humano em todas as esferas. Novamente, tenho a confiança de que vocês podem, e assim o farão.

É por todas estas realizações que o povo e o Estado do Ceará merecem o reconhecimento - e a emulação - internacionais. Assim, é com profunda emoção e sentido de admiração que lhe entrego o Prêmio Maurice Pate de 1993. Obrigado ao Ceará pela sua reorientação de prioridades e pela demonstração que a democracia e o poder popular podem produzir melhorias dramáticas, mesmo onde as condições são desvantajosas. Gostaria que você, Sr^a Otaviana Alice Leite, recebesse estas flores como símbolo do imenso respeito que temos por você e por seus colegas agentes de saúde comunitários. Muito obrigado.

James Grant
Diretor-Executivo do Unicef

1993

veículo

O POVO

data/página

04/NOVEMBRO/1993

15A/

Maternidade-Escola recebe

prêmio do Unicef

A Maternidade-Escola Assis Chateaubriand recebe em solenidade às 8h30min de hoje, no auditório Professor Galba Araújo, da instituição, o troféu e diploma de Hospital Amigo da Criança, prêmio instituído pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Organização Mundial da Saúde (OMS), para homenagear bons trabalhos realizados por instituições médicas, em seus campos de ação. O reitor Antônio Albuquerque de Sousa Filho, da Universidade Federal do Ceará, responsável pela manutenção e administração da Maternidade-Escola, fará a abertura dos trabalhos.

Hospital Amigo da Criança é um dos maiores prêmios concedidos pelo Unicef e Organização Mundial da Saúde. A homenagem será entregue à Maternidade-Escola pelo representante do Unicef no Brasil, Agop Kayayan. Na solenidade, estarão presentes o Presidente da Sociedade de Amigos da MEAC, Manuel Eduardo Pinheiro Campos; o Diretor do hospital,

Francisco das Chagas Oliveira; o representante da Organização Mundial da Saúde no País e um do Ministério da Saúde. A entrega da premiação será finalizada com um coquetel.

Chagas Oliveira explica que o Banco de Leite da Maternidade-Escola, fundado em 23 de março de 1988, é sem dúvida um dos serviços mantidos pela entidade, que levou o Unicef a outorgar a premiação. Lembra existir uma preocupação muito grande do órgão internacional da infância, com a alimentação de recém-nascidos nos países subdesenvolvidos. Uma equipe do Unicef realizou pesquisas no hospital, analisando o trabalho desenvolvido nesse campo, precedendo a escolha da MEAC como hospital amigo da criança. A Maternidade-Escola é um dos três únicos hospitais do Brasil a receber a distinção. Satisfeito pelo reconhecimento internacional, Oliveira lembra que o trabalho desenvolvido é fruto do esforço de uma equipe.

Ceará recebe prêmio do Unicef na área de educação

Governo foi premiado por desenvolver projetos como a democratização da gestão escolar e de alfabetização de crianças

MANUEL CUNHA



Governador Tasso Jereissati (D) fala durante a soenidade que contou com participação dos reitores das universidades cearenses

O Ceará ganhou mais um prêmio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Desta vez em função dos processos deflagrados no campo da educação como a decisão de democratizar a gestão escolar, a escolha dos delegados regionais e do projeto para alfabetização de crianças e adolescentes, *O Tempo de Aprender*. Os indicadores educacionais também já apontam uma redução do índice de analfabetismo para jovens, na faixa etária de 11 a 14 anos, de 39,5% em 1991 para 28,5% no ano passado. O prêmio "Criança e Paz", também será entregue aos governos do Paraná, Minas Gerais, Distrito Federal e Sergipe, em novembro deste ano.

"O prêmio é muito importante e serve como estímulo de que estamos no caminho certo" — comentou o governador Tasso Jereissati. Acrescentou que a premiação do Unicef, que já premiou o Ceará pela redução da mortalidade infantil, é muito mais pelas ações que estão sendo realizadas, no sentido de mudar conceitos de educação, onde a escola é o ponto de partida. Disse que acredita que esse trabalho que está sendo feito é de base.

Jereissati destacou que "ao reformular toda a estrutura do ensino fundamental, democratizar o ensino, dar à escola o papel que ela tem, dar ao Município o papel que ele tem, dando a cada um a responsabilidade da sua parte, nós temos chance de erradicar o analfabetismo, na faixa de 11 a 14 anos, que é a grande fonte de analfabetismo". Para ele, com os convênios assinados

com as universidades e o envolvimento maior da sociedade essa meta será possível de alcançar em muito pouco tempo.

O Secretário da Educação do Estado, Antenor Napolini, declarou que considera o prêmio "Paz e Criança" um desafio e um estímulo para que continue desenvolvendo um trabalho. "Segundo o representante do Unicef (Agop Kayanan) é um reconhecimento de que om rumo está certo. E isso é muito importante e estimulante ter o aval de um organismo internacional" — completou. Adiantou que houve não só a queda de um índice de analfabetismo uma procura crescente da escola no Estado.

Buscar mais parceiros para caminhar mais e melhor é a idéia do secretário Napolini que acha que o cearense está acreditando mais na escola. Ele comenta que 904 mil pessoas foram votar na eleição de diretores, que era livre. "Nossa meta em chegar em 1998 tendo baixado o índice de analfabetismo para menos de 6% na faixa etária de 11 a 14 anos".

O Secretário da Educação observa que a proposta do Governo para a educação resume-se no projeto "Todos pela Educação de qualidade para todos", que incorpora os princípios de sustentabilidade, visão de longo prazo, participação e parceria, descentralização e qualidade. No que se refere à autonomia escolar, a Seduc realizou a seleção técnica e escolha democrática de diretores de todas as escolas estaduais, seguido de curso de capacitação de 80 horas.

PONTO DE VISTA SOBRE O PRÊMIO

ALCEBIADES SILVA



grande incentivo para um como o nosso, pobre, que

JOSÉ LEOMAR



"Acho muito importante porque o Estado vem fazendo um planeja-

JOÃO GUIMARÃES: 10/06/93



"Acho que esse prêmio é gratificante. Mostra que os problemas da

EVILÁZIO BEZERRA



"A importância desse prêmio dado pelo Unicef, uma instituição

Universidades firmam convênio

As universidades cearenses firmaram ontem convênio de capacitação e acordo de cooperação técnica com o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação do Estado (Seduc), que objetivam a melhoria da qualidade do ensino e a aproximação entre a Seduc e essas instituições. A solenidade contou com as presenças do governador Tasso Jereissati e do secretário Antenor Napolini, que propuseram o desa-

pios fundamentais a produção e socialização do saber, o compromisso com o ensino público universal de qualidade, a valorização do pessoal docente e a racionalização de recursos humanos, dentre outros.

A operacionalização se dará, inicialmente, nas seguintes áreas: cooperação no apoio à escola e ao trabalho pedagógico escolar, especificamente na capacitação de profissionais; no processo de municipaliza-

32

1996



Crianças portadoras da Síndrome de Dawn são atendidas na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em Fortaleza

Oitenta por cento dos portadores de doença neuropsicomotoras do Ceará estão no Interior

ANA CÉLIA OLIVEIRA
DA EDITORIA DE POLÍTICA

Cerca de 80% das pessoas portadoras de doenças neuropsicomotoras do Ceará residem no Interior e sem qualquer atendimento médico. A informação é do presidente da Associação Beneficente Cearense de Reabilitação (ABCR), Antônio da Silveira Machado Neto. Já a deputada estadual Gorete Pereira, que é vice-presidente da ABCR, informa que dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), apontam que 10% dos habitantes de cada município são portadores de algum tipo de deficiência. Gorete Pereira acrescenta que mais de 15 milhões de pessoas o Estado do Ceará apresentam deficiência física.

Segundo a deputada, a deficiência ocorre principalmente, com as mulheres na área rural, que não fazem pré-natal. O parto prematuro, a desnutrição, a pressão alta que pro-

voca a eclampsia e a diabetes causam deficiências físicas e mentais. Gorete Pereira acredita que ainda existe uma indiferença das autoridades diante da quantidade de deficientes que se formam por falta de uma saúde preventiva.

O Secretário da Saúde, Anastácio Queiroz, concorda que a política de apoio ao portador de anomalia física ou mental ainda é muito pequena. Para ele, muito ainda tem que ser feito em prol desses membros da comunidade que estão desassistidos. Ressaltou que a Secretaria de Saúde tem um núcleo de assistência social que lida com o atendimento ao deficiente, e trabalha dando suporte aos Programas "Apoio ao Deficiente", "Órtese e Prótese", "Tratamento fora do domicílio" e "Medicamento para Renal Crônico".

Mas são as instituições filantrópicas como a ABCR e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), as mais procuradas pela

população carente, que procuram nesses organismos meios de cura completa ou reabilitação parcial para os males que os atingem. Tanto no caso da ABCR, que atende 1.500 pessoas, entre crianças e adultos, e da APAE - que atende 1.200 crianças em todo o Estado, sendo somente no interior, 761 -, têm uma filosofia de trabalho voltada para recuperar os cidadãos deficientes e reintegrá-los à sociedade.

A vice-presidente da ABCR disse que a instituição, a exemplo da APAE, é uma entidade filantrópica, que sobrevive praticamente dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e do trabalho de terceirização, que gera uma renda de 10% à ABCR. Informa que essa rentabilidade é uma oportunidade da instituição complementar a manutenção de suas novas entidades na capital, e as duas do interior, previstas para serem implantadas num curto espaço de tempo, como é o

caso da ABCR Cariri.

A entidade conta com hospitais em Fortaleza, sendo a unidade-mãe, localizada no Parque da Canga, que realiza atendimentos para crianças, jovens e adultos em áreas de fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, serviço social, médico e psicológico. A unidade, o objetivo é tentar reverter os movimentos tidos como doença congênita, ado-

ou provocada por acidentes. A ABCR infantil está localizada em Jacarecanga e atende 500 crianças portadoras de paralisia cerebral, hidrocefalia e Síndrome de Down. Já as unidades de Messejana, Maracá, Barreira, Barra do Ceará, José de Alencar e Conjunto Ceará, Morro do Sol realizam um serviço de atendimento domiciliar. A ABCR serviço procura integrar o deficiente físico ao mercado de trabalho e faz convênios com empresas como os Correios, o Previ e a Emurb.

Programa orienta famílias sobre abordagem às crianças

O Programa de Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência que foi implantado em 1993, pela Secretaria de Saúde do Estado, visa à prevenção das deficiências físicas e mentais. Através do Ministério da Saúde, dá suporte a diversas instituições que trabalham com deficientes, inclusive à Secretaria da Educação, que procura orientar os professores para a abordagem com crianças especiais. Os profissionais de Saúde que estão envolvidos no Programa do Planejamento Familiar também participam do trabalho, informando as mães sobre a prevenção.

O Programa de Órtese e Prótese atinge às pessoas portadoras de im-

perfeições físicas e que necessitam de benefícios para fortalecerem a sua independência. Somente no ano de 1996, 5.145 portadores de deficiência física foram atendidos pelo programa. Cerca de 350 cadeiras de rodas são entregues mensalmente pela Secretaria de Saúde, às pessoas que se inscreveram para receber as vantagens. A diretora da Divisão de Assistência Social, Moema Guilhon, disse que a Secretaria entrega também uma média de 300 óculos por mês, 10 bolsas para colostomizados, 50 muletas e 20 coletes milwake, nas cinco unidades de referência, em Fortaleza.

No interior, seis municípios parti-

cipam do programa. São eles: Cascavel, Beberibe, Eusébio, Caucaia, Maracanãu e Pacoti. Moema Guilhon informa que para a implantação do projeto, o município terá que atender alguns requisitos exigidos pela Secretaria de Saúde. Dentre eles, a existência de um médico otorrino, oftalmologista e um assistente social, na localidade.

"Tratamento fora do domicílio" é a transferência de pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para outros centros mais avançados que dispõem de determinados serviços, não existentes em Fortaleza. Segundo Guilhon, cerca de 65 pes-

soas são beneficiadas anualmente com esse programa. Com a chegada da Secretaria, elas viajaram para Rio de Janeiro, São Paulo, Horizonte, Curitiba e Rio Grande do Sul, em busca de atendimentos pelo SUS, a fim de realizarem cirurgias de transplante de medula, locamento de retina ou glaucoma.

De acordo com ela, em todo o Estado do Ceará, cerca de 2.000 crianças carentes são inscritas no programa "Medicamento para o Crônico", que destina medicamentos excepcionais para doenças raras como o hormônio do crescimento, puberdade precoce, osteoporose e doença de Wilson.

ABCR vai ampliar atendimento

Visando estender os serviços da Associação Beneficente Cearense de Reabilitação (ABCR) ao Interior do Estado, a deputada estadual Gorete Pereira (PFL), que é vice-presidente da instituição, está com um projeto de levar os serviços da entidade, para os municípios de Juazeiro do Norte e Maranguape.

A deputada, em Juazeiro, conseguiu alugar um prédio da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), onde será instalada a ABCR no município, chamada de ABCR Cariri. Segundo ela, o Governo do Estado através da Superintendência de Obras do Estado do Ceará (SOEC), irá fazer uma reforma completa no imóvel que está muito deteriorado. A obra é uma parceria entre Governo Estadual e ABCR, que entra com a aparelhagem e os profissionais.

A ABCR Cariri vai atender além de Juazeiro, os municípios de Crato, Barbalha e Missão Velha. De acordo com ela, a previsão para o término da obra é para daqui há três meses. A deputada disse ainda que a unidade do Cariri atenderá nos mesmos parâmetros das demais ABCRs, ou seja, de forma generalizada, não podendo rejeitar nenhum tipo de deficiência.

Gorete Pereira informa que existe a possibilidade da instituição de Juazeiro, realizar serviço de prótese e ór-

tesia, com dois médicos fisioterapeutas, um terapeuta ocupacional, um assistente social, um psicólogo, um neurologista e um fonoaudiólogo.

A deputada considera que apesar de ainda existir um longo trabalho a ser feito no interior do Estado, na área de deficiência, um importante benefício que eles conquistaram foi a Lei nº 12.568, de três de abril de 1996, que institui o benefício da gratuidade em ônibus e empresas permissionárias de serviço regular comum intermunicipal, às pessoas portadoras de deficiência física.

Com referência a ABCR de Maranguape, Gorete Pereira conta que está havendo um impasse na aquisição do prédio, onde deverão ser instalados os serviços de reabilitação. "O prefeito Pedro Câmara prometeu solucionar a questão com rapidez, mas já faz algum tempo e o problema ainda não foi resolvido", disse ela.

A parlamentar ressalta a importância de uma unidade em Maranguape, dada a grande quantidade de pessoas da região, que necessitam fazer tratamento de reabilitação em Fortaleza, pela inexistência de um centro fisioterápico na cidade. Semanalmente, o prefeito do município coloca à disposição das mães de 50 pessoas portadoras de acidente vascular cerebral e pacientes vitima-

APAE ajuda 1.200 deficientes

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), uma entidade filantrópica, que vive apenas de doações, atende portadores de deficiência mental e portadores de Síndrome de Down, associada ou não a outro tipo de patologia, em todas as faixas etárias. Segundo a presidente da Federação das APAE's, Maria Lúcia Oliveira Barbosa, a entidade possui atualmente 1.200 "crianças", sendo somente no interior, 761 beneficiadas pelo tratamento da instituição.

No Interior do Estado, a APAE conta com sete unidades nos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Sobral, Várzea Alegre, Brejo Santo, Cedro e Maracanãu, que trata dos pacientes desde a estimulação precoce até a profissionalização. Lúcia Barbosa ressalta que no interior, algumas APAE's estão mais avançadas que outras. Cita como exemplo, as unidades de Juazeiro do Norte e Crato. "Depende da organização e da colaboração da sociedade" - explicou.

Apesar de ter passado por uma crise organizacional e financeira há um ano atrás, a APAE de Juazeiro hoje se considera bem estabilizada e confiante nos grandes resultados que a unidade poderá apresentar dentro em breve. A presidente da instituição, Pauline Carol Habib

palavra chave que os deficientes precisam para chegar perto da normalidade. Diz que para isso sendo feito um trabalho de base.

Em Juazeiro são 195 deficientes assistidos por dois terapeutas fonoaudiólogos, dois assistentes sociais, um psicólogo, um fisioterapeuta, um psicometrista e um pedagogo. Classificados em três níveis, estão assim distribuídos: 1º nível, 61 crianças, de sete a sete anos, recebendo tratamento de estimulação precoce.

No 2º nível estão 57 crianças, fazendo alfabetização, na faixa etária de quatro a 40 anos. Já no 3º nível estão os deficientes auditivos que não tem atraso mental, com a 3ª e 4ª série do 1º grau. Nesse grupo são 12 alunos, entre 9 e 12 anos de idade.

Mas a grande terapia dos deficientes que frequentam a APAE de Juazeiro, são as oficinas profissionais. Na marcenaria, três pessoas com Síndrome de Down, com idade de 21 anos, fazem lixamento de madeira. Na horta, 14 adolescentes, com idade de 30 caneteiros. Eles mudam os matos e adubam os pés de alface, coentro, almeirão, cebolinha, berinjela e pimentão.

Na granja os "especialistas" cuidam de 300 aves destinadas a

Camocim pode ter tráfico de crianças para o Exterior Criança quase

A partir de irregularidades detectadas, Tribunal de Justiça suspendeu as adoções internacionais que vinham acontecendo no município, nem sequer sabia da exigência

CLÁUDIO RIBEIRO
DA EDITORIA DE CIDADES

Processos com verificação de assinaturas em falta. Acusação de pareceres transpostos de um caso para outro. Exigência de prazos pela lei atropelados. Cartas anônimas lançadas à população e repúdio público de vários advogados da cidade. Creche recusando crianças que recebiam tratamento diferenciado das demais e, mesmo assim, sendo obrigada, judicial e irregularmente, a recebê-las. As mesmas crianças, propensas a serem adotadas por casais estrangeiros, sendo transferidas para Fortaleza somente após a determinação expressa da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado (TJE). Mais grave: a liberação de um passaporte para uma criança, que tinha nula sua adoção para um casal de italianos, e que já está na Itália com os novos pais.

Em toda a história, um nome comum: o da juíza da Infância e da Juventude de Camocim, Cristina Maria Monteiro Barros. Estas recentes pistas — algumas confirmadas — encontradas no município, a 373 km da Capital, passaram a preocupar desembargadores, juízes e membros da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI), numa possível reedição das investigações sobre o tráfico internacional, por adoções, de crianças que saem do Ceará.

O cenário tornou-se suficientemente incômodo para que, desde a quinta-feira da semana passada (5), o Pleno do TJE suspendesse, por tempo indeterminado, todas as adoções internacionais que ainda vinham acontecendo naquele município e em cidades sem abrigos oficiais para crianças prestes a serem encaminhadas a pais adotivos de fora do Brasil. A sessão dos desembargadores chegou a ocorrer em caráter sigiloso, já no começo da noite do dia 5. Com a vigilância cerrada sobre as crianças de Fortaleza, estaria o mercado ilegal das adoções se ramificando para o Interior? As provas dessa acusação mais grave ainda não apareceram.

O garoto Ítalo José Neres dos Santos, de 2 anos e 11 meses, saiu de Camocim para a cidade de Brescia, no Norte da Itália, com um passaporte liberado pela Delegacia de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (Delemaf), da Polícia Federal, através do processo 431/95. O presidente da CEJAI, desembargador Francisco Hugo Alencar Furtado, já havia determinado a suspensão dessa mesma adoção. Apareceram suspeitas de montagem do processo.

Desde os dias 18 de abril e 22 de maio deste ano (dois dias após o nascimento de ambos), respectivamente, o menino Júlio Rocha e a menina Maria dos Santos Oliveira estavam mantidos em um atendimento 24 horas na Creche-Berçário Venerável Antônio Correia, em Camocim. Tinham, durante todo o dia, a atenção de uma babá — uma para cada bebê. Numa condição ainda mais desconfiável aos olhos da população, a creche passou a ter policiais militares de sentinela no local, requisitados junto à 3ª Companhia de Guarda do município. No final da noite de segunda-feira última, as duas crianças foram transferidas, por medida de segurança, para o abrigo do SOS Criança em Fortaleza.

Essas eram ordens determinadas à creche pela juíza Cristina Maria Monteiro Barros. "Eu não tenho uma palavra a dar sobre este assunto. Se você quer maiores informações, se dirija à Presidência do Tribunal de Justiça" — disse curtamente a Juíza ao **O POVO**, pelo telefone. No mesmo dia, sua comarca era submetida ao início de um levantamento pela Coregedoria do TJE, atrás de saber o que pode haver além das suspeitas. O caso prosseguirá sob investigação em Fortaleza e deverá ter um pronunciamento, possivelmente na próxima semana, pelo Conselho da Magistratura.

Os casos já são do conhecimento de deputados membros da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. O presidente e candidato a vice-prefeito de Fortaleza, deputado Mário Mamede(PT), deverá fazer um pronunciamento hoje no plenário da Assembleia Legislativa sobre o assunto. **Leia mais na página 11A**



Maria Oliveira e Júlio Rocha foram transferidos para Fortaleza por determinação do Tribunal de Justiça

O QUE DIZ A LEI SOBRE ADOÇÕES

Regimento Interno da CEJAI

"Artigo 27: As crianças e/ou adolescentes sujeitos nos termos da Lei à adoção deverão ser recebidos pela autoridade judiciária competente e colocados em abrigos oficiais e onde não houver, deverão ser encaminhados aos juízes das Comarcas circunvizinhas, onde funcionarem entidades de atendimento e, se necessários, ao Juízo da Infância e da Juventude da Comarca de Fortaleza.

Artigo 28: Incontinenti, o juiz responsável pela criança e/ou adolescente comunicará à CEJAI, através de ofício, informando o nome deste, cópia do registro civil de nascimento e o local onde ficou abrigado."

Obs: Decisão em sessão no dia 12 de março de 1996, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Casal quer evitar a ida de bebê para a França

O técnico do Ministério da Agricultura José Valdevi Araújo, 54, e sua esposa Maria Helena dos Santos Araújo, 35, eram assíduos frequentadores da creche Venerável Antônio Correia, em Camocim. Não cansavam de sair de casa e do trabalho para dengar o menino Júlio, tão confiantes que estavam em obter sua adoção. Na segunda-feira (9), só puderam chorar quando o garoto foi trazido de Camocim para o SOS Criança, em Fortaleza. "Eu acompanhei tudo. A minha esperança é que a gente vá ficar com ele" — disse Valdevi ao **O POVO**, pelo telefone.

Pelas características e exigências das adoções, Valdevi e Maria Helena têm as maiores chances de serem os futuros pais de Júlio. Os dois concorrem com um casal francês e outro de São Paulo. Em uma carta-ofício encaminhada ao desembargador Francisco Hugo Alencar Furtado, presidente da CEJAI, no dia 2 deste mês, eles apelaram para que a "Juíza da Infância e da Juventude da comarca de Camocim reverta sua posição de conceder a adoção do citado menor para casal estrangeiro".

"Sempre frequentamos a creche. Meu esposo simpatizou e achou

que a gente poderia adotar o Júlio — era uma provável mãe. O casal Camocim tinha lá seus motivos. Em novembro de 1994, um acidente de moto em São Paulo tirou da vida do filho dos dois, o menino de 5 anos de Valdevi e Maria Helena. O casal ficou com cinco filhos, ainda para a família, a perda, até então, não tinha sido compensada pela juíza da cidade, creche da maçonaria, e pela secretária mo. A documentação da adoção foi repassada há dois meses. "Sabemos que a Lei de Adoção do Menor", somente a Juíza Maria Helena. "Eu tenho certeza que ele vai ficar conosco" — torce Valdevi.

Dois fatos:

1 - Camocim há três anos vem sendo ALVO, tendo como destino os países da França, Inglaterra e Alemanha.

2 - O custo total de toda operação, denominada "Baby Food", assim dividido:

A - pais adotivos = US\$ 50.000,00

B - Advogado = US\$ 50.000,00

C - Interprete = US\$ 5.000,00 (por criança)

D - Agenciadora (Dr.ª Maria Tereza) = US\$ 5.000,00 (por criança)

E - Juíza (Dr.ª Cristina Barros) = US\$ 50.000,00

CAMOCIM PRECISA SABER

A juíza, Dr.ª Cristina Barros, a tempos vem fazendo "Baby Food", desde a sua última Comarca onde deixou rastro de caminhada.

A Secretária da 2ª Vara, Dr.ª Maria Tereza, a tempos vem fazendo "Baby Food", desde a sua última Comarca onde deixou rastro de caminhada.

Fac-símile de trecho da carta com denúncias sobre irregularidades

Carta denuncia participação

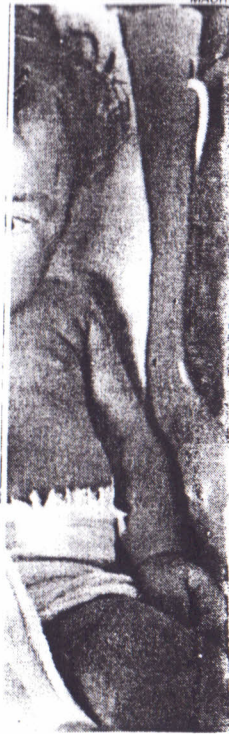
"Camocim há três anos vem sendo alvo do tráfico de crianças para o Exterior, tendo como destino os países da França, Inglaterra e Alemanha." Essa é uma das afirmações mais brandas em todo o conteúdo do manifesto *Carta Aberta ao Povo de Camocim*, que há algumas semanas virou assunto de reuniões particulares na cidade. Numa operação denominada "Baby Food", são citados valores de até 250 mil dólares para adoções de crianças para fora do Brasil, que estariam sendo encapela perda, até então, não tinha sido compensada pela juíza da cidade, creche da maçonaria, e pela secretária mo. A documentação da adoção foi repassada há dois meses. "Sabemos que a Lei de Adoção do Menor", somente a Juíza Maria Helena. "Eu tenho certeza que ele vai ficar conosco" — torce Valdevi.

pelo advogado do processo "agenciadora" — Maria Tereza citada — embolsaria US\$ 5.000 por criança. Maria Tereza é uma funcionária do fórum, sob o Presidente da Loja Maçônica José Gildo Soares de Lima, pessoalmente os alimentos che Venerável Antônio Correia onde estavam abrigados os Júlio Rocha e Maria dos Santos Oliveira. **O POVO** não conseguiu a versão de Maria Tereza.

Gildo Soares dá a lista de depósitos "encaminhados para custear a manutenção de Júlio e Maria na creche estadia de ambos, foram pagas duas crecheiras "especializadas reais foram pagos dois nascidos, em 1º de março de 1995. Os outros depósitos

Exterior Criança quase era levada por italianos ilegalmente

Quando o município nem sequer sabia da exigência de só poder conseguir uma adoção sobre habilitação prévia concedida pela CEJAI



...minação do Tribunal de Ju...
para a França...
que a gente poderia adotar o...
— conta a provável mãe. O ca...
Cama... tinha lá seus mo...
Em novembro de 1994, um ac...
te de moto... Paulo tirou a...
da do filho de... os de Valde...
Maria Helena... com o...
cinco filhos, ainda... a tri...
pela perda, até conh... Jul...
creche da maçonaria... Cristina...
mo. A documentação... da 2ª...
adoção foi repassada há... Segundo a...
um mês. “Sabemos que a Le... desconhecida “Comissão do...
reito aos brasileiros que ped... do Menor”, somente a Ju...
diz Maria Helena. “Eu tenho... lucrando US\$ 50 mil por...
certeza que ele vai ficar... mesmo valor seria obtido...
gente” — torce Valdevi.

Dos fatos:

- 1 - Camocim há três anos vem sendo ALVO, do tráfico de crianças para o exterior, tendo como destino os países da França, Inglaterra e Alemanha.
- 2 - O custo total de toda operação, denominada "baby food" é no valor de US\$ 250.000,00, assim dividido:
A - país adotivos = US\$ 50.000,00
B - Advogado = US\$ 50.000,00
C - Interprete = US\$ 5.000,00 (por criança).
D - Agenciadora (Drª. Maria Tereza) = US\$ 5.000,00 (por criança)
E - Juíza (Drª. Cristina Barros) = US\$ 50.000,00

CAMOCIM PREGISA SABER

A juíza, Drª. Cristina Barros, a tempos vem fazendo esta operação, chamada "baby food", desde a sua última Comarca onde deixou rastro de camiflora.

A Secretária da 2ª Vara, Drª. Maria Tereza, ativista do tráfico de menores desde o período de 1991 quando foi instalada a CPI do Tráfico de Menores, conhecida como "papa feio" no meio da classe profissional.

Fac-símile de trecho da carta com denúncias sobre irregularidades nas adoções em Camocim

Carta denuncia participação da juíza da cidade

“Camocim há três anos vem sendo alvo do tráfico de crianças para o Exterior, tendo como destino os países da França, Inglaterra e Alemanha.” Essa é uma das afirmações mais brandas em todo o conteúdo do manifesto *Carta Aberta ao Povo de Camocim*, que há algumas semanas virou assunto de reuniões particulares na cidade. Numa operação denominada de “Baby Food”, são citados valores de até 250 mil dólares para adoções de crianças para fora do Brasil, que estariam sendo encapilhadas pela juíza da cidade, creche da maçonaria, e a secretária mo. A documentação da adoção foi repassada há um mês. “Sabemos que a Lei do Menor”, somente a Juíza Maria Helena. “Eu tenho certeza que ele vai ficar com a gente” — torce Valdevi.

O menino M.V.A., que completa cinco meses nesta sexta-feira, chegou a estar ilegalmente, em agosto último, nos braços de um casal italiano com todas as intenções de um embarque rumo ao país europeu. Por um lance de sorte, não foi levado para fora do Brasil ou mesmo do Ceará. O casal de italianos B.C. e M.P. nem sequer sabia da exigência legal de só obter uma adoção sob a habilitação prévia, dada pela CEJAI. Foi num acaso que a Coordenadora do SOS Criança, Célia Kerbage, encontrou os dois num dos corredores do Tribunal de Justiça, quando tentavam acertar os últimos detalhes da viagem.

Alguns dias depois, a CEJAI realizou diligências em um flat da cidade, no bairro Meireles. Soube-se que o menino é filho de M.M.A., 24, e sobrinho de M.A., 25. A tia, que antes havia morado na Itália, conhecia um homem de nome Roberto, amigo exatamente do casal B.C. e M.P.. Nesse encontro, juntou-se o interesse de “doar” uma criança, pela mãe ou pela tia, com a intenção da adoção, pelos italianos. Quando veio da Itália para o Ceará, o casal ficou hospedado no mesmo flat investigado por membros da CEJAI.

Já se sabe também que dois apartamentos do flat pertence a outro italiano, de nome A., hoje investigado pela Polícia Federal e que estaria vivendo oficialmente somente da renda dos aluguéis dos dois quartos — segundo apuração da CEJAI. B.C. e M.P. nem chegaram a constar na lista de hóspedes do flat. Pela situação irregular e por precaução, o garoto M.V.A. chegou a ser abrigado no SOS Criança sob ordem judicial.

A advogada Patrícia Fontenele, envolvida no início dos anos 90 em acusações de tráfico de crianças para o Exterior, chegou a ir à Casa Abrigo da Febemec (Fundação do Bem-Estar do Menor do Ceará), representando a família da criança e querendo reavê-la. “Isso já deu muita chateação. Todos já sofreram. A criança está até internada, em observação médica” — disse a mãe, M.M.A., pelo telefone ao **O POVO**. (CR)

EXIGÊNCIAS E CARACTERÍSTICAS DA ADOÇÃO

- 1) A adoção é um ato irrevogável, o que impossibilita o rompimento por uma das partes do adotante em qualquer época da vida;
- 2) A criança adotada terá todas as condições dadas aos outros filhos do casal;
- 3) Candidatos à adoção devem ter, no mínimo, 21 anos;
- 4) Se casado ou em concubinato, a outra parte do casal deve ter 21 anos;
- 5) No caso de pais reconhecidos, o juiz os ouvirá antes do consentimento;
- 6) Não será deferido o processo de adoção por pessoas que revelem qualquer incompatibilidade com a natureza da medida ou que ofereçam ambiente adequado para a educação da criança;
- 7) As crianças deverão estar cadastradas na Comissão Estadual Judiciária de adoção Internacional (CEJAI);
- 8) Brasileiros interessados devem estar com pedido de adoção encaminhado ao Juizado da Infância e do Adolescente (avenida João Pessoa, 3.288, Benfica — fone: 281.3711);
- 9) No caso de estrangeiros, terão que apresentar um dossiê do país de origem para avaliação da CEJAI, que funciona no Tribunal de Justiça do Estado, no Cambéba (fone: 216.2500). Se aprovar, a CEJAI fornecerá um laudo de habilitação para que o processo prossiga.

DOCUMENTAÇÃO

- Certidão de Nascimento ou casamento;
- Atestado de sanidade mental e física;
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Comprovante de renda;
- Atestado de idoneidade moral, assinado por duas pessoas, com firma reconhecida.

Conselho dará resposta 3ª feira

“Pode ser apenas um problema de interpretação. A Juíza pode ter entendido de um jeito e a CEJAI de outro” — avaliou antecipadamente o Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Carlos Facundo, sobre a situação das adoções autorizadas pela juíza de Camocim, Cristina Maria Monteiro Barros. Ele confirma a decisão do Pleno, de suspender as adoções internacionais em Camocim e em cidades onde não há creche oficial conveniada à Febemec.

Facundo antecipa que, na próxima terça-feira, (17) o Conselho da Magistratura do TJE deverá fazer seu pronunciamento sobre o caso de Camocim. O mesmo Conselho, em reuniões anteriores, chegou a considerar “equivocadas” as investigações da CEJAI no município.

O Juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza, Francisco Suenon Bastos Mota, está agora como responsável pela guarda das crianças Júlio Rocha e Maria dos Santos Oliveira. “Vamos procurar examinar os casos. A idéia é procurar fazê-los voltar para suas famílias biológicas. Caso contrário, serão encaminhados para adoções” — afirmou. Ele também confirma que Fortaleza hoje centraliza todas as avaliações dos processos de adoções mais por falta de técnicos (psicólogos, assistentes sociais, enfermeiras) nos municípios. “Queremos evitar o agenciamento dessas crianças junto às mães pobres” — explica. Suenon Bastos garante que “99% das adoções da Capital hoje são feitas por casais brasileiros” — prioridade determinada pela própria Lei. (CR)

continuação da página anterior

Reduzir taxa de analfabetismo é principal meta da educação

26,5% da população do Ceará com idade entre 11 e 17 anos são de analfabetos e 105 municípios estão com índice superior

Os números da educação no País podem até demonstrar alguns avanços no setor este ano ao ponto do presidente Fernando Henrique Cardoso eleger 96 como o ano da Educação. Mas ainda é cedo para festejar com tantos desafios a serem vencidos em 97. Em avaliação feita pelo Ministério da Educação, o Nordeste, por exemplo, tem a segunda pior desempenho no que se refere à idade dos alunos, só perdendo para região Norte. No Ceará, a taxa de analfabetismo é de 26,5%, a taxa de 107.399 jovens de 11 a 17 anos, ou 268.539 analfabetos.



Oferecer um ensino público de qualidade é um dos desafios para a educação no próximo ano

Para comemorar esse quadro, 105 dos 181 municípios estão com índices superiores a 27%. Os municípios de Salitre, com apenas 30,74% da população na faixa de 6 a 17 anos dentro de ensino e Graça, com 51,74% de taxa de analfabetismo, são exemplos de péssima educação em algumas cidades do Interior do Estado.

E o mais grave é que centenas de crianças que frequentam a escola continuam analfabetas. Elas estão em Fortaleza e no Interior do Estado. Nas escolas, elas figuram como matriculadas numa demonstração que tiveram acesso à escola. Por outro, ingressam a fila dos analfabetos, uma vez que passam por uma série para outra sem saber ler e com conhecimentos limitados sobre o contexto geral. O que comprova que não basta apenas colocar a criança na escola, é necessário oferecer um ensino fundamental de qualidade. Isso passa por professores melhor remunerados, qualificados e escolas equipadas.

Além da baixa qualidade do ensino, muitos jovens abandonam a escola para trabalhar. É a necessidade de sobrevivência falando mais alto e a falta de perspectiva para o futuro. Segundo a Secretaria de Educação do Estado (Seduc), este ano foram matriculados 521.701 no ensino fundamental, 87.943 no ensino médio e 32.450, no pré-escolar.

Um ano de muitas derrotas para a educação pública. Essa é a avaliação de Rosa da Fonseca, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Ceará (Sindicte). Em alguns municípios do Interior do Estado, muitos professores continuam trabalhando sem vínculo empregatício e recebendo salários atrasados. Ela lembra que se por um lado é um fato negativo, por outro, a paralisação da categoria em Crato, Crato e Juazeiro, demonstra mobilização e espírito de luta.

Com a mesma certeza de quem chega ao final do ano com um balanço negativo, Rosa já sabe que 97 será de muita luta. A categoria vai mais um vez "brigar" pela implantação do piso salarial em nível municipal e estadual e pelo o Projeto Alternativo de Educação, contra a política do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Escola (FADIE). O Fundo dá maior autonomia para escola gerar recursos. Segundo ela, a medida vai possibilitar a coexistência de taxa e abrir espaço para as empresas dentro das escolas.

Fortaleza tem déficit de vagas nas escolas públicas

A baixa qualidade do ensino está gerando no Estado a figura da criança que frequenta a escola, mas continua analfabeta. A observação é da advogada do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (Cedeca), Neaira de Moraes. Ela lembra que garantir o acesso à escola continua sendo um desafio importante, mas é necessário se lutar por uma educação de qualidade.

O problema do ensino é mais complicado do que se imagina. O déficit de vagas em escolas públicas de Fortaleza foi constante este ano e promete continuar em 1997. Isso porque o número de vagas está longe de ser o suficiente para atender a demanda. Segundo ela, o mais grave é que para o próximo ano está prevista apenas a construção de uma escola em cada uma das nove regiões administrativas de Fortaleza.

A Campanha Educação: Faça valer esse direito, desencadeada pela entidade constatou que em quatro áreas da cidade, 1.788 crianças estavam fora da escola por falta de vagas. O levantamento feito pela Cedeca nos bairros da Barra do Ceará, Parque Santa Maria, Conjunto Palmeiras e Genibaú, constatou que cerca de 60% das crianças eram das séries iniciais.

Neaira Moraes diz que entre os pontos positivos está o desempenho da campanha em conscientizar as famílias que é um direito e um dever do poder público garantir a vaga. E

EDUCAÇÃO NO CEARÁ

Taxa de Analfabetismo	
■ De 11 a 17 anos - 26,5%	
■ 11 a 14 - 19,39 (urbano) e 34,20 (rural)	
■ 15 a 17 - 15,34 (urbano) e 27,89 (rural)	
Crianças e adolescentes fora da escola	
■ 6 a 10 anos - 16,31 (urbano) e 26,32 (rural)	
■ 11 a 14 - 14,45 (urbano) e 22,19 (rural)	
■ 15 a 17 - 29,77 (Urbano) e 41,60 (Rural)	
MUNICÍPIOS COM INDICADORES NEGATIVOS	
■ Salitre - 30,74% da população na faixa etária de 6 a 17 anos está na escola	
■ Graça - 51,74% de taxa de analfabetismo	
■ Granja, Caririçu, Senador Sá, Viçosa do Ceará, Coreaú, Morrinhos, Uruoca, Moraiço e Ibaratama - índices acima de 40% da população escolarizável de 11 a 17 anos	
MATRICULAS EM 1996	
■ Ensino fundamental - 521.701	
■ Ensino médio - 87.943	
■ Pré-escolar - 32.450	

Fonte: Seduc - Censo Educacional 1995

uma obrigação dos pais matricular os filhos. A omissão é considerado crime de abandono intelectual. Ela aponta como grande desafio para 1997, é garantir o acesso universal da criança na escola e a partir daí unir esforços para melhorar a qualidade do ensino fundamental. A Campanha da Cedeca para o próximo ano sai de Fortaleza para

o Interior do Estado chegando em Canindé e Trairi. Na primeira fase a comunidade será convocada a discutir a educação através dos agentes comunitários e durante a missa. Depois, será feito o levantamento para traçar o perfil das crianças que estão sem estudar e por último exigir do poder público a resolução do problema.

DESAFIOS PARA 97

- Implantação dos Conselhos Escolares na rede pública
- Realizar concurso único de ingresso para professores públicos municipal e estadual
- Dar abrangência estadual ao projeto Tempo de Aprender alfabetizar crianças e adolescentes em fase de escola
- Ampliar o acesso de universalização a escola de 7 a 14 anos
- Buscar entendimento com o Estado para municipalizar a educação básica
- Construir uma escola
- Lutar pela concessão de uma televisão educativa para Fortaleza para transmitir o tele-ensino e uma emissora de rádio
- Melhorar a qualidade do ensino a partir da qualificação recursos humanos e de equipamentos
- Aumentar de 15 para 38 o número de salas de aula do Municipal Filgueiras Lima e implantar mais um curso profissionalizante, o de Computação.



Secretários apontam de

O Secretário da Educação do Estado, Antenor Naspoline, reconhece que houve progresso no setor este ano, mas a diminuição dos percentuais do analfabetismo de crianças e adolescentes ainda está longe de se conseguir uma posição confortável. Segundo ele, a matrícula no ensino fundamental em 96 teve um crescimento de 4%, enquanto que no Nordeste foi de 1,9%. Para 97, ele espera que esses índices sejam superiores.

Naspoline observa que não dá para negar que o Ceará continua a enfrentar sérios desafios relacionados com o acesso, permanência e sucesso dos alunos na escola. Ele lembra que na educação não há como celebrar grandes resultados em curto espaço de tempo, mas há evidências que a educação no Ceará está no caminho certo. E cita o prêmio Criança e Paz concedido pelo Unicef ao Estado, em novembro último, pelo projeto Todos pela Educação de Qualidade para Todos.

O magistério foi a única categoria a ter reajuste salarial de 19%. Foram capacitados 31.833 professores. O Estado está subsidiando e financiando computadores para os professores de segundo grau. Ressaltou a extinção das 14 Delegacias Regionais de Ensino e a criação dos 21 Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (Crede), como principal instância de articulação entre a escola e o poder público. Naspoline coloca como desafio para 97, a implantação dos Conselhos de Escolas, realização de

concurso único para professores da rede municipal e estadual.

Para o Secretário de Educação, Asthon, a questão da qualidade está relacionada com o de recursos humanos e materiais. Segundo o município tem 122 estabelecimentos. Isso representa 77% do incremento da universalização. que um convênio de escolas comunitárias oferta de vagas para elevando para cerca de 100 mil matriculados nas séries iniciais e 74 mil nas séries finais.

Ele destacou a criação do Conselho Municipal de Educação de Fortaleza, meio de desafogar a dual. O Conselho vai oferecer recursos para as escolas patrimoniais e depois o serviço será oferecido em rede particular. Asthon defende a municipalização básica e futura do ensino médio e superior.

No próximo ano, grande desafio nessa área é a luta pela concessão de televisão para o processo educacional. O Secretário lembra que não se faz com decreto de compromisso público. "Não algo que foi suculento tempo de uma hora p

ANEXOS IV

ENTREVISTA com o Sr. José Paulo

Colégio de Carmo

Entrevista com o Sr. José Paulo

O que motivou

José Paulo —

de Saúde) visava

nome do projeto

para os pais

Unicef no Brasil

deu de saber

que se mudou

contratou um

Quer dizer então

Unicef para

José Paulo —

marcando naquele

em outros trabalhos

ENTREVISTA: José Paulo de Araújo

Oficial de Comunicação do UNICEF - Ce

Entrevista concedida em 28 de agosto de 1998

O que motivou a instalação do escritório do Unicef no Ceará ?

José Paulo — Logo que o Tasso assumiu, em 1986, a Dr. Ana Maria Cavalcante (Secretária de Saúde) visitou um projeto em Santa Catarina coordenado por Antenor Naspolini. O nome do projeto, eu acho era “Criança Viva”. O Tasso quis saber se o Unicef poderia vir para cá para desenvolver alguns projetos e o John Donorue — que era o representante do Unicef no Brasil, naquela época, aceitou. No princípio havia uma pessoa responsável pela área de saúde, Dr. Ennio Svitonne, e uma responsável pela área de educação, Dr. Naspolini, que se mudou para cá. Então, como o Unicef-Ce foi ganhando força, o Dr. Ennio contratou um consultor de comunicação.

Quer dizer então que o governador Tasso Jereissati foi o responsável pela vinda do Unicef para cá?

José Paulo — Sim. Quer dizer, não a pessoa Tasso mas o Governo que ele estava assumindo naquele momento. E coincidiu também que havia uma preocupação do Unicef em querer trabalhar mais intensamente a Região Nordeste que tinha os piores indicadores.

Quais as principais atribuições do Unicef?

José Paulo — Num primeiro momento nós estávamos mais voltados para a questão da mortalidade infantil. Isso entre 1987 e 1992. Esse foi o grande projeto. A partir de 1992 (até 1995) trabalhamos com “creche” e o “direito das crianças”. De 95 para cá (1998) temos trabalhado mais intensamente a questão da educação, sempre em parceria com outras ONGs, Governo e prefeituras. É como se o menino que foi salvo no primeiro período, passasse pela creche e hoje estivesse na escola. Tem uma certa continuidade e entrelaçamento. Embora os indicadores da saúde hoje não estejam tão bons quanto eram, pelo menos se mantiveram num patamar aceitável. A educação teve um avanço muito grande nesses 4 anos, e isso se deve muito ao Unicef, que não aparece tanto. Mas, por exemplo, foi realizado o Censo Comunitário, mobilização nos municípios, mobilização de juizes e promotores e muito mais, tudo com a ajuda do Unicef, além dos agentes de saúde e de outros órgãos oficiais ou não. Mas todas estas ações que implementamos foram fundamentais para o crescimento da matrícula nas escolas, não sei se também na melhoria da qualidade do ensino, mas sem dúvida muitas coisas mudaram.

Quais as principais conquistas alcançadas na área da infância e adolescência no Ceará?

José Paulo — Redução dos índices de mortalidade infantil. O Unicef teve papel fundamental nisso. A Educação Infantil, com a capacitação de 14 mil pessoas para trabalhar

com as crianças. Na implantação dos conselhos das crianças e adolescentes, nós também tivemos papel fundamental buscando diagnóstico, formando gente, capacitando o pessoal. Isso junto com o CBLA (Centro Brasileiro da Infância e Adolescência), e depois uniu-se a nós a FEBEMCE (Fundação do Bem Estar do Menor) e a FAS (Fundação da Ação Social).

Quais os critérios para a concessão de prêmios como o “Criança e Paz”, “Maurice Pate” e “Hospital Amigo da Criança” pelo Unicef?

José Paulo - O “Criança e Paz” tem muita relação com uma escolha pessoal do representante do Unicef no Brasil, no caso o Agop Kayayan, e é dado a pessoas que fazem um bom trabalho pela criança e o adolescente. Já o “Maurice Pate” é mais criterioso. Ele é um prêmio internacional que é dado a pessoas, instituições ou Estado/País/Nação que desenvolve alguma coisa simbólica, que sirva de referência para outros países. Na verdade o “Criança e Paz” é uma versão nacional do “Maurice Pate”, sendo que este só é dado uma vez por ano enquanto o “Criança e Paz” pode ser concedido mais de uma vez no ano e a várias pessoas ou instituições. Já o prêmio “Hospital Amigo da Criança”, para que um hospital ganhe este título ele tem que vencer 12 passos, quer dizer, tem que superar muitos critérios de avaliação.

Então os prêmios concedidos ao Governo do Ceará, em 1993, são uma forma de reconhecimento por suas ações na área da Infância e da Juventude?

José Paulo — Mais especificamente por conta da mortalidade infantil. Em 1990, numa reunião de cúpula com todos os chefes dos países, uma das propostas aprovadas era a de reduzir a mortalidade infantil no mundo em um terço, em dez anos. O Ceará conseguiu isso em três anos. Então era um fato simbólico. Se um Estado pobre como o Ceará conseguiu isso porque outros não conseguiram? O que se fez no Ceará servia de exemplo para outros países, municípios. Quer dizer, o Ceará mostrou que se podia mudar o quadro da mortalidade infantil, era só querer.

Quais as mudanças mais significativas observadas no Ceará com relação aos problemas que envolvem a criança e o adolescente?

José Paulo — Com relação a mortalidade infantil com certeza houve uma melhora, embora nesse ano tenha subido de novo. Mas é normal, sempre em ano de seca há um aumento. Com relação a educação também houve um aumento das matrículas. Já as creches, ainda hoje o Ceará é vanguarda, mas já não atendem mais como atendiam antes da LDB (Lei de Diretrizes e Bases). Na verdade, o trabalho do Unicef não consiste só em executar, muitas vezes também temos que advogar. Por exemplo: o Unicef levantou muitos temas para a sociedade como prostituição infantil, protagonismo infantil (para que os meninos digam o que eles pensam sem precisar de intermediários, como os projetos de canto coral, jornais escolares, etc). Um outro papel do Unicef seria de aglutinar, reunir forças em prol de um

objetivo que faz com que os órgãos que trabalham com um determinado tema não ajam isoladamente, mas trabalhem coordenadamente, sistematicamente.

O Unicef também tem um papel de observar a atuação dos meios de comunicação.

Na sua avaliação, desde a instalação do Unicef no Ceará, em 1987, alguma coisa mudou no tratamento dispensado às notícias de crianças e adolescentes?

José Paulo — Eu acho que a própria imprensa evoluiu no Ceará. Está muito mais séria, mais crítica. Eu não falo especificamente da imprensa escrita mas de alguns segmentos da mídia. Por exemplo, se você observar os radialistas do interior, hoje eles estão muito mais preparados para falar sobre os assuntos das crianças e adolescentes, estão capacitados para isso. Eles podem falar sobre mortalidade infantil e diarreia hoje com conhecimento de causa hoje. Com relação a imprensa escrita, o Unicef não trabalha muito colado a este segmento, mesmo porque são pessoas mais qualificadas. O Unicef nunca quis ser protagonista das ações por que num processo de mobilização não pode haver um “hair profile” (perfil alto), dar muita aparência ao órgão. Tem que aparecer o sentido do grupo. Servem muito mais para nos orientar. Acho que isso é uma função dos jornais mesmo. Nunca me preocupei em responder críticas ao Unicef. Servem mais para orientar o nosso trabalho que fazer assessoria de imprensa. E assessoria de imprensa não interessa para nós, ser uma pessoa só de “corte e recorte” para não deixar publicarem a crítica ao nosso trabalho. Inclusive não sou meu quem faz o clipping. É só para orientar, formar parcerias, saber quem está fazendo alguma coisa interessante, onde está surgindo um problema. O clipping não é do Unicef, sobre o Unicef, é da criança e do adolescente.

Que contribuição a imprensa pode dar para mudar a realidade das crianças e adolescentes?

José Paulo — Exercendo o papel crítico dela e dando mais espaço para questões sociais. A imprensa está cada vez mais se atendo a histórias pessoais. A imprensa precisa dar uma visão mais ampla. Não ficar em cima só de pessoas, de personagens.

Você acha que a noticição destes assuntos, promove uma mudança de visão de mundo na sociedade? Ela torna-se mais crítica e exigente?

José Paulo — Acho que sim. Eu não limito o papel do Unicef de tentar isolar a criança de um contexto. Se a imprensa conseguir pensar a criança dentro do contexto social, ela vai fazer o seu verdadeiro papel social. O drama de uma criança está dentro de um campo maior que reflete o drama de várias crianças que com certeza estão na mesma situação. A imprensa tem que fazer uma leitura mais crítica da realidade.

Qual a importância da aprovação do ECA para a mídia? Em que o ECA mudou a atuação dos meios de comunicação? De que maneira?

José Paulo — Eu acho que o grande problema do ECA foi o marketing que fizeram dele. Venderam uma idéia errada do que ele deveria representar. O ECA é mais abrangente que o código de menores. Por exemplo, o ECA fala do direito a vida, a amamentação, ao

alojamento conjunto. Ninguém vendeu esta idéia. Vendeu o ECA como sendo um estatuto não feito para a criança e o adolescente mas sim feito para a criança e o adolescente infrator. Se você ver esses programas de televisão de linha policial, por exemplo, fora outros, muitas pessoas vão lá falar do ECA sem nunca ter lido, sem ter conhecimento de causa. E fazem críticas mesmo sem conhecer. A imprensa escrita, até mesmo pelo seu papel mais observador, tem mais cuidado com isso.

ENTREVISTA: Paulo Henrique Raulino

Jornalista e editor do jornal *O Povo* (1989 – 1996)

Entrevista concedida em 28/9/98

- *Em 1986, o jornal O Povo publicava muitas notícias ligadas à criança e ao adolescente. No entanto, nota-se que a cobertura se dava principalmente quando os personagens estavam envolvidos em cenas de violência, por que isto acontecia?*

Paulo Henrique – Em 1986, eu ainda não era editor do jornal. Eu assumi esse cargo em 1988, se não me falha a memória. Mas como chefe de redação, eu acho que isto era uma falha: você só buscar a cobertura das crianças e adolescentes quando aconteciam fatos violentos. Isso era um descuido do jornal, ou mesmo falta de atenção, pois um assunto tão importante como a questão dos adolescentes não deveria ser tratado desta forma. Eu acredito que nós deveríamos, naquela época, ver a questão dos adolescentes com outros olhos. Não era por simples sensacionalismo. Eu acredito que era falta de atenção mesmo. Como nós não tínhamos nenhuma meta direcionada para o adolescente, então aquele fato da violência justificava uma notícia no jornal.

- *Havia alguma orientação com relação a cobertura dos assuntos que envolviam crianças e adolescentes?*

Paulo Henrique – De jeito nenhum. Nem do lado ruim, que é cobrir a violência, nem também do outro lado que era buscar dar uma melhor atenção, o que veio a acontecer depois.

- *Na redação, havia algum exemplar do Código de Menores ou da Constituição Brasileira?*

Paulo Henrique – Nós tínhamos sempre exemplares dessas leis, Código de Menores, Constituição... que serviam de fonte de pesquisa. Se você tinha uma dúvida, ia lá e tirava a dúvida.

- *Como era feita a cobertura de assuntos políticos, já que era ano de eleição?*

Paulo Henrique – O jornal *O Povo*, nesses 30 anos que eu passei lá, e nesses 8 últimos anos como diretor - editor, sempre procurou fazer um trabalho sério. Quer dizer, totalmente imparcial, privilegiando as notícias jornalísticas. Inclusive com artigos publicados dos candidatos... Tudo isso, nós buscávamos lá. Isso foi marcante. Sempre, numa eleição o jornal *O Povo* se destacava pela sua cobertura. Sempre buscávamos algo novo.

- *Segundo Amarílio Macêdo, em entrevista concedida a Isabela Martin no seu livro "Os empresários no poder", o "jornal O Povo era inimigo" do Governo Tasso. Você confirma essa postura?*

Paulo Henrique – Não, eu não confirmo essa postura. Eu digo o seguinte: eu estava lá nessa época e atravessamos todo esse período, inclusive foi um período duro porque, eu me lembro que o jornal passou momentos difíceis pois toda a verba publicitária do Governo do Estado tinha sido cortada. Tudo que era em relação ao jornal *O Povo* foi cortado. Então nós passamos o primeiro Governo Tasso, realmente 4 anos, sem qualquer ligação com o Governo. E tudo que nós publicávamos em termos de crítica era levado em consideração, pelo lado do Cambéba, como oposição. Ninguém podia dizer nada. Eu inclusive, faço até questão de frisar aí, que nesse ponto o Tasso amadureceu muito, por que quando ele entrou no Governo ele era um empresário puro e limpo. Agora não, ele é empresário e é político. Então hoje em dia já é possível fazer uma crítica ao Governador, desde que seja uma crítica construtiva, desde que você não vá lá baixar o nível da questão. Mas logo quando ele assumiu, no primeiro Governo dele, você não podia dizer nem que ele era feio. O Jornal *O Povo* passou realmente por estes momentos. Todo mundo, toda a equipe ligada ao Governo Tasso no primeiro mandato dele, tinha o jornal *O Povo* como jornal de oposição. E não era, eu lhe digo isso como editor do jornal, não tinha nada, nenhuma orientação, nada que dissesse "vamos marcar colado que nosso negócio é tacar o pau".

- *Como era o relacionamento de O Povo com o Governo antes de Tasso assumir o poder?*

Paulo Henrique - O Gonzaga Mota se notabilizou por ser o Governador da Imprensa. Então, ele tinha um relacionamento muito bom com os meios de comunicação daquela época. Nenhum veículo podia reclamar do Governador Gonzaga Mota. Naquele tempo tinha a SECOM, que era a Secretaria de Comunicação, onde todo jornalista era contrato. Todo mundo tinha alguma coisa na SECOM. Então quem é que iria reclamar? A prova disso é que quando Tasso entrou, uma das primeiras medidas que ele tomou, consideradas antipáticas, foi acabar com a SECOM porque todo jornalista era pendurada lá, menos esse que vos fala.

- *Qual é na sua opinião, o papel que os jornais devem desempenhar dentro do contexto político e social? Eles devem ser críticos, passivos ou simplesmente imparciais?*

Paulo Henrique - Eu acho que ele tem que ser crítico. Você tem que buscar o lado crítico. A imprensa, ela tem que ser crítica. Você não pode ter uma imprensa que desconheça o fato ou que só diga o que é bom. A imprensa tem que ser crítica. Você tem que mostrar sempre o outro lado da questão, para ver se dá um jeito ou se resolve esses grandes dramas do Brasil e do mundo. Agora, sem fazer sensacionalismo, com responsabilidade.

- *Sabe-se que o jornal O Povo lucrou muito com a política de Virgílio Távora que concedia benefícios aos meios de comunicação, inclusive com a prática dos "birôs", em troca de apoio. Você acredita que ainda hoje há uma preocupação do Governo em "conceder certos privilégios" aos jornais e jornalistas em troca de algum tipo de benefício?*

Paulo Henrique - Eu não estou muito por dentro disso, hoje, mas na época que eu era editor de *O Povo*, eu desconhecia o privilégio. Eu acredito que nessa área de comunicação, pelo que eu sei, existem pessoas que são contratadas. Eu acredito também que está até terceirizada essa questão do Governo. Mas acredito que sim, ainda tem gente que recebe dinheiro. Não sei quem. Mas acredito que sim. Não diretamente do governo, mas com a terceirização.

- *A partir do início da década de 90, observa-se uma mudança de comportamento da mídia com relação aos temas da infância e da juventude. Por exemplo, há uma maior quantidade de reportagens publicadas e vários assuntos que antes praticamente não tinham cobertura começam a ter mais visibilidade, como trabalho infantil e violência doméstica. O que aconteceu? Porque o jornal assume uma postura mais abrangente e crítica diante dos fatos da criança e do adolescente?*

Paulo Henrique - Eu acredito que tenha sido até uma postura partida do próprio jornal. O *Povo* de uns ano para cá começou a reunir mais a sua equipe, a pensar mais e colocar os assuntos não dependendo de uma cabeça só. Por exemplo, eu como editor do jornal não era o Deus supremo lá dentro. Nós tínhamos o editor, o sub-editor e os editores de setoriais. Então nós entramos numa nova era no jornal. Nos reuníamos todo dia 7 ou 8 horas da manhã para fazermos uma avaliação da edição que saiu e ao mesmo tempo fazermos uma projeção da edição do dia seguinte. Então nessas reuniões, que podia ser de manhã ou à tarde, nós conversávamos muito e trazíamos muitos assunto para serem debatidos e resolvidos. Nós criamos uma editoria especial só para fazer matérias com mais profundidade. Nós criamos até uma reportagem que saía todos os domingos em duas páginas, abordando exatamente esses assuntos delicados, que você não diz em dez ou quinze linhas.

- *Então quer dizer que mudança de atitude do jornal O Povo aconteceu por conta própria? O jornal resolveu mudar sua atuação?*

Paulo Henrique – Exato. Foi mais uma questão de pensamento interno do jornal, uma avaliação crítica de dentro. O que a gente queria? Nós precisávamos ter o diferencial e este diferencial foi exatamente isso, buscar fazer algo novo.

- *Como O Povo trata hoje as notícias da criança e do adolescente? Você acredita que hoje ele tem uma postura mais crítica, mais séria?*

Paulo Henrique – Eu acredito que, dentro daquilo que o jornal vinha fazendo, tendo uma atenção maior, acredito que sim. O *Povo* tem se notabilizado exatamente por buscar com mais profundidade determinados assuntos.

- *Na redação, tem algum exemplar do ECA?*

Paulo Henrique - Tem.